

ÍNDICE

1 ORIGEM DE PORTUGAL

	PÁG.		PÁG.
A Península Ibérica	8	Romanização da Península Ibérica	16
A Lusitânia — berço de Portugal	9	Os Bárbaros	18
Povos que dominaram a Península Ibérica		• Os Suevos	18
• Os Iberos	10	• Os Visigodos	18
• Os Celtas	10	Os Árabes	19
• Os Fenícios, Gregos e Cartagineses	11	A Reconquista Cristã	22
• Os Lusitanos	12	O Condado Portucalense	23
• Os Romanos	13	Formação de Portugal	24
		CRONOLOGIA	27

2 FUNDAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL

1.ª DINASTIA — Afonsina ou de Borgonha

D. Afonso Henriques	30	D. Dinis	41
Portugal no século XII	35	D. Afonso IV	44
D. Sancho I	37	D. Pedro I	45
D. Afonso II	38	D. Fernando	46
D. Sancho II	39	O Interregno — 1383/1385	48
D. Afonso III	40	CRONOLOGIA	51

3 OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

2.ª DINASTIA — Joanina ou de Avis

D. João I	56	Portugal no século XVI	80
Expansão marítima (século XV)	59	Cultura portuguesa	81
D. Duarte	62	D. Sebastião	86
D. Afonso V	64	D. Henrique	87
D. João II	66	D. António	88
D. Manuel I	69	CRONOLOGIA	89
D. João III	75		

4 DECADÊNCIA POLÍTICA E ECONÓMICA

3.ª DINASTIA — Castelhana ou Filipina

	PÁG.		PÁG.
D. Filipe I	94	D. Filipe III	96
D. Filipe II	95	CRONOLOGIA	97

5 RENASCER DE PORTUGAL

4.ª DINASTIA — Brigantina ou de Bragança

Restauração e reorganização interna	100	D. João VI	113
D. João IV	101	D. Pedro IV	115
D. Afonso VI	102	D. Miguel	116
D. Pedro II	103	D. Maria II	117
Portugal no século XVII	104	D. Pedro V	118
D. João V	105	D. Luís I	119
D. José I	107	D. Carlos I	121
D. Maria I	109	D. Manuel II	122
Portugal no século XVIII	110	Cultura portuguesa	123
As Invasões Francesas	111	CRONOLOGIA	125

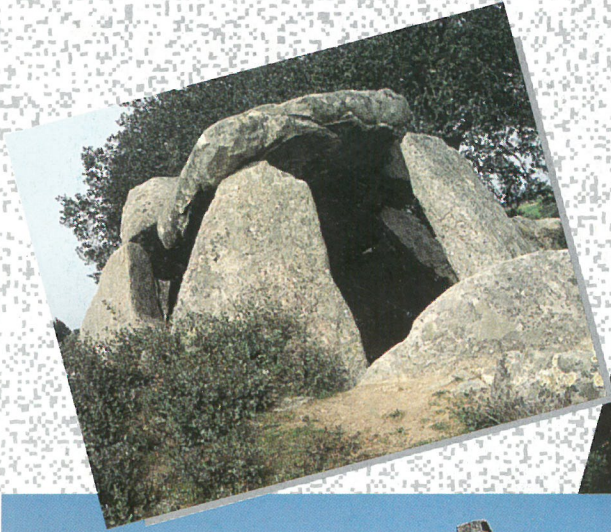
6 A REPÚBLICA

1.ª República	130	Portugal na Comunidade Europeia	137
Estado Novo	132	CRONOLOGIA	138
2.ª República	134	Símbolos da Pátria	140

ORIGEM DE PORTUGAL

1





A PENÍNSULA IBÉRICA



Mapa da Península Ibérica, destacando-se a Lusitânia.

A Península Ibérica, situada a sudoeste do continente europeu, entre o mar Cantábrico, o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo, fica ligada ao Continente pela estreita faixa dos Pirenéus.

Houve povos de várias origens que habitaram a Península Ibérica. O seu território tinha uma excelente situação geográfica. Era a porta de comunicação da Europa com a África.

A Península Ibérica era banhada por numerosos

rios e o solo era produtivo. O subsolo era rico em minérios: ouro, prata, estanho, chumbo e cobre. O clima era ameno.

É na história da **Península Ibérica** que mergulham as **raízes de Portugal** que deram origem a uma frondosa árvore que estendeu os seus ramos pelas várias partes do Mundo.

A Península Ibérica é formada, actualmente, por duas nações independentes: **Portugal e Espanha**.

A LUSITÂNIA – BERÇO DE PORTUGAL

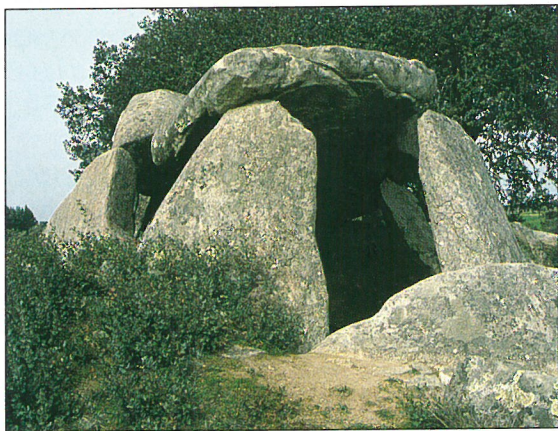
*Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa
E onde Febo repousa no Oceano.*

.....
Esta é a ditosa Pátria, minha amada.

CAMÕES, *Os Lusíadas*



Peça de cerâmica.



Anta ou dólmen.



Desenhos de animais nas cavernas.

Segundo Estrabão, a Lusitânia era «a mais poderosa das nações ibéricas». Ocupava a região ocidental da Península Ibérica. Estendia-se, primeiramente, entre o rio Tejo e o mar Cantábrico. Depois, com a conquista da Península pelos Romanos, os limites da Lusitânia ficaram compreendidos entre os rios Douro e Guadiana.

Desde os primeiros tempos da Idade da Pedra que a Lusitânia foi povoada por homens que habitavam as cavernas, alimentavam-se da caça, da pesca e de frutos silvestres. Cobriam o corpo com folhas de árvores e peles de animais. Não conheciam o fogo. Usavam instrumentos de **pedra lascada**.

No vale do Tejo habitavam tribos de caçadores e pescadores. Já conheciam o fogo, como provam os «restos de cozinha» de Muge, formados por cascas de mariscos, ossos de animais, cinzas e pedaços de carvão.

Mais tarde, o homem constrói toscas habitações, pratica a agricultura e domestica os animais. Presta culto aos mortos, erguendo monumentos funerários formados por grandes pedras dispostas mais ou menos ao alto, com uma enorme laje a servir de tampa. São as **antas** ou **dólmenes**. Aparecem também instrumentos de **pedra polida**.

POVOS QUE DOMINARAM A PENÍNSULA IBÉRICA

OS IBEROS

Os primeiros povos que chegaram à Península Ibérica julga-se que foram os **LÍGURES**. Vieram por terra e ocuparam principalmente as zonas montanhosas do Norte. Pouco se sabe sobre eles.

No século XI a.C., já os **IBEROS** habitavam a Península, a que deram o nome.

Há quem defenda que os Iberos teriam vindo do Norte de África. Outros afirmam que eles são naturais da região do rio Ebro.

Os Iberos viviam em **povoados**, no cimo dos montes, em casas de forma rectangular. Dedicavam-se à pastorícia e à agricultura. Já usavam o arado no cultivo das terras e utilizavam o carro de rodas nos transportes.

Exploravam os minérios e fabricavam, para uso na guerra, sabres encurvados conhecidos por falcatas.

Distinguiram-se no fabrico de **estátuas**, na **ourivesaria** e na **cerâmica pintada**, em cujo fabrico empregavam a roda de oleiro.

Encontram-se vestígios da cultura ibérica em toda a Andaluzia e no Algarve.

A sua **religião** era **politeísta**. Adoravam vários deuses que, em geral, simbolizavam as forças da Natureza.

Estavam organizados em pequenos estados.

Já utilizavam a escrita.



Inscrição dos Iberos.



Vaso fabricado pelos Iberos.

OS CELTAS

Vindos do Centro da Europa, os **CELTAS** invadem a Península Ibérica por volta do século VI a.C. e ocupam a zona noroeste.

Exercem grande influência sobre as populações locais, acabando por se caldear com elas. Misturados com os Iberos deram origem aos **Celtiberos**.

Constroem os **castros**, que eram povoações rodeadas de muros de pedra solta situadas no cimo dos montes, para se defenderem do inimigo. As casas circulares, feitas de pedra, eram cobertas de giestas ou de colmo.

Os Celtas traziam consigo as últimas modalidades da cultura da Idade do Ferro, que difundem entre nós. Aperfeiçoam a **metalurgia do ferro** fabricando adornos e armas, em especial punhais e instrumentos agrícolas, como o arado, a grade e a gadanha. Inventaram o carro com um eixo, girando com as rodas maciças.

Cultivavam o trigo para fabricarem o pão, a cevada para fazerem a cerveja e o linho para o vestuário. Usavam moinhos manuais para moer o grão. Criavam cavalos, ovelhas, cabras e porcos.



Casa dos Celtas (reconstruída).

Tinham o hábito de incinerar os seus mortos. As cinzas eram guardadas em urnas de barro que enterravam juntamente com os objectos do falecido: colares, espadas, punhais, cinturões, couraças...



Arrecadas de ouro, dos Celtas.

Os Celtas também eram **ourives**. Fabricavam jóias de prata e ouro, como braceletes, colares e arrecadas usadas pelas mulheres, conforme achado na citânia de Briteiros. Também herdámos dos Celtas a arte das belas filigranas minhotas.

São de origem céltica os nomes terminados em **dunum** — Caladunum (Cala — **Montalegre**) — e **briga** — Conímbriga (**Coimbra**).

OS FENÍCIOS GREGOS E CARTAGINESES



Vaso grego.

Os **FENÍCIOS** eram um povo de **navegadores** e **comerciantes** originário do actual Líbano e da zona costeira da moderna Síria.

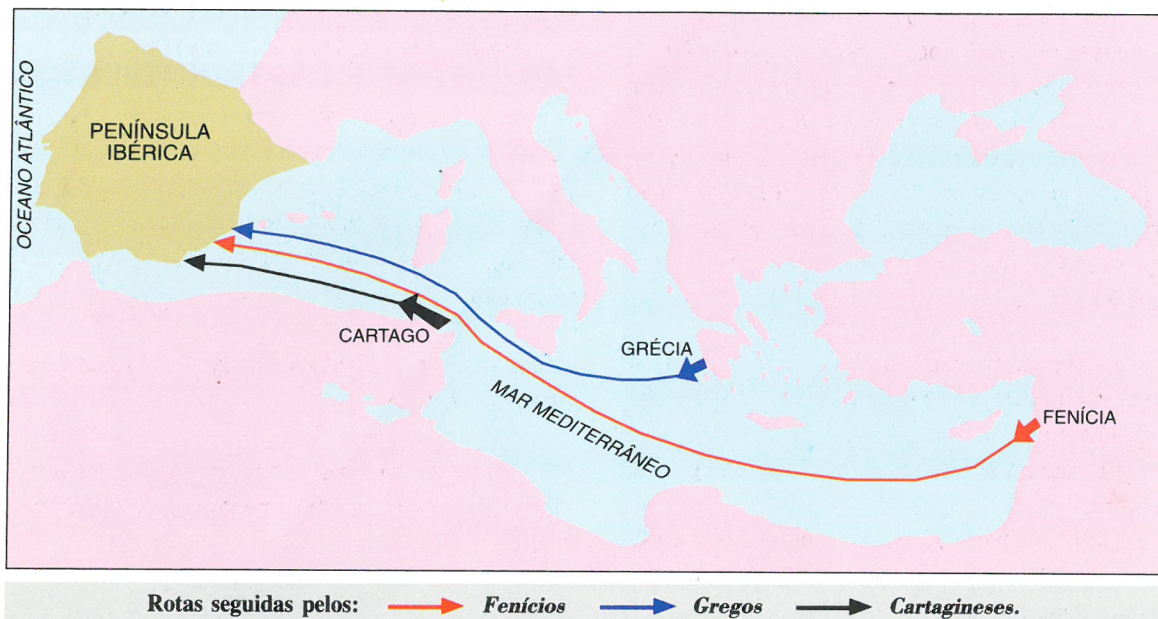
Aportaram à Península Ibérica por volta do século XII a.C. Deslocaram-se por mar costeando o litoral ocidental. Vinham à procura de **metais**, como a prata, o cobre e o estanho.

A abundância de peixe das nossas costas interessou os Fenícios na pesca e na salga de peixe.

Traziam produtos, como tecidos, vidros, porcelanas, armas e objectos de adorno, para fazerem as suas trocas comerciais. Fundam **feitorias**, isto é, uma espécie de postos comerciais, no litoral.

Criaram o **primeiro alfabeto**, constituído por 22 consoantes, e utilizaram o papiro para escreverem.

Os Fenícios deixaram vestígios da sua presença no Algarve, Alcácer do Sal, Aveiro, Póvoa de Varzim, Vila Praia de Âncora...



Os **GREGOS** chegaram à Península Ibérica por alturas do século VII a.C.

Concorrentes comerciais dos Fenícios, fundam várias **colónias**, tais como Sagunto, na costa mediterrânica, e Alcácer do Sal.

Os Gregos introduziram a civilização helénica no Sul e Leste da Península. Como vestígios da sua presença deixaram os vasos de Alcácer do Sal, decorados com motivos geométricos, as ânforas e as moedas encontradas na serra do Pilar (Porto), entre outros.

Os **CARTAGINESES** descendiam dos Fenícios. Vêm para a Península Ibérica, por volta do século III a.C., em auxílio das colónias fenícias atacadas pelos indígenas, e disputam aos Gregos a **hegemonia comercial**.

Dedicam-se ao comércio de metais e à salga de peixe. Atribui-se-lhes a fundação de Portimão e outras colónias de pescadores na costa algarvia.

OS LUSITANOS

Este povo resultou da fusão de diversas raças e culturas, nomeadamente os **Celtas** e os **Iberos**.

Corajosos e indomáveis, fortes e ágeis, os Lusitanos eram moderados na comida e na bebida, modestos no vestuário e ciosos da sua independência.

Guerreiros destemidos, combatiam a pé ou montados em cavalos. Manejavam com destreza o punhal, a espada curta, a lança de ferro comprida com ponta de bronze e o dardo. Cobriam a cabeça com um capacete de couro ou metal e protegiam-se com um escudo de couro redondo e côncavo. Usavam polainas de tecido de linho grosso ou de couro, para protegerem as pernas.

Viviam em grupos de famílias, as **tribos**, em pequenas casas redondas ou quadrangulares feitas de pedra tosca, com o chão de terra batida e cobertas de colmo. Construíam-nas no cimo dos montes, para melhor as defenderem dos inimigos. Essas povoações fortificadas, protegidas por fortes muralhas — **castros ou citânias** —, espalhavam-se pelo Norte, como as de Briteiros, Sanfins, Penafiel...

Os Lusitanos dedicavam-se à pastorícia, à pesca e à cultura dos cereais e do linho e à criação de animais domésticos.

A lavoura era feita com o arado de pau e relha de ferro.

Também desenvolveram a metalurgia, o curtimento de peles, a tecelagem de linho e de lã, e fabricavam objectos de barro.

Vestiam-se com peles de animais e tecidos grosseiros de lã. Usavam um manto de lã grosseira

ou de pele de cabra. As mulheres ornamentavam-se com colares, braceletes e arrecadas.

A alimentação dos Lusitanos era à base de carne, peixe, leite de cabra, castanhas, pão fabricado com farinha de bolotas de carvalho ou castanhas moídas, azeitonas, figos, cerejas... Bebiam água e uma espécie de cerveja que fabricavam a partir da cevada.

Praticavam o comércio baseado, sobretudo, na troca de produtos.

Adoravam vários deuses: o Sol, a Lua, os bosques, os montes, os rios... Praticavam o culto dos mortos.



Águia imperial de Roma — símbolo das vitórias e glórias.

OS ROMANOS

Os Romanos eram naturais da antiga **Roma**. Povo muito poderoso e civilizado, com destreza na arte da guerra, tornou-se senhor de um **vasto império**. Tinham um enorme desejo de poder e de riquezas.

Durante um longo período da História, Roma foi o **centro do Mundo** conhecido, tal era a sua importância nos aspectos político, religioso, artístico e literário.

No século III a.C., os Romanos invadiram a Península Ibérica para a dominarem e se apoderarem das suas riquezas. Nesse tempo, a Península era habitada ao norte do rio Douro pelos **Celtas**; e entre o Douro e o Tejo viviam os **Lusitanos**.



Território ocupado pelos Romanos e pelos Lusitanos.

A conquista não parecia difícil, pois os Romanos tinham um numeroso exército, bem organizado e armado. Mas depararam com uma grande resistência dos povos que viviam na Península, em especial dos **Lusitanos**, com quem travaram duras e longas lutas.

Os Romanos, vendo que não conseguiam vencer os Lusitanos pelas armas, propõem-lhes a paz. Prometem distribuir-lhes terras mais férteis e ensiná-los a cultivá-las. Os Lusitanos depõem as armas e descem das montanhas, mas verificam que foram enganados. Os soldados romanos cercam-nos e os Lusitanos, indefesos, são massacrados traiçoeiramente.

Perante a crueldade dos Romanos, os Lusitanos escolhem para seu chefe **Viriato** e combatem o inimigo.



Soldados romanos.

VIRIATO — Era um pastor e caçador dos montes Hermínios, actual serra da Estrela. Conhecedor profundo do seu torrão natal, que tanto amava, este **pastor-guerreiro** organizou os seus homens para a luta de guerrilhas e armou emboscadas aos Romanos, que chegou a vencer em campo aberto.

A acção militar de Viriato estende-se por quase toda a Península Ibérica. Viriato era o terror de Roma.

Os generais romanos, para saírem desta situação vergonhosa, usaram a traição. Contrataram três soldados de Viriato, que o assassinaram enquanto



Monumento a Viriato, em Viseu.

dormia. Quando os assassinos de Viriato se apresentaram ao general romano Cipião, para receberem o prémio do horroroso crime, este recusou-se a tal pagamento dizendo-lhes: «Roma não paga a traidores que matam o seu chefe».

Viriato é o símbolo da independência lusitana. Revelou-se um dos maiores chefes militares da Antiguidade. Foi cognominado o «Aníbal dos Iberos».

SERTÓRIO — Com a morte de Viriato a resistência dos Lusitanos não terminou. Eles souberam ser dignos herdeiros da sua coragem e amor à terra onde se encontrava a semente de Portugal.

Convidaram, então, Sertório para os comandar na luta contra os Romanos. Sertório era um valeroso general romano que havia sido afastado de Roma por questões políticas.

Depois de ganhas várias batalhas contra os Romanos, Sertório formou um governo independente, organizado à maneira de Roma. Estabeleceu em Évora a capital da Lusitânia; fundou as primeiras escolas, onde se ensinava o **latim** e o **grego**; educou os Lusitanos nos usos e costumes romanos, dando um grande impulso à **romanização** da Península.

Também Sertório foi assassinado à traição por Perpena, quando tomava parte num banquete.

Com a morte de Sertório, os Romanos venceram o exército lusitano.

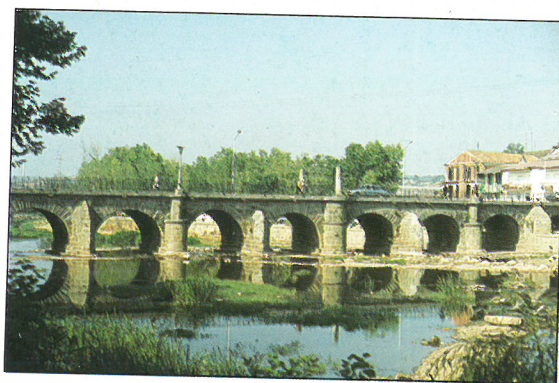
Finalmente, Júlio César acaba por conseguir a pacificação da Península Ibérica. A Lusitânia passa a ser uma província do Império Romano.

ROMANIZAÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Durante mais de seis séculos de ocupação, os Romanos não se limitaram a explorar economicamente a Península Ibérica. Desenvolveram uma notável acção de **romanização**, isto é, modificaram as bases da economia, o tipo de povoamento, as técnicas do trabalho, as formas de organização social, os costumes e a cultura.



Templo de Diana, em Évora.



Ponte romana sobre o rio Tâmega, em Chaves.

Ao povoado das colinas da época castreja sucedem as vilas rústicas. A telha substitui o colmo, a lousa ou o barro na cobertura das casas. O ladrilho passa a cobrir o chão de terra batida.

Com a descida dos Lusitanos dos castros para os vales, a pastorícia perde importância a favor da agricultura. Cultiva-se o trigo, a vinha, a oliveira, as árvores de fruto. Surge a mó do moinho para esmagar os cereais e moer a azeitona.

Rasgam-se estradas e constroem-se calçadas com grandes lajes.

Surgem a indústria de olaria, forjas, pedreiras, exploração mineira, salga de peixe e tecelagem.

Os Romanos construíram as pontes sobre o rio Tâmega em Chaves, sobre o rio Guadiana em Mértola e outras. Edificaram majestosos monumentos, como o Templo de Diana, em Évora, e outros.

Existem vários **vestígios** dos Romanos: acampamento militar fortificado em Viseu (Cava de

Viriato) e nos arredores de Coimbra (Cidade Velha); ruínas de povoações e de muralhas em Conímbriga; restos de balneários em Milreu (Estói-Faro), Tróia (Setúbal); termas medicinais de Vizela e de Chaves...



Moeda romana.

A romanização da Península fez com que se generalizasse o uso da moeda. Estabeleceram-se lugares de troca habitual entre os produtos e a moeda.

Em Portugal encontraram-se **moedas** cunhadas em Évora, Alcácer do Sal, Beja, Serpa, Mértola, Castro Marim e Faro.

Fundam-se **idades** como Olisipo (Lisboa), Bracara (Braga), Scalabis (Santarém). Organiza-se a administração pública e aplica-se o Direito Romano.

Desenvolve-se a instrução, nomeadamente a língua latina, que apaga os velhos falares indígenas, e dela viria a derivar a **LÍNGUA PORTUGUESA**.

CRISTIANIZAÇÃO

DA PENÍNSULA IBÉRICA

Jesus nasceu em **Belém**, na **Palestina**, onde governava o rei Herodes às ordens de Roma. Nesse tempo o Império Romano dominava o Mundo conhecido, bem como a Península Ibérica.



Nascimento de Jesus Cristo.



Cristo a pregar.

Cristo, ao pregar a sua doutrina — o **Cristianismo** —, anunciava a existência de um Deus único, a **justiça**, o **amor** e a **igualdade** entre os homens. As multidões seguiam Cristo, que operou alguns milagres. Mas os seguidores da sua doutrina eram perseguidos e torturados pelos Romanos.

Jesus Cristo escolheu doze dos seus discípulos para apóstolos, isto é, para continuarem a pregação dos Evangelhos.

Os Judeus e os Romanos tinham receio de que a nova doutrina pregada por Cristo viesse subverter a ordem política, social e religiosa existente. Condenaram, então, Jesus Cristo à morte e crucificaram-no no monte Calvário.

Mais tarde, o imperador **Teodósio** adoptou o Cristianismo como religião oficial do Império Romano e as perseguições sobre os Cristãos acabaram.

A religião cristã chegou à Península Ibérica e foi seguida pelos povos ibéricos. A Igreja Católica organizou-se formando dioceses, à frente das quais colocou os bispos.

OS BÁRBAROS

A Península Ibérica foi invadida, por volta do século V, por vários povos guerreiros vindos do Norte, a que os Romanos chamavam *Bárbaros*, porque não pertenciam ao Império Romano nem falavam a sua língua (o *latim*). Esses povos foram os Vândalos, os Suevos, os Alanos e os Visigodos.

Os povos bárbaros que mais se destacaram foram os *Suevos*, que ocuparam o Norte da Lusitânia e a Galiza, e os *Visigodos*, que se fixaram no Nordeste da Península.

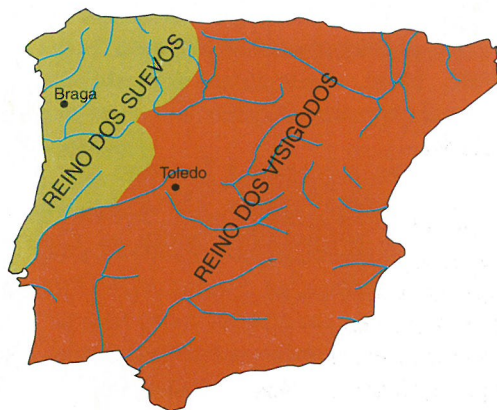
OS SUEVOS

Os Suevos começaram por ser guerreiros e lavradores. Depois tornaram-se conquistadores e alargaram o seu reino para sul, até ao rio Tejo.

Converteram-se ao catolicismo, por influência de S. Martinho de Dume, conhecido por «Apóstolo dos Suevos». Fundaram o **Reino dos Suevos**, com a capital em **Braga**.

Braga tornou-se num importante centro de fé e de cultura.

Com a expansão do reino para sul, os Suevos instalaram-se em **Portucale**, na foz do **rio Douro**.



Reino dos Suevos e Reino dos Visigodos.

OS VISIGODOS

Os Visigodos chegaram à Península Ibérica no ano de 416. Aqui fundaram um reino, submeteram os Suevos e ficaram a dominar longos anos em todo o território.

O Reino dos Visigodos estava organizado numa **monarquia absoluta**, com a capital em Toledo.

Os Visigodos não eram cristãos. Converteram-se quando o seu rei **Recaredo** abraçou a religião de Cristo e a declarou religião oficial. Este facto permitiu a unidade religiosa na Península e a expansão da Igreja Católica, que passou a exercer grande influência.

Publicaram o **Código Visigótico** e estabeleceram uma sociedade formada pelo **clero**, **nobreza** e **povo**.

Os Visigodos foram influenciados pela cultura e costumes dos Romanos. Aboliram a escravatura e estabeleceram a igualdade de todos os homens perante a lei.

Eram grandes artistas, em especial na fabricação de jóias.

OS ÁRABES

Os Árabes são originários da Península da Arábia, que é um vasto deserto, interrompido aqui e além por pequenas áreas muito férteis — os oásis. Os habitantes dos oásis eram pastores e agricultores; e eram mercadores os que cruzavam o deserto transportando os seus produtos no dorso dos camelos.

Viviam organizados em **tribos**, em luta permanente. Praticavam uma religião politeísta, isto é, adoravam vários deuses.

O profeta **Maomet** fundou uma nova religião monoteísta — o **Islamismo** —, nome que significa «submissão à vontade de Deus». O seu único deus é **Alá** e os preceitos religiosos encontram-se reunidos no livro sagrado **Alcorão**, que corresponde à Bíblia dos Cristãos.

Maomet conseguiu, através da palavra e da força, que os seus irmãos de raça se convertessem ao Islão. Deste modo, formou-se um povo unido numa só fé: os Muçulmanos.



Domínio árabe na Península Ibérica.

A nova religião tomou uma feição política e guerreira. Os Muçulmanos pretendiam conquistar o Mundo. Organizaram um poderoso exército que estendeu o seu domínio desde o oceano Índico ao Atlântico.

No século VIII (ano de 711), os **Árabes**, também chamados **Muçulmanos** ou **Mouros**, vindos do Norte de África, invadiram a Península Ibérica pelo

sul, depois de terem atravessado o estreito de Gibraltar. Comandados por **Tárique**, derrotaram os Visigodos na **batalha de Guadalete**. Apoderaram-se de toda a Península, com exceção das montanhas das **Astúrias**, no Norte. Aqui se refugiou e resistiu **Pelágio** e muitos cristãos.

O chefe supremo, religioso e político do Estado árabe era o Califa.



Mesquita dos Muçulmanos, em Mértola, transformada em igreja cristã.

INFLUÊNCIA DOS ÁRABES — Permaneceram mais de cinco séculos (711-1249) em grande parte do território que hoje é Portugal, onde deixaram muitos vestígios da sua cultura. A sua influência acentuou-se mais nas regiões do Sul, em especial no **Algarve**. Os Árabes souberam erguer uma civilização brilhante sobre os escombros dos impérios romano e visigótico.

Possuíam muitos conhecimentos científicos: de **matemática**, de **astronomia**, de **arquitectura**, de **escultura**, de **poesia**, de **música**, de **medicina**, de **navegação**.

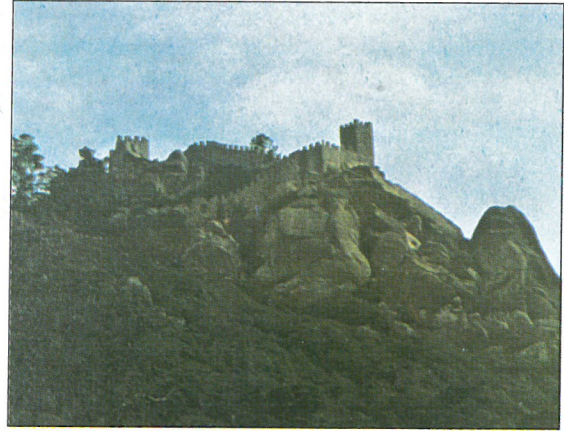
Dedicaram-se, principalmente, à construção de templos (**mesquitas**) e **palácios**, de que existem vestígios em Portugal.



Cavaleiros árabes.



A azenha.



Ruínas do «Castelo dos Mouros», na serra de Sintra.

Na **agricultura**, foram introduzidas novas plantas, como o arroz, o algodão, o linho, a laranjeira, o limoeiro, o pessegueiro, a amoreira, a amendoeira, o castanheiro, a cana-de-açúcar e outras árvores de fruto. No Algarve e em Évora plantaram-se pomares, sendo afamados os figos e as uvas.

A eles se devem novas técnicas de **regadio**: a nora, a cegonha ou picota, o açude e canais de condução de água. Também se lhes devem os novos processos de **moagem**, como a azenha e o moinho de vento.

Fomentaram a silvicultura, a pecuária e a apicultura.

Nas **culturas hortícolas**, devemos aos Árabes a alface, o espargo e a alcachofra.

Os **jardineiros** trouxeram do Oriente para o nosso território as rosas, as camélias e os jasmims.

Exploraram **minas** de cobre e de prata no Alentejo e de **estanho** no Algarve.

Descobriram o álcool, o mercúrio, o ácido sulfúrico e preparavam a pólvora e o fogo-de-artifício.

Dedicaram-se à olaria.

A **língua portuguesa** foi enriquecida com centenas de **vocábulos árabes**. São, geralmente, palavras **referentes à agricultura** (nora, açude, azenha, alcatruz, algodão); **aos frutos e produtos alimentares** (azeitona, laranja, limão, alfarroba, amendoim, tremçoço, açúcar, aletria, arroz); **aos pesos e medidas** (arroba, almude, alqueire, arrátel, maquia, fardo,

quintal); **às povoações** (Algarve, Aljezur, Aljustrel, Alcântara, Almada, Albufeira); **aos instrumentos musicais** (tambor, rabeca, alaúde); **à ciência** (algarismo, zero, álgebra, zénite, azimute).

Em Portugal existem vários documentos da arte muçulmana: capitéis, moedas e peças de cerâmica vidrada.

As casas brancas algarvias, com os terraços (açoteias) e as típicas chaminés rendilhadas, são testemunho dos Árabes.

Os Mouros foram expulsos definitivamente de Portugal em 1249, com a tomada de Faro, no Algarve, pelo rei D. Afonso III.

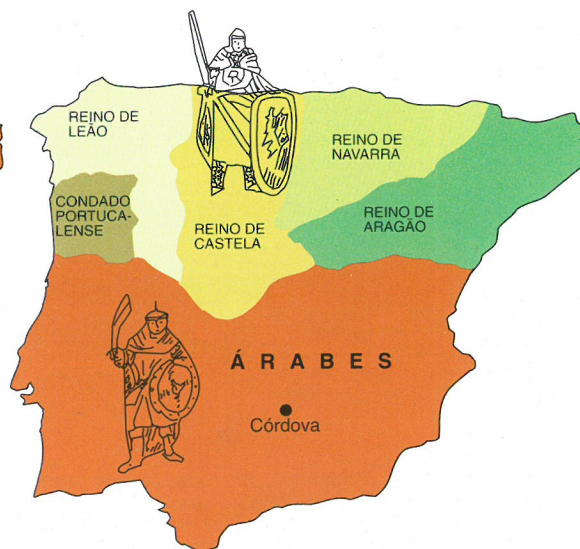


Moeda muçulmana (um dinar).

A RECONQUISTA CRISTÃ



Península Ibérica: Cristãos e Muçulmanos.



Reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão, e o Condado Portucalense.

REINO DAS ASTÚRIAS

Nas serranias das **Astúrias**, no Norte da Península Ibérica, refugiaram-se as populações cristãs chefiadas por **Pelágio**. Aí organizaram um exército para combater os Muçulmanos, que são vencidos na batalha de **Covadonga** ou **Cangas de Oniz**. Pelágio foi aclamado rei das Astúrias.

Formou-se, assim, o primeiro **reino cristão das Astúrias**.

As lutas entre Cristãos e Muçulmanos prosseguiram. A Península Ibérica ficou dividida em vários reinos cristãos: **Leão, Castela, Navarra e Aragão**.

REINO DE LEÃO E GALIZA

O Reino de Leão ocupava o território que abrangia a Galiza e veio a chamar-se Reino de Leão e Galiza.

D. Afonso VI ficou a governar os reinos de Leão e Castela. Fundou o **Condado Portucalense**, que abrangeria o território compreendido entre os rios **Minho** e **Mondego**. A designação de **Portucalense** deriva de **Portucale**, antiga **Cale**, povoação situada junto à foz do **rio Douro**, onde fica actualmente a parte ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

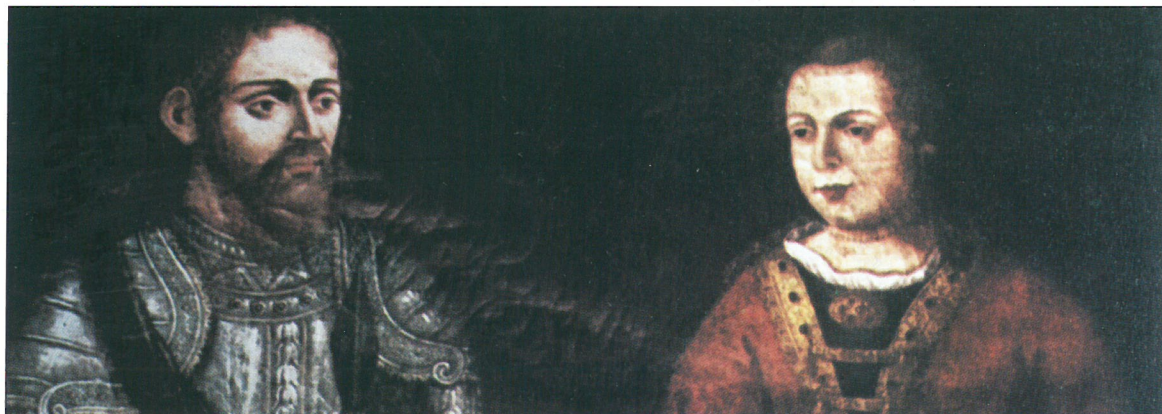
O cavaleiro Vímara Peres reconquistou Portucale (Porto), em 868, de que foi o primeiro governador. A povoação de Portucale foi-se estendendo e ocupou a região entre os rios Douro e Minho.

A palavra **Portucale** (do latim *portus*, porto, e *Cale*) deu origem ao nome de **PORTUGAL**.

O CONDADO PORTUCALENSE

O rei de Leão e Castela, **D. Afonso VI**, foi ajudado, no combate contra os Muçulmanos, por cavaleiros estrangeiros que vinham lutar pela fé cristã.

De entre esses fidalgos guerreiros distinguiram-se **D. Raimundo de Borgonha** e seu primo **D. Henrique de Borgonha**, descendentes de reis franceses.



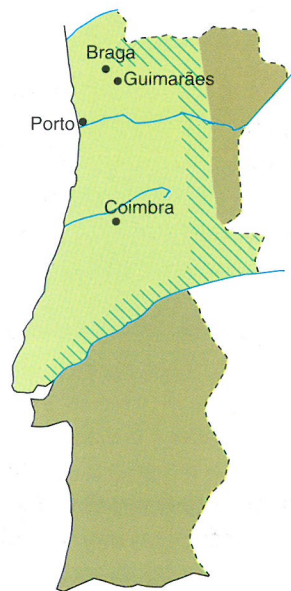
O conde D. Henrique e a infanta D. Teresa.

Como prémio dos serviços prestados à causa cristã, D. Afonso VI deu em casamento a D. Raimundo a sua filha D. Urraca e entregou-lhe o governo do condado da Galiza.

A **D. Henrique**, o rei de Leão deu em casamento uma outra filha, **D. Teresa**, e entregou-lhe o governo do território compreendido entre os rios **Minho** e **Tejo**, conhecido por **Condado Portucalense**, de que faziam parte Guimarães, Braga, Coimbra e Portucale.

Um documento da época (*«Crónica de Cinco Reis»*), sobre essa doação, diz-nos:

«Deu [Afonso VI de Leão] a D. Henrique com sua filha em casamento, Coimbra com toda a terra até ao Castelo de Lobeira, com toda a outra terra de Viseu e Lamego que seu pai D. Fernando e ele ganharam na comarca da Beira. E fez-lhe de todo o Condado cuja nomeação era Condado Portucalense, com a condição de que o Conde o servisse sempre e fosse a suas Cortes e a seus chamados. E lhe assinalou certa terra de Mouros que conquistasse e que, tomando-a, a acrescentasse em seu Condado...»



Limites do Condado Portucalense.

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

O conde **D. Henrique** assumiu o governo do **Condado Portucalense** ficando na dependência de **D. Raimundo**, conde da Galiza. Em breve se tornou independente de seu primo, obedecendo apenas a **D. Afonso VI**, rei de Leão. Fixou a capital do Condado em **Guimarães**, onde estabeleceu a sua corte, e esforçou-se por aumentar os seus domínios com novas conquistas aos Mouros. O conde **D. Henrique** morreu em 1112. Jaz na Sé de Braga, assim como sua mulher **D. Teresa**.

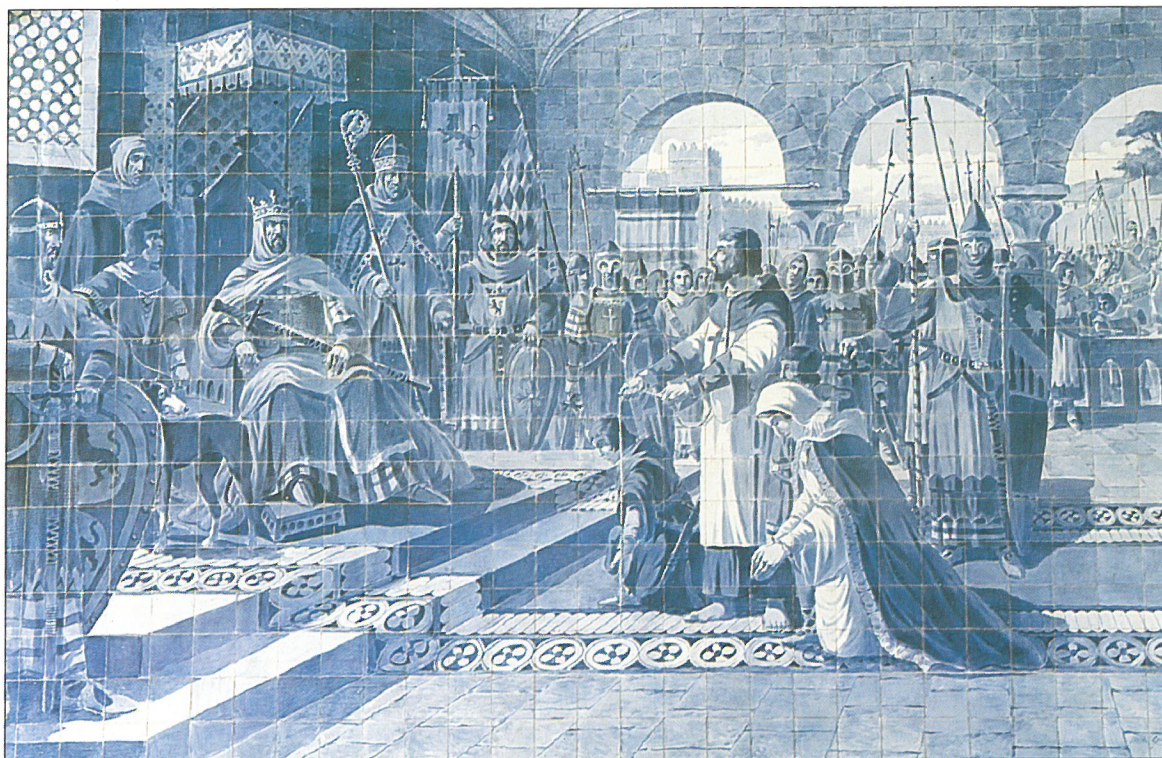


Castelo de Guimarães, símbolo da fundação e da independência de Portugal, mandado edificar pela condessa Mumadona.

No **Castelo de Guimarães** viveu o conde **D. Henrique** e **D. Teresa** e aí terá nascido **Afonso Henriques**, que viria a ser o **primeiro rei de Portugal**.

Por morte de **D. Henrique** tomou conta do governo sua mulher, **D. Teresa**, porque **Afonso Hen-**

riques contava apenas três anos de idade. **D. Teresa** alimentava os desejos de seu marido de se separar do Reino de Leão, mas não o conseguiu. Alguns fidalgos galegos participavam na administração do Condado, o que desagradava a muitos nobres.



Egas Moniz, acompanhado da mulher e dos filhos, apresenta-se a D. Afonso VII, rei de Leão.

AFONSO HENRIQUES ARMA-SE CAVALEIRO

— Afonso Henriques atingiu os 13 anos de idade e **armou-se** a si próprio **cavaleiro**, em 1122, na Catedral de **Zamora**. Também ele discordava do governo de sua mãe e tomou o partido de vários fidalgos.

EGAS MONIZ — Após a morte do conde D. Henrique, a educação do seu filho, o infante Afonso Henriques, foi confiada ao fidalgo **Egas Moniz**.

No ano de 1127, o rei de Leão, **D. Afonso VII**, filho de D. Urraca e D. Raimundo, sabendo que seu primo Afonso Henriques pretendia desligar o Condado Portucalense do Reino de Leão e tornar-se independente, cercou o castelo de Guimarães.

Egas Moniz prometeu, pela sua palavra de honra, ao rei de Leão, que Afonso Henriques lhe prestará vassalagem. O rei de Leão levantou o cerco e regressa a Castela.

Afonso Henriques só queria garantir a liberdade e a independência do Condado e nunca mais pensou em cumprir o que prometera.

Segundo a lenda, Egas Moniz apresentou-se, em Toledo, ao rei de Leão, acompanhado da mulher e dos filhos, descalços e vestidos como os condenados à morte, para resgatar a palavra dada.

Perante uma atitude de tanta **lealdade** e **coragem**, D. Afonso VII abraçou Egas Moniz, perdoou-lhe e mandou-o em paz, exclamando: «Como não há-de ser grande o Príncipe que teve tal educador?!...».

Mais tarde, o rei de Leão reconheceu a independência de Afonso Henriques.

Egas Moniz está sepultado na igreja românica (século XII) de Paço de Sousa (Penafiel).

BATALHA DE S. MAMEDE — O governo do Condado Portucalense, por D. Teresa, desagradava a Afonso Henriques e a muitos nobres, devido à influência que exerciam na corte alguns fidalgos da Galiza, em especial o conde Fernão Peres de Trava, que desempenhava importantes funções na governação.

Formaram-se então dois partidos: o de D. Teresa, constituído pelos fidalgos galegos e

pelo próprio conde de Trava, e o do jovem Afonso Henriques, formado pelos barões portucalenses de Entre Douro e Minho.

Afonso Henriques pediu a sua mãe que lhe entregasse o governo do Condado, mas ela recusou.

Gerou-se um conflito que atingiu o momento decisivo quando as forças dos dois lados se defrontaram, em **24 de Junho de 1128**, na **batalha de S. Mamede**, perto de Guimarães. Do encontro saiu vencedor Afonso Henriques, que tomou conta do governo do Condado Portucalense.

D. Teresa retirou-se para a Galiza.



Batalha de S. Mamede.

CRONOLOGIA

- 711 Invasão da Península Ibérica pelos Muçulmanos.
- 715 A cidade de Conímbriga é dominada pelos Árabes.
- 718 Os Cristãos, chefiados por Pelágio, derrotam os Mouros na batalha de Covadonga.
- 868 Reconquista de Portucale (Porto).
Vímara Peres é encarregado do seu governo.

**CONDE D. HENRIQUE de Borgonha
(1096-1112)
Pai de D. Afonso Henriques**

- 1094 Veio para a Península Ibérica o cavaleiro francês D. Henrique de Borgonha, para tomar parte nas campanhas da reconquista cristã.
- 1096 Casamento do conde D. Henrique com D. Teresa, filha de Afonso VI, rei de Leão.
- D. Afonso VI entrega o governo do Condado Portucale a D. Henrique de Borgonha.
- 1097 D. Henrique intitula-se «Conde Portucale» e chama aos seus domínios «Província Portucale».
- 1109 Nascimento de Afonso Henriques, filho do conde D. Henrique e de D. Teresa.
- Morte de D. Afonso VI, rei de Leão.
- 1111 O conde D. Henrique conquista Santarém.
- 1112 Morte do conde D. Henrique. É sepultado em Braga.

**CONDESSA D. TERESA
(1112-1128)
Mãe de D. Afonso Henriques**

- 1112 D. Teresa assume o governo do Condado Portucale.
- 1113 Fundação da Sé do Porto.
- 1114 É concedido foral a Arganil.
- 1117 Cerco de Coimbra pelos Mouros.
- 1120 Foral concedido à vila de Aguiar da Beira.
- D. Teresa doa o castelo e a terra de Soure à Ordem dos Templários.
- D. Teresa doa o burgo do Porto ao bispo D. Hugo.
- 1122 Afonso Henriques, ainda infante, arma-se a si próprio cavaleiro na Catedral de Zamora.
- 1123 Foral do Porto, concedido pelo bispo D. Hugo.
- 1127 D. Afonso VII de Castela cerca o castelo de Guimarães para obrigar Afonso Henriques a prestar-lhe vassalagem.
- Egas Moniz vai com a família a Toledo entregar-se a D. Afonso VII para resgatar a sua palavra.
- 1128 Batalha de S. Mamede (Guimarães) entre os partidários de Afonso Henriques e os de sua mãe D. Teresa. Saiu vitorioso Afonso Henriques, que assumiu o governo do Condado Portucale.
- 1130 Morte de D. Teresa.

FUNDAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL

2



1.^a DINASTIA - AFONSINA ou DE BORGONHA

SÉC. XII

1139
Afonso Henriques

1185
Sancho I

SÉC. XIII

1211
Afonso II

1223
Sancho II

1248
Afonso III

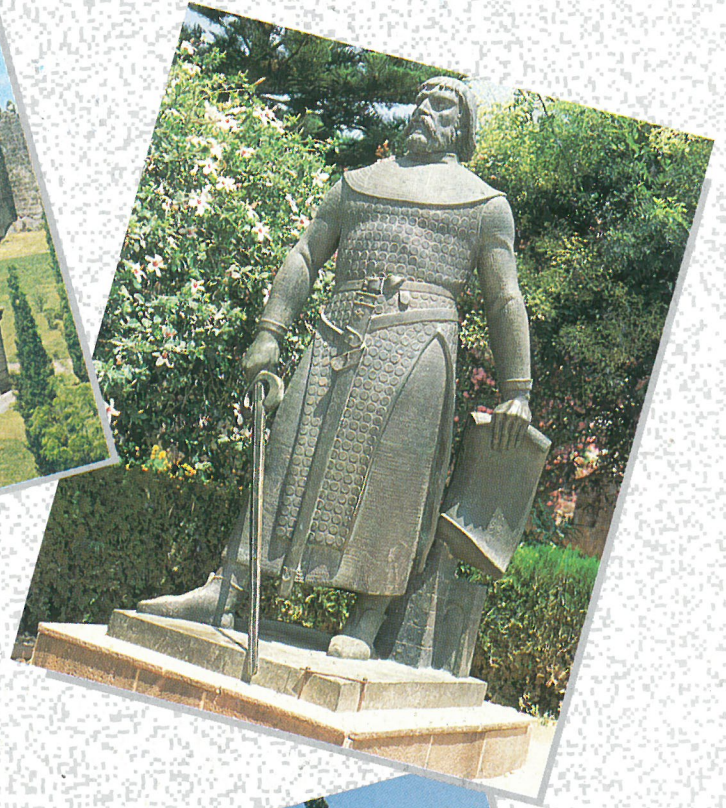
1279
Dinis

SÉC. XIV

1325
Afonso IV

1357
Pedro I

1367
Fernando



D. AFONSO HENRIQUES

Nasceu em Guimarães, em 1109. Era filho do conde D. Henrique e de D. Teresa. Casou com D. Mafalda de Sabóia.

A História de Portugal atribui a todos os reis um cognome ou alcunha. D. Afonso Henriques teve o cognome de o **Conquistador** pelas numerosas conquistas feitas aos Mouros.

A primeira dinastia chama-se **Afonsina** ou **de Borgonha** porque o seu primeiro rei foi D. Afonso, filho de D. Henrique de Borgonha.

D. Afonso Henriques recebeu do Papa a homenagem de **vassalo leal**, por conquistar para a Igreja a faixa da Europa que será a primeira do Ocidente ao serviço da civilização cristã. Faleceu em 6 de Dezembro de 1185. Jaz no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, que ele mandou edificar.



D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal
(de 1139 a 1185).

Após o êxito da batalha de S. Mamede, D. Afonso Henriques foi aclamado **soberano**

do Reino. Os destinos do Condado ficaram nas suas mãos.

A sua acção desenvolveu-se em três frentes:

— contra o seu primo D. Afonso VII, rei de Leão e Castela, para consolidar o seu domínio e garantir que reconhecesse a independência do Condado Portucalese;

— contra os Muçulmanos (Mouros), para alargar o seu território;

— declarou-se vassalo da Santa Sé, para que o Papa o reconhecesse como rei, e a Portugal como reino independente.

BATALHA DE CERNEJA — O grande desejo de D. Afonso Henriques era **libertar-se de Leão** e alcançar a independência.

Auxiliado pelos cavaleiros portucalese, invadiu a Galiza, em 1137, e derrotou as forças leonesas na batalha de Cerneja. Sacudiu, assim, o jugo leonês.

PAZ DE TUI — Aproveitando o facto de D. Afonso Henriques se encontrar em lutas no Norte, os Mouros invadiram o Condado a sul e conquistaram Tomar e Leiria.

D. Afonso Henriques viu-se forçado a pedir a paz a seu primo D. Afonso VII — a Paz de Tui —, que assinou em 1137, e entregou as terras conquistadas a norte do rio Minho.

BATALHA DE OURIQUE — D. Afonso Henriques venceu os Mouros na batalha de Ourique, em 25 de Julho de 1139, desbaratando um poderoso exército comandado por cinco reis mouros.

Segundo a lenda, na véspera da batalha, D. Afonso Henriques e os seus soldados tiveram uma **visão** que os deslumbrou: **Cristo** apareceu-lhes, incitando-os à batalha.

Alcançada a vitória, D. Afonso Henriques mandou pintar no **escudo da Bandeira Nacional** cinco pequenos **escudos azuis** (quinas), para se lembrar da vitória sobre os cinco reis mouros; e em cada um dos cinco escudos mandou pintar cinco pontos brancos que representam as cinco chagas de Cristo.

Depois desta vitória, **D. Afonso Henriques** intitulou-se **REI DE PORTUGAL**.

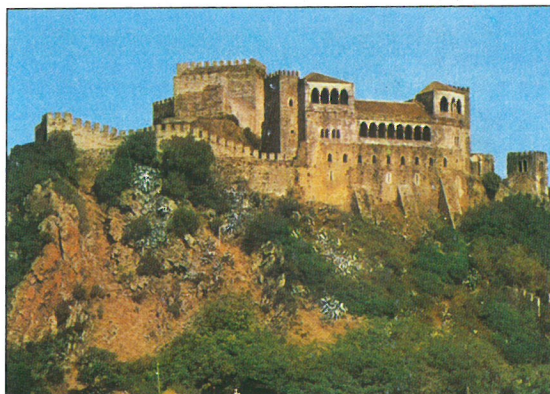
TORNEIO DE ARCOS DE VALDEVEZ — D. Afonso Henriques anulou a Paz de Tui e invadiu de novo a Galiza, mostrando ao rei de Leão o seu enorme desejo de se tornar independente. D. Afonso VII avançou sobre o território do Condado até Arcos de Valdevez. Aqui, em 1140, travaram-se combates à moda de **torneio**, isto é, entre dois cavaleiros, à espada ou à lança, saindo vitoriosos os Portugueses.

D. Afonso VII propôs a paz. Foi assinado o convénio de Valdevez, para pôr termo às lutas.

CONFERÊNCIA DE ZAMORA — Em 1143, na Conferência de Zamora, foi reconhecida por D. Afonso VII, rei de Leão, a **independência do Condado Portucalense**, que passou a designar-se **Reino de Portugal**, e concedido o **título de rei a D. Afonso Henriques**. Esteve presente o cardeal Guido de Vico, legado do Papa.

Assim nasceu uma nova Pátria — **PORTUGAL** — que, no século XVI, viria a tornar-se o maior império do Mundo.

VASSALAGEM À SANTA SÉ — O Papa tinha grande poder e influência sobre os reis cristãos. D. Afonso Henriques, para melhor garantir a independência nacional, pediu a protecção do Papa, encomendando-se à Santa Sé (1142):

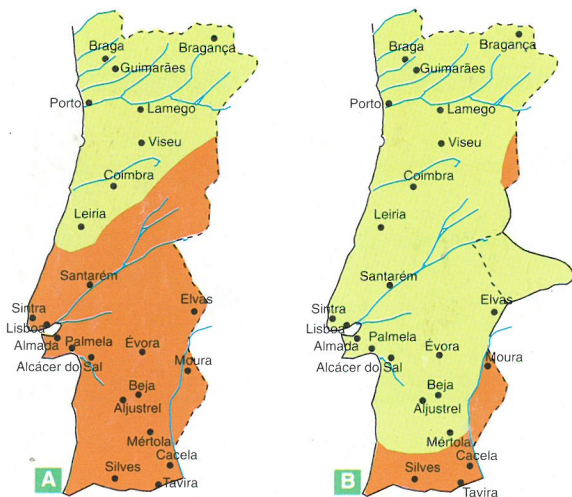


Castelo de Leiria, reconstruído por D. Afonso Henriques.

«Eu, Afonso, pela graça de Deus, rei de Portugal, ofereço também a minha terra ao bem-aventurado S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, com censo e tributo anual de quatro onças de ouro [cerca de 122 gramas], para que em minha pessoa e em minha terra, e nas coisas que tocam à dignidade e honra da minha terra, ache a defesa e consolação da Sé Apostólica...»

O papa Alexandre III, pela bula *Manifestis probatum*, reconheceu, em 1179, D. Afonso Henriques como **rei e Portugal como reino**:

«Ao nosso muito amado filho em Jesus Cristo, Rei dos Portugueses. Sabemos por evidentes sucessos que como bom filho e príncipe católico tendes feito vários serviços à Sacrossanta Igreja, destruindo valorosamente os inimigos do nome cristão, dilatando a fé católica por muitos trabalhos de guerra e empresas militares, deixando um nome memorável e um exemplo digno de os futuros o imitarem. Confirmamos a vossa grandeza e Portugal com inteira honra e dignidade de Reino e todas as terras que, com o auxílio da graça celeste, ganhastes aos Sarracenos e sobre as quais não possam príncipes cristãos julgar-se com direito. Concedemos também estas mesmas coisas aos vossos ditos herdeiros e os defenderemos sobre este respeito...»



Limites aproximados do território português:

- A** antes da conquista de Santarém;
- B** depois das conquistas de D. Afonso Henriques.



Conquista de Lisboa aos Mouros com a ajuda de cruzados que aportam os seus navios à costa.

CONQUISTAS AOS MOUROS — Assegurada a independência do Reino de Portugal, D. Afonso Henriques e os reis que lhe sucederam lançaram-se na tarefa de alargar o território para sul, lutando contra os Mouros. Nessa altura, a fronteira do Reino estendia-se um pouco para sul de Coimbra.

Os triunfos militares sucedem-se graças à coragem e decisão de D. Afonso Henriques e dos seus guerreiros.

O castelo de Leiria foi reconstruído e servia de defesa e apoio para os ataques no Sul. Leiria foi conquistada em 1145.

Em 1147 caiu **Santarém**, onde se notabilizou **Mem Ramires**. No mesmo ano, com o auxílio dos cruzados, conquistou **Lisboa**, a maior e mais linda cidade do Ocidente da Península, onde se destacou **Martim Moniz**, que se deixou esmagar para que os Mouros não fechassem uma das portas da cidade. Ficava assegurado o domínio cristão na linha do Tejo. Depois conquistou **Sintra**, **Almada** e **Palmela**.

Mais para sul, em pleno Alentejo, rendem-se as praças muçulmanas de **Alcácer do Sal** (1158), onde

se notabilizou **Gonçalo Mendes da Maia**, o **Lidador**; **Beja** (1162), onde se notabilizou **Fernando Gonçalves**; **Évora** (1165), com destaque para **Geraldo**, o **Sem-Pavor**; **Moura**, **Serpa** e **Juromenha** (1166).

Também **D. Fuas Roupinho** ganhou fama por ter comandado um grupo de galés armadas que saíram do porto de Lisboa e derrotaram uma armada mourisca, junto do cabo Espichel.

Outros castelos cederam ao impulso de D. Afonso Henriques, alargando-se, assim, o pequeno Portugal.

DESASTRE POLÍTICO-MILITAR DE BADAJOZ

— Com a morte de Afonso VII de Leão, houve desavenças entre o seu sucessor e D. Afonso Henriques, que atacou Badajoz, em 1169. D. Afonso Henriques foi obrigado a retirar e, quando saía a cavalo por uma das portas da fortaleza, caiu e fracturou uma das pernas. Ficou prisioneiro do rei de Leão, que lhe deu a liberdade a troco da entrega das terras da Galiza que D. Afonso Henriques tinha conquistado.

AS CRUZADAS

As Cruzadas eram expedições de **guerreiros** cristãos da Europa, que se realizaram a partir do século XI. Tinham por fim ajudar a expulsar os Infiéis dos Lugares Santos, na Palestina, tendo ajudado na luta contra os Mouros na Península Ibérica.

Designavam-se por **cruzados** porque usavam nas suas vestes uma **cruz de Cristo**, no peito.

Muitos desses cruzados aportaram a Portugal, e ajudaram D. Afonso Henriques, na conquista de Lisboa; D. Sancho I, na tomada de Silves; e D. Afonso II, na reconquista de Alcácer do Sal.

AS ORDENS RELIGIOSAS

E MILITARES

As ordens religiosas e militares eram congregações de **monges-guerreiros** que viviam sujeitos a determinadas regras religiosas. Tinham por finalidade propagar a religião cristã e combater os Infiéis.

Preocuparam-se com a defesa, o povoamento e a organização do território.

Introduziram novas técnicas e processos na agricultura e ensinaram os camponeses a cultivar a terra.

ORDEM DOS TEMPLÁRIOS — Admitida em Portugal por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, esta doou-lhe os castelos de Tomar e Almourol. Distinguiu-se na tomada de Santarém por D. Afonso Henriques e na conquista de Alcácer do Sal por D. Afonso II.

ORDEM DOS HOSPITALÁRIOS — Foi admitida também por D. Teresa. Possuía o castelo de Leça do Balio como sede. Recebeu várias doações, como Crato, Moura e Serpa. Distinguiu-se no cerco de



Cavaleiros da Ordem de Santiago.

Alcácer do Sal, no reinado de D. Afonso II; na conquista do Algarve, na época de D. Afonso III; e na batalha do Salado, no reinado de D. Afonso IV.

ORDEM DE CALATRAVA — Estabeleceu-se em Évora, chamando-se-lhe «Freires de Évora». Admitida por D. Afonso Henriques, funda o castelo de Alandroal e D. Sancho I doou-lhe o castelo de Alcanede. Possuía terras em Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra... D. Afonso II doou-lhe o lugar de Avis, ficando conhecida por «Freires de Avis».

ORDEM DE SANTIAGO DA ESPADA — Admitida por D. Afonso Henriques, doou-lhe a vila de Arruda, Alcácer do Sal e Almada. D. Sancho I doou-lhe Palmela, ficando os seus frades a serem designados por «Freires de Palmela». D. Sancho II doou-lhe os castelos de Aljustrel, Mértola e Tavira, que esta Ordem ajudou a conquistar.

Nos primeiros tempos da nacionalidade, a preocupação dominante era a conquista e o povoamento do território, em que tiveram papel importante as ordens religiosas.

MONUMENTOS — D. Afonso Henriques mandou construir muitas igrejas e mosteiros. Destacam-se o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; o de São Vicente de Fora, em Lisboa; e o de Tarouca.

MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA
— Povoa e colonizou a zona centro do País. Neste mosteiro funcionou uma escola que ministrava o

ensino àqueles que desejavam dedicar-se à vida religiosa.

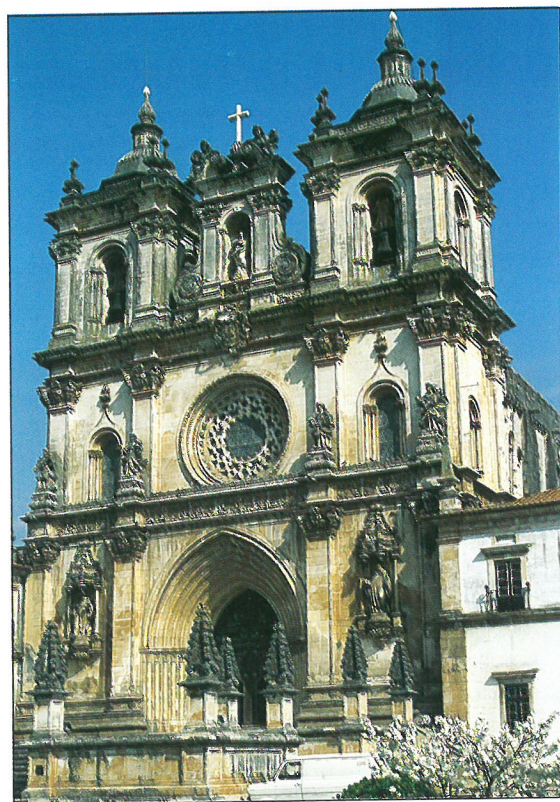
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA
— Englobava as vilas de Alfeizerão, Aljubarrota, Alpendriz... e outras povoações espalhadas por toda a Estremadura. Possuía muitas terras, que confinavam com o mar.

Os monges cultivavam os campos, guardavam os rebanhos e tentavam atrair e fixar a população rural, promovendo a agricultura por toda a região.

Neste mosteiro funcionou a primeira Aula Pública de Portugal.



Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.



Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

PORTUGAL NO SÉCULO XII

CLASSES SOCIAIS

A sociedade portuguesa era formada por três classes: o Clero, a Nobreza e o Povo.

O **CLERO**, formado pelos bispos, padres e monges, dedicava-se ao ensino da doutrina cristã. Era a classe mais importante, não só pela sua instrução e riqueza, como pela influência que exercia.

A **NOBREZA** abrangia os fidalgos que tinham praticado feitos de valor e a quem o rei concedia títulos e terras. Podiam ter soldados, receber impostos e aplicar a justiça nas suas terras.

O **POVO** formava uma classe com menos regalias. Compreendia os vilãos (homens das vilas); os mestrais ou artistas (carpinteiros, sapateiros, pedreiros, tecelões, alfaiates) e os servos da gleba, que trabalhavam nas terras.

COMUNICAÇÕES

E TRANSPORTES

Das primitivas estradas romanas, restavam apenas alguns troços mal conservados.

Os caminheiros deslocavam-se a pé transportando pequenos volumes ou cartas. Os almocreves transportavam as mercadorias em cavalos e burros e levavam encomendas e mensagens. Os carreteiros utilizavam o carro de duas ou quatro rodas puxado por animais.

O barco era um importante meio de transporte.

HABITAÇÃO

O povo vivia em casas feitas de madeira, barro, palha ou granito, cobertas de colmo ou giestas, embora já se empregasse a telha. As janelas eram estreitas e sem vidros. Em geral, as casas tinham um único andar térreo, com um pátio interior e um único compartimento onde se cozinhava, comia e dormia. O chão era de terra batida ou de pedra.

As casas eram construídas ao redor dos castelos e mosteiros.

Os palácios reais e de alguns nobres, os castelos e os conventos possuíam vários andares e muitas divisões.

O mobiliário era composto por arcas, armários, bancos, cadeirões e cofres, conforme as posses das famílias.

ALIMENTAÇÃO

O jantar, de manhã, e a ceia, à noite, constituíam as refeições principais, confeccionadas à base de produtos agrícolas.

As classes mais abastadas comiam, também, carne, mariscos, ovos e queijo. O milho e a batata ainda não eram conhecidos.

Não havia garfos. As facas de ponta serviam de garfos. As colheres começavam a aparecer. Os alimentos sólidos eram levados à boca com a mão ou sobre pedaços de pão. Para os alimentos líquidos, usavam-se pratos de madeira (escudelas) ou de barro (tigelas). Bebiam por uns copos chamados vasos.

VESTUÁRIO

Os homens mais abastados usavam a túnica, espécie de saia, a dalmática, que era parecida com a túnica mas com mangas largas e curtas, e o manto, que era uma espécie de capa ou sobretudo.

Os homens cobriam a cabeça com um capuz ou uma gorra. As mulheres usavam uma touca na cabeça. Nas pernas usavam meias grossas.

Calçavam sapatos bicudos de cabedal.

As pessoas mais modestas, os camponeses, vestiam um saio, espécie de vestido, que cobria o corpo até ao meio da perna, com mangas compridas e justas. Calçavam umas sandálias de correias. Usavam na cabeça um chapéu de palha de abas largas ou um capuz.

Os militares usavam cotas ou saios de malha e escudos para se protegerem.

O vestuário era feito com linho e lã.

ACTIVIDADES PROFISSIONAIS



Actividades agrícolas em Portugal, no século XII.

A maior parte da população dedicava-se à **agricultura**, a principal fonte de riqueza, à criação de gado, à caça e à **pesca**.

A pesca foi uma das principais actividades dos Portugueses do século XII.

Ligada à pesca havia a extracção de sal e a salga de peixe.



Pescadores na sua faina, no século XII.

Nas povoações mais pequenas, o **comércio** era feito pelos almocreves e vendedores ambulantes que transportavam os produtos no dorso de animais. As **feiras** eram centros onde se reuniam periodicamente os vendedores e os compradores, para fazerem os seus negócios. Era um meio de comunicação entre as populações.

No intervalo das feiras, os mercadores ambulantes e os almocreves abasteciam as povoações com produtos, de porta em porta, e ainda levavam as cartas ou recados e propagavam as novidades.

Nas cidades e vilas havia o mercado.

A **indústria** era muito rudimentar. Os principais produtos eram os tecidos de linho e de lã, ferramentas, armas, peles curtidas, alfaias agrícolas, olaria, sal e peixe salgado. Os **artesãos** (sapateiros, carpinteiros, tecelões, ferreiros, armeiros...) eram em número reduzido.

COMBUSTÍVEIS

Para cozinhar os alimentos e para o aquecimento usava-se a lenha e o carvão vegetal. Na iluminação empregavam-se as lamparinas de azeite, os fachos luminosos, os archotes e as tochas. As velas de cera eram raras e consideradas um luxo.

ADMINISTRAÇÃO

O rei e os fidalgos tinham a seu cargo a administração do reino e a defesa militar. Todos os poderes eram atribuídos ao rei: fazia e aplicava as leis, julgava e castigava os crimes.

Portugal era uma **monarquia absoluta e hereditária**, ou seja, era governado por um rei, sucedendo-lhe no trono o filho mais velho.

Chama-se **dinastia** a uma série de reis que se sucedem dentro da mesma família.

D. SANCHO I

Nasceu em Coimbra, em 1154. Filho de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda de Sabóia, sucedeu a seu pai. Casou com D. Dulce de Aragão, filha do conde de Barcelona. Herdeiro das virtudes militares de seu pai, continuou a luta encetada contra os Mouros. Foi cognominado de **o Povoador** por se ter ocupado do povoamento das terras. D. Sancho I faleceu em 1211, em Santarém. Jaz no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

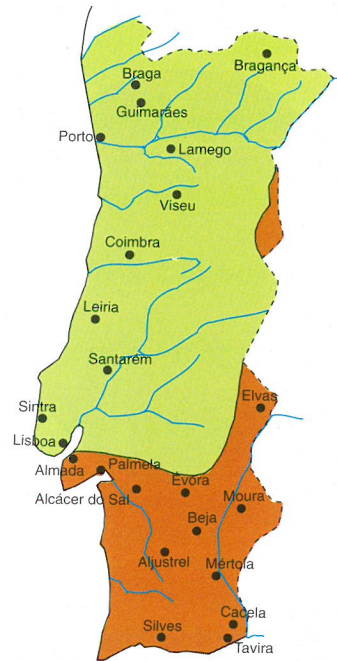


D. Sancho I, rei de 1185 a 1211.

CONQUISTAS — Os sucessores de D. Afonso Henriques prosseguem as lutas contra os Mouros. D. Sancho I conquistou os castelos de **Alvor** e **Albufeira** e a cidade de **Silves** (1189), no Algarve, com o auxílio de uma armada de cruzados.

A cidade de Silves era um grande centro comercial e cultural muçulmano na Península.

RECONQUISTAS DOS MOUROS — Os Mouros reforçam as suas tropas e retomam as terras algarvias e todas as povoações que D. Afonso Henriques tinha conquistado a sul do Tejo, excepto Évora.



Mapa de Portugal no reinado de D. Sancho I.

D. Sancho I reorganizou a defesa das fronteiras, mandou construir castelos, fundou povoações, concedeu forais e criou os concelhos. Mandou vir colonos estrangeiros a quem entregou terras com a obrigação de as cultivarem e defenderem. Doou terras às ordens religiosas.

SANTO ANTÓNIO DE LISBOA — Nasceu em Lisboa, em 1195. Notabilizou-se como uma das maiores figuras da Igreja e um dos mais brilhantes pregadores. Faleceu em 13 de Junho de 1231, em Pádua (Itália), e foi canonizado pela Igreja.

D. AFONSO II

Nasceu em Coimbra, em 1185. Filho de D. Sancho I e de D. Dulce de Aragão, foi o sucessor de seu pai. Casou com D. Urraca, filha de Afonso VIII de Castela.

Teve o cognome de **o Gordo**, por ser muito nutrido.

A principal preocupação de D. Afonso II foi a administração do Reino. Prosseguiu, também, o alargamento do território.

D. Afonso II faleceu em Santarém, em 1223. Jaz no Mosteiro de Alcobaça.



D. Afonso II, rei de 1211 a 1223.



Reconquista de Alcácer do Sal.

CORTES DE COIMBRA — No ano de 1211 reuniram-se as cortes em Coimbra, onde foram aprovadas as primeiras leis gerais que se conhecem no Reino. Nestas cortes, ou reuniões, participaram apenas representantes do **Clero** e da **Nobreza**. São as primeiras cortes de que há notícia exacta.

As cortes eram convocadas pelo rei e tinham por finalidade aconselhar o monarca nas suas decisões mais importantes.

BATALHA DE NAVAS DE TOLOSA — D. Afonso II prestou auxílio ao seu sogro, Afonso VIII, rei de Castela, contribuindo para a derrota dos Mouros na batalha de Navas de Tolosa (Espanha), em 1212.

RECONQUISTA DE ALCÁCER DO SAL — Em 1217, D. Afonso II reconquistou Alcácer do Sal.

Foi auxiliado por uma armada de cruzados e membros das ordens do Hospital, Templários e Santiago da Espada.

Alcácer do Sal tinha sido tomada aos Mouros por D. Afonso Henriques e perdida no reinado de D. Sancho I. Era um ponto estratégico devido à sua situação — a chave para a conquista do Alentejo.

INQUIRIÇÕES E CONFIRMAÇÕES — D. Afonso II ordenou as primeiras Inquirições Gerais em 1220. As **Inquirições** averiguavam a legitimidade das doações das terras que se encontravam na posse dos nobres e do clero.

As **Confirmações** consistiam em os nobres serem obrigados a apresentar à aprovação do novo rei as doações recebidas dos seus antecessores.

D. SANCHO II

Nasceu em Coimbra, em 1209. Filho de D. Afonso II e de D. Urraca de Castela, sucedeu a seu pai. Casou com D. Mécia Lopes de Haro, de Leão.

Teve o cognome de o **Capelo** por, em criança, ter usado o hábito de frade franciscano como satisfação de uma promessa.

Mostrou-se rijo na arte da guerra, como seu bisavô D. Afonso Henriques, mas foi um fraco administrador.

Destituído de rei pelo Papa, em 1245, D. Sancho II exila-se em Castela. Morre em Toledo, em 1248, onde foi sepultado.



D. Sancho II, rei de 1223 a 1245.

CONQUISTAS — Tomou aos Mouros **Elvas, Moura, Serpa, Juromenha, Aljustrel** e parte do Algarve, onde conquistou **Cacela, Mértola, Tavira, Alvor** e **Aiamonte**.

DEPOSIÇÃO DO REI — D. Sancho II alimentou conflitos com vários bispos e com a nobreza. Também não foi capaz de impor a sua autoridade contra o estado de anarquia que se vivia no País. Então, foi pedida a intervenção do papa Inocêncio IV que destituiu D. Sancho II de rei, em 1245, e nomeou o seu irmão D. Afonso de Bolonha governador do Reino.

MARTIM DE FREITAS — D. Sancho II teve provas de dedicação de alguns dos seus vassalos. Salienta-se o exemplo de Martim de Freitas, alcaide do castelo de Coimbra. Segundo a lenda, só entregou as chaves da cidade depois de ir a Toledo

certificar-se da morte de D. Sancho II. Mandou desenterrar o cadáver e, reconhecendo D. Sancho II, colocou-lhe as chaves do castelo nas mãos. Depois tirou-lhas, partiu para Portugal e, dirigindo-se a D. Afonso, irmão e sucessor do rei falecido, disse-lhe:

— «Agora sei que o rei, vosso irmão, está morto. Tomai as chaves e o Castelo de Coimbra que são vossos e, daqui por diante, servir-vos-ei e sereis meu senhor e meu rei.»



Conquistas depois de D. Sancho II.

D. AFONSO III

Nasceu em Coimbra, em 1210. Era irmão de D. Sancho II, a quem sucedeu. Casou com D. Matilde, condessa de Bolonha, e mais tarde casou com D. Beatriz de Guilhen. Foi cognominado de o **Bolonhês** por ter casado com a condessa de Bolonha. Assumiu a Regência do Reino em 1245. Depois da morte de seu irmão, D. Sancho II, em 1248, foi proclamado rei. Protegeu a agricultura e desenvolveu o comércio e a indústria. Criou concelhos e concedeu muitos forais. Procedeu a Inquirições Gerais. D. Afonso III faleceu em 1279. Jaz no Mosteiro de Alcobaça.



D. Afonso III, rei de 1248 a 1279.

CONQUISTA DEFINITIVA DO ALGARVE —

D. Afonso III empreendeu a conquista definitiva do Algarve, depois de haver tomado aos Mouros Faro (1249) e outras terras, com o auxílio dos freires de Santiago da Espada e dos de Avis. Depois conquistou **Albufeira, Loulé, Aljezur** e o **castelo de Porches**. Estava concluída a conquista do território português.

A partir deste grande feito, D. Afonso III e os reis que lhe sucedem passaram a usar o título de **Rei de Portugal e dos Algarves**.

CORTES DE LEIRIA — Reuniram-se em 1254 e nelas tomaram parte, pela primeira vez, representantes do **Povo**, ao lado do **Clero** e da **Nobreza**.

Os representantes do Povo foram escolhidos entre os administradores dos concelhos.

TRATADO DE BADAJOZ — Houve desavenças com o rei de Castela pela posse definitiva do Algarve e fixação dos limites de Portugal. Pelo Tratado de Badajoz (1267), foi reconhecido o direito de Portugal ao Algarve sendo a fronteira deste marcada pelo rio Guadiana.



Mapa de Portugal após a conquista do Algarve.

D. DINIS

Nasceu em Lisboa, em 1261. Era filho de D. Afonso III, a quem sucedeu, e de D. Beatriz de Guilhen. Casou com D. Isabel de Aragão (rainha Santa Isabel).

O pai de D. Dinis contratou grandes mestres para cuidarem da educação de seu filho: Domingos Jardo, português, e Américo d'Ébrard, francês.

O seu irmão D. Afonso pretende disputar a posse do trono e ambos se envolvem em lutas que terminaram graças à intervenção da rainha D. Isabel.

D. Dinis foi cognominado de **o Lavrador** porque foi a agricultura que lhe mereceu os seus maiores cuidados. Também há quem lhe chame **o Rei dos Três Arados**.

Promulgou sábias medidas para defender a agricultura e foi esse o arado da Terra. Protegeu as letras, fundou uma universidade e foi um dos primeiros poetas do Reino. É o arado da Língua. Plantou o pinhal de Leiria, tornando possível a conquista do mar. O pinhal era a esquadra dos descobrimentos ainda em terra. É o arado do Mar.

Reedificou ou construiu numerosos castelos, destacando-se os de Pinhel, Braga, Castelo Rodrigo, Almeida, Leiria, Sabugal, Beja e Castelo de Vide.

Concedeu forais a muitas terras e fixou as fronteiras do Reino.

Faleceu em Santarém em 1325. Foi sepultado no Convento de Odivelas, que mandara edificar.



D. Dinis, rei de 1279 a 1325.

PROTECÇÃO À AGRICULTURA — D. Dinis mandou semear os pinhais de Leiria e Azambuja. Criou várias herdades e mandou enxugar terras pantanosas como Ulmar, Salvaterra de Magos, Muge e Valada, para que pudessem ser cultivadas, e entregou-as a agricultores.

Ordenou a plantação de vinhas e pomares.

O pinhal de Leiria evitava que as areias da costa, trazidas pelo vento, prejudicasse as terras de culturas; também fornecia madeiras e lenhas.

As madeiras do pinhal de Leiria serviram para a construção das caravelas e galeões que levaram os Portugueses à descoberta de «novos mundos».

Proibiu as ordens religiosas de adquirirem mais terras. Procurou interessar os fidalgos pela agricultura, convencendo-os de que não perderiam a nobreza e suas honras por serem lavradores.

Desenvolveu o ensino da arte da agricultura.

Os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra deram um grande impulso à agricultura.

PROTECÇÃO AO COMÉRCIO — D. Dinis criou e desenvolveu **feiras e mercados**, para que pudessem ser negociados os produtos da terra.

Instituiu as **feiras francas**, onde os compradores e vendedores não pagavam impostos.

Para proteger o comércio marítimo, criou a Bolsa de Comércio no Porto.

Celebrou o primeiro tratado de **comércio** com a **Inglaterra**, em 1308, segundo o qual os mercadores portugueses podiam comerciar livremente na Inglaterra, e os ingleses em Portugal.

PROTECÇÃO À INDÚSTRIA — Desenvolveram-se as indústrias da pesca, da extracção do sal, de tecidos de linho e da preparação de peles de animais.

Protegeu e desenvolveu a exploração das minas de ferro, chumbo, ouro, prata e cobre.

PROTECÇÃO À MARINHA — D. Dinis mandou construir novos barcos para o transporte de mercadorias e para a pesca. Iniciou a pesca do atum e da baleia. Criou portos.

Contratou o genovês Manuel Pessanha, em 1317, para almirante-mor da armada, organizando a marinha de guerra e preparando os Portugueses nas coisas do mar.

ORDEM DE CRISTO — A Ordem dos Templários, que entrou em Portugal quando governava D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, foi extinta.

D. Dinis pediu ao papa que fosse criada em Portugal a Ordem de Cristo (1315), para a qual transitariam os domínios e bens dos Templários. O papa aceitou, passando a sede da Ordem de Cristo para o Convento de Tomar.

A Ordem de Cristo teve papel importante nos Descobrimientos Portugueses, através do seu Mestre, o infante D. Henrique.



Trabalhos agrícolas.

ESTUDO GERAL — Os estudantes que quisessem seguir cursos superiores tinham de ir frequentar as universidades de Espanha, França ou Itália.

D. Dinis, que apreciava o valor da cultura, fundou em Lisboa, em 1290, uma **Universidade** denominada **Estudo Geral**. Foi transferida para Coimbra e depois para Lisboa e, finalmente, foi fixada em Coimbra por D. João III, no ano de 1537.



Universidade de Coimbra, fundada no final do séc. XIII.

D. DINIS E OS CANCIONEIROS — D. Dinis foi um dos reis mais cultos do seu tempo. Ordenou que fosse usado o **português** nos documentos públicos, em substituição do latim.

Mandou traduzir a Bíblia.

Também conhecido por **Rei Trovador**, D. Dinis foi um grande poeta. As suas poesias encontram-se colecionadas em livros chamados «Cancioneiros». É no *Cancioneiro da Vaticana* que se encontram as mais belas poesias de D. Dinis.

CANTIGA DE AMIGO

Ai, flores, ai flores do verde pino,
se sabedes novas do meu amigo!

Ai, Deus, e u é?

Ai, flores, ai flores do verde ramo,
se sabedes novas do meu amado!

Ai, Deus, e u é?

Se sabedes novas do meu amigo,
aquele que mentiu do que pôs comigo!

Ai, Deus, e u é?

Se sabedes novas do meu amado,
aquele que mentiu do que m'há jurado!

Ai, Deus, e u é?

D. DINIS

RAINHA SANTA ISABEL — D. Dinis casou com a princesa Isabel de Aragão, senhora dotada de raras virtudes. Ela conseguiu pôr termo à luta armada que D. Dinis manteve com o herdeiro do trono, seu filho, o infante D. Afonso, que pretendia assenhorear-se do poder ainda em vida do pai.

Esta luta deve-se à amizade que D. Dinis dedicava ao seu filho bastardo Afonso Sanches, e do receio que havia em ele vir a ser o herdeiro do trono.

A intervenção de D. Isabel evitou, nos campos de **Alvalade**, uma grande batalha entre pai e filho.

Mais tarde, conseguiu que se estabelecesse a paz entre ambos.

Ainda em vida, o povo já lhe chamava Rainha Santa. Contam-se dela alguns milagres. O mais conhecido é o **Milagre das Rosas**, em que, segundo a lenda, transformou em rosas as esmolas que levava no regaço para os pobres.

Depois da morte de D. Dinis, a rainha D. Isabel recolheu-se ao Convento de Santa Clara, em Coimbra, que ela fundou, onde se entregou à oração, à penitência e a obras de caridade. Aí faleceu em 1336 e se encontra sepultada.

Foi canonizada em 1625, pelo papa Urbano VIII, e é venerada sob a invocação de Rainha Santa Isabel.



Rainha Santa Isabel.

D. AFONSO IV

Nasceu em Lisboa, em 1291. Era filho de D. Dinis, a quem sucedeu, e de D. Isabel de Aragão. Casou com D. Beatriz de Castela.

Pela sua valentia, foi cognominado de **o Bravo**.

D. Afonso IV desenvolveu o país criando várias povoações, novos concelhos, feiras e mercados. Transferiu a universidade para Coimbra, em 1354.

D. Afonso IV faleceu em 1357. Jaz na capela-mor da Sé de Lisboa, por ele reconstruída.



D. Afonso IV, rei de 1325 a 1357.

BATALHA DO SALADO — O rei de Castela pediu auxílio a D. Afonso IV na luta contra os Mouros, que ameaçavam reconquistar Castela e toda a Península.

Os dois exércitos desbarataram os infiéis na batalha do Salado, em 1340, onde o nosso rei se cobriu de glória pela sua valentia.

EXPEDIÇÃO ÀS ILHAS CANÁRIAS — D. Afonso IV desenvolveu a marinha, que já contava com uma valorosa esquadra. Organiza expedições às ilhas Canárias, em 1336 e 1341, que incluíam mari-

neiros genoveses, entre eles Lançarote, que deu o nome a uma das ilhas. Nas expedições que fizeram, os navegadores trouxeram madeiras, óleos, peles de animais. Em 1344 a posse das Canárias passa para Castela. D. Afonso IV reivindica, sem êxito, em 1345, a posse das Canárias para Portugal.

PESTE NEGRA — Devido à falta de uma alimentação racional, à falta de higiene e de medicamentos, as doenças propagavam-se com facilidade.

A Peste Negra foi uma grande calamidade que apareceu no reinado de D. Afonso IV, em 1348, e matou cerca de um terço da população portuguesa.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA — Nos primórdios da nacionalidade, os juízes eram escolhidos entre os homens honrados de cada terra. Esta medida tinha os seus inconvenientes porque era difícil serem independentes e imparciais nos julgamentos.

D. Afonso IV ordenou que os juízes não podiam ser naturais das terras para onde fossem nomeados. Eram designados por **juízes de fora**.

D. INÊS DE CASTRO — Veio para Portugal como dama de companhia de D. Constança, mulher de D. Pedro, o herdeiro do trono, e por quem este se apaixonou e com quem queria casar.

D. Afonso IV, instigado pelos seus conselheiros a considerar esse casamento prejudicial aos interesses da Nação, consentiu na condenação à morte de D. Inês de Castro. Foi executada nos paços de Santa Clara em Coimbra, em 1355, por Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco.

O príncipe D. Pedro, desesperado, revoltou-se contra o pai. Interveio a rainha D. Beatriz, mãe de D. Pedro, que estabeleceu a paz.

D. PEDRO I

Nasceu em Coimbra, em 1320. Era filho de D. Afonso IV, a quem sucedeu, e de D. Beatriz. Casou com D. Constança, de Castela.

D. Pedro I foi cognominado de **o Justicheiro** porque «amava a justiça e era muito amigo de a fazer com direito». Era um rei generoso que franqueava a sua mesa a todos. O povo adorava-o. D. Pedro I empenhou-se na prosperidade do país e foi um bom administrador. O povo dizia que «dez anos como estes em que reinou el-rei D. Pedro, nunca houve em Portugal». Faleceu em Estremoz, em 1367. Os restos mortais de D. Pedro I e de D. Inês de Castro encontram-se no Mosteiro de Alcobaça. Os seus túmulos são duas obras-primas sem par na escultura portuguesa.

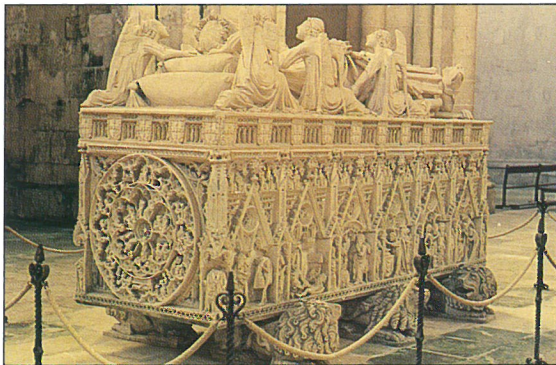


D. Pedro I, rei de 1357 a 1367.

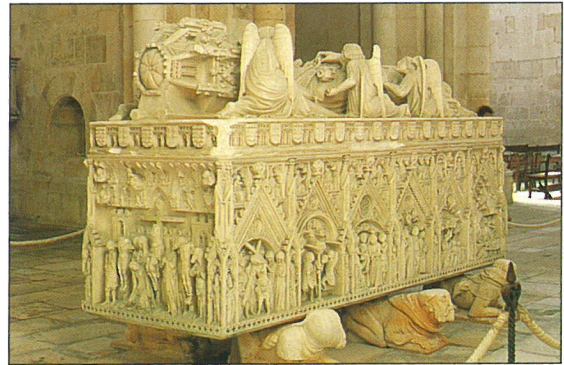
MORTE DE D. INÊS DE CASTRO — D. Pedro I logo que subiu ao trono procurou vingar-se da morte de D. Inês de Castro. Puniu severamente dois dos assassinos, Álvaro Gonçalves e Pêro Coelho. O terceiro, Diogo Lopes Pacheco, refugiou-se em França.

CORTES DE ELVAS — D. Pedro I reuniu cortes em Elvas, em 1361. Aí, foram tomadas medidas importantes em benefício do povo.

BENEPLÁCITO RÉGIO — D. Pedro I decidiu que qualquer determinação vinda do papa, em relação à Igreja e Clero de Portugal, só teria valor depois de assinada e publicada pelo rei. Esta lei foi designada por «Beneplácito Régio».



Túmulo de D. Pedro I.



Túmulo de D. Inês de Castro.

D. FERNANDO

Nasceu em Coimbra, em 1345. Era filho de D. Pedro I, a quem sucedeu, e de D. Constança. Casou com D. Leonor Teles, contra a vontade do povo.

D. Fernando teve o cognome de **o Formoso**, devido à sua beleza e distinta figura. Protegeu a agricultura, o comércio e a marinha. Transferiu a universidade de Coimbra para Lisboa, em 1377, e concedeu-lhe novos privilégios. Fundou povoações, reparou castelos e protegeu as cidades de Lisboa e Porto com fortes muralhas.

Morreu em 1383, deixando uma única filha, D. Beatriz, casada com D. João I, rei de Castela. Terminou, assim, a primeira dinastia, conhecida por «**Afonsina**» ou «**de Borgonha**».



D. Fernando, rei de 1367 a 1383.

GUERRAS COM CASTELA. ALIANÇA COM A INGLATERRA — D. Fernando julgava-se com direito ao trono de Castela, com quem sustentou três guerras, mas em nenhuma delas os Portugueses foram felizes.

O rei castelhano invadiu Portugal e cercou Lisboa, terminando a luta com a paz de Santarém.

Na terceira guerra, D. Fernando pediu auxílio aos Ingleses e terminou com um tratado que estabeleceu o casamento de D. Beatriz, única filha de D. Fernando, com D. João I de Castela.

Em 1373 foi assinado um tratado de aliança e amizade entre Portugal e Inglaterra — a **Aliança Anglo-Portuguesa** — que facilitou e desenvolveu o nosso comércio externo.

PROTECÇÃO À AGRICULTURA — Devido às guerras com Castela, à Peste Negra e ao êxodo das populações do campo para a cidade, a agricultura ficou ao abandono.

Para combater a crise agrícola, D. Fernando publicou, em 1375, a **Lei das Sesmarias**.

LEI DAS SESMARIAS

...Todos os que tivessem herdades próprias ou alugadas fossem obrigados a lavrá-las e semeá-las; se o não pudessem fazer lavrassem uma parte e entregassem a restante para outrem lavar; de modo que todas as herdades que pudessem dar pão fossem semeadas de trigo, cevada e milho. E que todos os que eram lavradores e também filhos e netos dos lavradores e todos aqueles que morassem em vilas, cidades ou fora delas, desde que tivessem ofício de lavrador, fossem obrigados a lavar terras. Mandou el-rei que quaisquer homens, mulheres ou crianças que andassem a pedir ou não tivessem profissão, fossem obrigados a servir nas terras.

Crónica de El-Rei D. Fernando

PROTECÇÃO À MARINHA — D. Fernando, para fomentar a construção de barcos com mais de 100 toneladas, para transporte de mercadorias, permitiu a utilização gratuita das madeiras das matas reais, e isentou de direitos a importação de ferro e outros materiais para a construção de barcos.

Criou em Lisboa e no Porto a «Companhia das Naus», em 1370, que era uma Bolsa de Seguros Marítimos para indemnizar os proprietários dos navios, no caso de naufrágio ou de danos sofridos. Os donos dos navios pagavam uma percentagem sobre os lucros recebidos.

PROTECÇÃO AO COMÉRCIO — Desenvolveu o comércio interno e o comércio marítimo com o estrangeiro. Facilitou a exportação de mercadorias, tornando-as isentas de impostos alfandegários.

Apareceram ricos mercadores que deram origem a uma nova classe social, denominada **burguesia**.

DEULADEU MARTINS — Os castelhanos invadiram a vila de Monção e puseram cerco ao castelo com um grosso exército.

O alcaide-mor de Monção estava ausente. Sua esposa, Deuladeu Martins, assumiu o comando do castelo e organizou a sua defesa. Decorridos muitos dias de cerco, começaram a faltar os mantimentos e os Castelhanos esperavam que os Portugueses se rendessem pela fome. Apercebendo-se das intenções do inimigo, a corajosa mulher juntou os restos de farinha que ainda tinha e mandou cozer pão. Depois, subindo ao alto das muralhas do castelo, atirou o pão aos Castelhanos e gritou-lhes:

— Vós que não nos podeis vencer pelas armas, enganais-vos se pensais que nos podereis vencer pela fome. Temos aqui muito que comer. Na praça há pão para nós e para vos dar. Pegai lá! Ainda vem quente do forno...

Os Castelhanos ficaram surpreendidos e, levantando o cerco, retiraram-se.



Mercado urbano.

O INTERREGNO— 1383/1385

A única filha de D. Fernando e de sua mulher D. Leonor Teles era D. Beatriz, casada com D. João I, rei de Castela. No contrato de casamento ficou estabelecido que, por morte de D. Fernando, o trono português seria ocupado por um filho de D. Beatriz quando o mesmo atingisse 14 anos de idade. Até que isso acontecesse, governaria como regente a rainha D. Leonor Teles.

D. LEONOR TELES — D. Fernando faleceu em 1383. Como sua filha não tinha descendentes, assumiu a regência do Reino D. Leonor Teles, que proclamou D. Beatriz «rainha de Portugal».

O povo ficou descontente não só por esta medida, que nos podia levar à perda da independência, mas também porque não queria ver D. Leonor no governo do País. Organizou-se uma revolta chefiada por D. João, mestre da Ordem de Avis, para afastar D. Leonor do governo, assim como o seu influente conselheiro galego, conde Andeiro.



D. Leonor Teles.

Foram ao paço real e o mestre de Avis matou o conde Andeiro. D. Leonor fugiu para Alenquer e depois para Santarém. Daí, pediu ao rei de Castela para invadir Portugal.

O MESTRE DE AVIS — O povo de Lisboa, ao saber da morte do conde Andeiro, veio para a rua e aclamou D. João, mestre de Avis, «Regedor e Defensor do Reino».

D. João tomou conta do governo, mas sentiu muitas dificuldades. A maioria dos nobres estava ligada a D. Beatriz. Contava com o povo, «a arraiamiúda», e com os burgueses. Não havia exército organizado nem dinheiro. O exército castelhano era poderoso.

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA — O rei de Castela marchou sobre Lisboa com um numeroso exército. Uma esquadra subiu o Tejo e postou-se em frente da cidade. Lisboa ficou isolada por terra e por mar. Os combates sucediam-se. Surgiu a fome e a miséria.

O cerco durou quase cinco meses e os Portugueses foram resistindo com valentia e repelindo o inimigo. Mas a vitória era difícil, dado o poderio do exército castelhano. A peste começou a atacar as tropas castelhanas cujos soldados morriam às centenas. A própria rainha D. Beatriz foi atingida pela grave doença.

O rei de Castela, vendo os seus homens atacados pela doença e o fracasso da vitória, levantou o cerco e retirou-se para o seu país.

BATALHA DE ATOLEIROS — D. Nuno Álvares Pereira era um jovem e arrojado cavaleiro da mais alta nobreza do Reino. Auxiliou o mestre de Avis na defesa de Lisboa contra os Castelhanos. Foi encarregado da defesa das terras do Alentejo, onde desempenhava as funções de «fronteiro do Alentejo».

Em 1384 os Castelhanos atacaram algumas terras do Alentejo. D. Nuno Álvares Pereira reuniu as suas reduzidas tropas e encontrou-se com o inimigo junto da vila de Fronteira. O terreno era pantanoso, por isso se chamava Atoleiros.

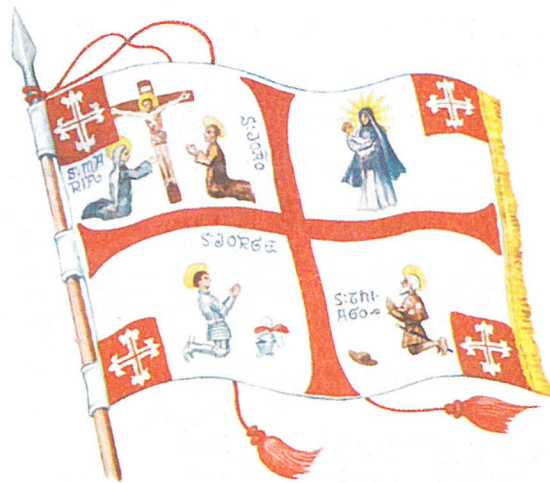
Um conjunto de homens formava sobre a terra um **quadrado**, táctica usada pelos Ingleses.

D. Nuno encomendou-se a Deus e à Virgem.

Ao longe via-se uma bandeira a esvoaçar, que era cortada por uma larga cruz. Nos quatro cantos Cristo crucificado, a Virgem, Sant'Iago (patrono da Península Ibérica), S. Jorge (patrono de Portugal).



D. Nuno Álvares Pereira.



Bandeira de Nuno Álvares Pereira.

Este punhado de homens manteve-se firme. Ao lado, os Castelhanos contavam-se aos milhares. Vestiam boas armaduras, montavam belos cavalos e traziam as melhores armas.

A batalha foi dura, mas os Portugueses derrotaram os Castelhanos, que se puseram em fuga.

D. Nuno Álvares Pereira, com 24 anos de idade, deu provas de ser um grande chefe militar.

JOÃO DAS REGRAS E AS CORTES DE COIMBRA — Como Portugal ainda não tinha um rei que governasse, foram convocadas as Cortes de Coimbra, em 1385.

O jurista e orador **Dr. João das Regras** defendeu que nenhum dos pretendentes à sucessão de D. Fernando — D. Beatriz, D. João de Castela, o mestre de Avis, os infantes D. João e D. Dinis (filhos de D. Inês de Castro) — era herdeiro de direito. Sendo assim, o trono estava vago. O único que merecia ser rei era o mestre de Avis, por ser filho de rei e merecer a honra e dignidade de rei. Então, o mestre de Avis foi aclamado «rei de Portugal» com o nome de D. João I, em 6 de Abril de 1385, apesar da oposição dos nobres.



Cerco a Lisboa pelos Castelhanos.

CRONOLOGIA

Séc. XII

Séc. XIII

Séc. XIV

1.ª DINASTIA — AFONSINA ou DE BORGONHA



D. AFONSO HENRIQUES — o Conquistador (1128-1185)

Filho do conde D. Henrique e de D. Teresa

- 1109 Nascimento, provável, em Guimarães.
- 1122 D. Afonso Henriques arma-se a si próprio cavaleiro na Catedral de Zamora.
- 1127 Afonso VII de Leão e Castela cerca o castelo de Guimarães. Acção de Egas Moniz.
- 1128 Batalha de S. Mamede. D. Afonso Henriques sai vitorioso e assume o governo do Condado Português.
- 1130 D. Afonso Henriques invade a Galiza. Estabelecimento da Ordem dos Templários.
- 1136 Foral de Seia. Batalha de Cerneja contra os Castelhanos.
- 1137 Torneio de Arcos de Valdevez. Paz de Tui.
- 1139 Batalha de Ourique (contra os Mouros). D. Afonso Henriques toma o título de rei, pela primeira vez.
- 1140 Recontro de Arcos de Valdevez.
- 1143 D. Afonso Henriques presta vassalagem ao papa. D. Afonso VII, rei de Leão e Castela, reconhece o título de rei a D. Afonso Henriques, na presença do cardeal Guido, representante do papa, na Conferência de Zamora.
- 1144 Estabelecimento da Ordem de Cister.
- 1145 Reconquista de Leiria.
- 1146 Casamento do rei com D. Mafalda de Sabóia.
- 1147 Conquista de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela.
- 1153 Fundação da abadia de Alcobaça.
- 1158 Conquista de Alcácer do Sal.
- 1159 Conquista de Évora e Beja. Os Templários estabelecem-se em Tomar.
- 1161 Évora, Beja e Alcácer do Sal são tomadas pelos Mouros.
- 1162 Reconquista de Beja.
- 1165 Reconquista de Évora, por Geraldo Sem Pavor.
- 1166 Tomada de Serpa e Moura. Estabelecimento da Ordem de Calatrava.
- 1179 O papa Alexandre III, pela bula «*Manifestis probatum*», reconhece a D. Afonso Henriques o título de rei.
- 1185 Morte de D. Afonso Henriques.



D. SANCHO I — o Povoador (1185-1211)

Filho de D. Afonso Henriques

- 1154 Nascimento de D. Sancho I.
- 1174 Casamento com D. Dulce de Aragão.
- 1185 Sobe ao trono D. Sancho I.
- 1186 Surge o concelho da Covilhã.
- 1189 Conquista de Silves e Alvor.
- 1191 Os Mouros retomam Silves e outras praças algarvias, assim como Alcácer do Sal, Palmela e Almada. Foral de Penacova.
- 1195 Nascimento de Santo António, em Lisboa.
- 1197 Fundação da cidade da Guarda.
- 1200 Paz entre Portugal e Leão.
- 1211 Morte de D. Sancho I.



D. AFONSO II — o Gordo (1211-1223)

Filho de D. Sancho I

- 1185 Nascimento de D. Afonso II.
- 1208 Casamento do rei com D. Urraca, de Castela.
- 1211 Sobe ao trono D. Afonso II. Realizam-se as Cortes de Coimbra: as primeiras de que há notícia exacta. Doação de Avis (Alentejo), aos frades de Évora.
- 1212 Vitória na batalha de Navas de Tolosa, contra os Mouros, onde participaram forças portuguesas, a pedido do rei de Castela.
- 1213 Foral dado a Castelo Branco pelos Templários.
- 1216 Confirmações gerais dos títulos de propriedade.
- 1217 Reconquista de Alcácer do Sal, por iniciativa de D. Soeiro, bispo de Lisboa.
- 1220 Inquirições Gerais de D. Afonso II, aos títulos de posse das terras.
- 1223 Morte de D. Afonso II.

CRONOLOGIA

Séc. XII

Séc. XIII

Séc. XIV

1.ª DINASTIA — AFONSINA ou DE BORGONHA



D. SANCHO II — O Capelo (1223-1248) Filho de D. Afonso II

- 1209 Nascimento de D. Sancho II.
- 1223 Sobe ao trono D. Sancho II.
Casamento do rei com D. Mécia Lopes de Haro, de Leão.
- 1226 Tomada de Elvas aos Mouros.
- 1229 Cortes de Coimbra.
- 1231 Morte de Santo António de Lisboa, em Pádua (Itália).
- 1232 Reconquista de Moura e Serpa.
- 1234 Tomada de Aljustrel por Paio Peres Correia.
- 1238 Conquista de Mértola.
- 1239 Conquista de Cacela, Tavira e Alvor.
- 1240 Conquista de Aiamonte, na foz do rio Guadiana.
- 1245 D. Sancho II é afastado do poder pelo papa Inocêncio IV que designa seu irmão D. Afonso III como regente.
- 1246 D. Sancho II acolhe-se ao Mosteiro de Toledo (Espanha).
- 1248 Morte de D. Sancho II no exílio, em Toledo.



D. AFONSO III — o Bolonhês (1248-1279) Irmão de D. Sancho II

- 1210 Nascimento de D. Afonso III.
- 1238 Casamento com D. Matilde, de Bolonha.
- 1245 Assume a regência do Reino.
- 1248 Sobe ao trono D. Afonso III.
- 1249 Tomada de Faro e Loulé e do castelo de Porches (conquista do Algarve).
- 1250 Cortes de Guimarães.
- 1252 Guerra com Castela.
- 1253 Paz com Afonso X de Leão e Castela: casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha de Afonso X. Lei da Almotacaria.
- 1254 Cortes de Leiria nas quais, pela primeira vez, participam representantes dos concelhos.

- 1258 Inquirições Gerais.
- 1261 Cortes de Coimbra. Cortes de Guimarães.
- 1267 Tratado de Badajoz: estabelece a fronteira meridional entre os dois reinos (rio Guadiana).
- 1273 Cortes de Santarém.
- 1276 O português Pedro Hispano é eleito papa com o nome de João XXI.
- 1279 Morte de D. Afonso III.



D. DINIS — o Lavrador (1279-1325) Filho de D. Afonso III

- 1261 Nascimento de D. Dinis.
- 1279 Sobe ao trono D. Dinis.
- 1282 Casamento do rei com D. Isabel de Aragão, a rainha Santa Isabel.
Cortes de Évora.
- 1285 Cortes de Lisboa.
- 1290 Fundação dos Estudos Gerais (Universidade) em Lisboa.
- 1293 Criação de uma «Bolsa de Seguros» dos mercados portugueses.
- 1295 Guerra com Castela.
- 1297 Tratado de Alcanises, entre Portugal e Castela, que fixa os limites definitivos da Nação.
- 1308 Tratado de comércio com o rei de Inglaterra. A Universidade é transferida para Coimbra.
- 1315 Fundação da Ordem de Cristo.
- 1317 O genovês Manuel Pessanha reorganiza e comanda a frota e a marinha de guerra.
- 1320 Lutas entre D. Dinis e seu filho, o príncipe D. Afonso, tendo intervido, para estabelecer a paz, a rainha D. Isabel.
- 1325 Morte de D. Dinis.
- 1336 Morte da rainha Santa Isabel.



D. AFONSO IV — o Bravo (1325-1357) Filho de D. Dinis

- 1291 Nascimento de D. Afonso IV.
- 1297 Casamento com D. Beatriz, de Castela.
- 1325 Sobe ao trono D. Afonso IV.
Cortes de Évora.

CRONOLOGIA

Séc. XII

Séc. XIII

Séc. XIV

1.ª DINASTIA — AFONSINA ou DE BORGONHA

- 1336 Uma expedição portuguesa, que incluía marinheiros genoveses, redescobre as ilhas Canárias.
- 1338 Concessão de privilégios a mercadores estrangeiros estabelecidos em Portugal.
Transferência da Universidade para Lisboa.
- 1340 Batalha do Salado.
- 1348 A Peste Negra entra em Portugal e mata cerca de um terço da população.
- 1349 Lei do trabalho rural obrigatório.
- 1354 A Universidade é transferida para Coimbra.
- 1355 Condenação à morte e execução de D. Inês de Castro, nos Paços de Santa Clara, em Coimbra. D. Pedro envolve-se em lutas com seu pai D. Afonso IV.
- 1357 Morte de D. Afonso IV.



D. PEDRO I — o Justicheiro
(1357-1367)
Filho de D. Afonso IV

- 1320 Nascimento de D. Pedro I.
- 1328 Casamento com D. Branca, de Castela.
- 1336 Casamento com D. Constança, de Castela.
- 1357 Sobe ao trono D. Pedro I.
Punição dos executores de D. Inês de Castro.
Concessão de privilégios aos mercadores genoveses estabelecidos em Portugal.
- 1358 Cortes de Santarém.
- 1361 Cortes de Elvas, que sancionam a instituição do «Beneplácito Régio».
- 1367 Morte de D. Pedro I.



D. FERNANDO — o Formoso
(1367-1383)
Filho de D. Pedro I

- 1345 Nascimento de D. Fernando.
- 1360 Nascimento de D. Nuno Álvares Pereira.
- 1367 Sobe ao trono D. Fernando.
- 1369 D. Fernando invade a Galiza. Primeira guerra com Castela.

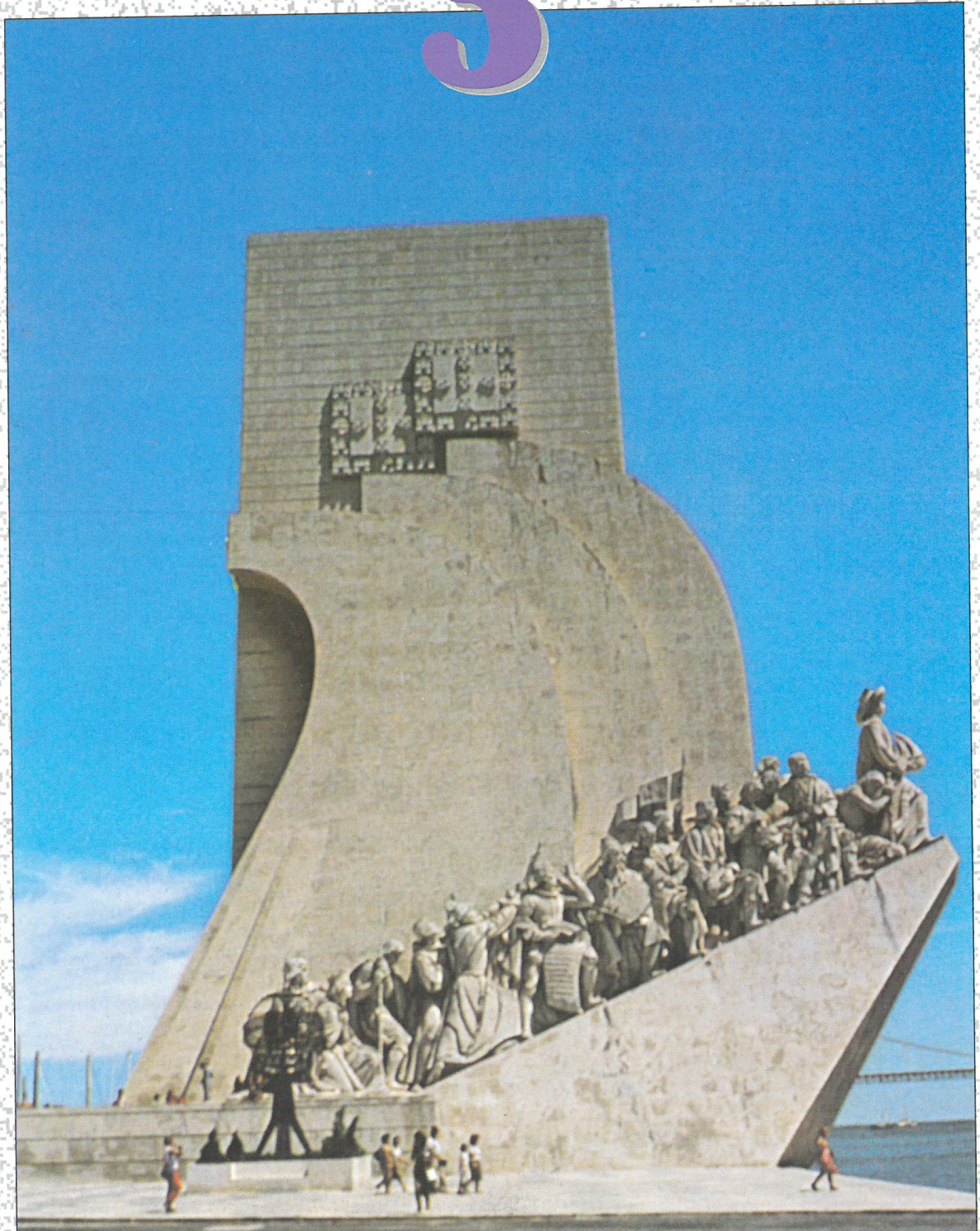
- 1370 É criada a Bolsa de Seguros Marítimos: «Companhia das Naus».
- 1371 Cortes de Lisboa.
Paz de Alcoutim, com Henrique II de Castela.
- 1372 Cortes de Leiria. Cortes de Évora. Cortes do Porto.
Casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles no Mosteiro de Leça do Balio, contra a vontade do povo.
- 1373 Início da segunda guerra com Castela.
Os Castelhanos entram em Lisboa.
Paz de Santarém, com Castela.
Deuladeu Martins assume o comando da defesa de Monção, do cerco dos Castelhanos.
Reconstrução das muralhas de Lisboa e do Porto.
- 1375 D. Fernando promulga a «Lei das Sesmarias», que obrigava ao cultivo das terras.
- 1377 Medidas de protecção à marinha mercante nacional.
Transferência da Universidade para Lisboa.
- 1381 Terceira guerra com Castela. Ataque a Lisboa.
- 1382 Paz de Badajoz entre Portugal e Castela.
- 1383 Contrato de casamento entre João I, rei de Castela, e a infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando.
Morte de D. Fernando.

O INTERREGNO **(1383-1385)**

- 1383 D. Leonor Teles assume a regência do Reino e proclama sua filha, D. Beatriz, rainha de Portugal. O povo opõe-se, porque tal procedimento levaria à perda da independência da Pátria.
D. João, mestre de Avis, assassina o conde Andeiro, conselheiro de D. Leonor Teles. Depois é aclamado «Regedor e Defensor do Reino».
- 1384 Os reis de Castela, para quem Leonor Teles transfere os seus poderes, invadem Portugal e cercam Lisboa por terra e por mar.
Vitória de D. Nuno Álvares Pereira na batalha de Atoleiros (Alto Alentejo). D. João de Castela levanta o cerco de Lisboa.
- 1385 O mestre de Avis é aclamado rei de Portugal nas Cortes de Coimbra, com o nome de D. João I.

OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

3



2.^a DINASTIA -JOANINA ou DE AVIS

SÉC. XIV

1385
João I

SÉC. XV

1433 1438
Duarte Afonso V

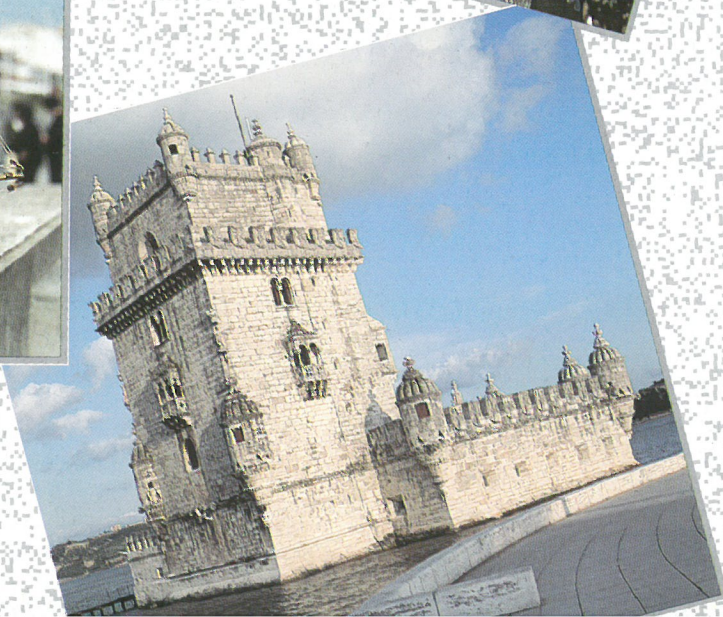
1481 1495
João II Manuel I

SÉC. XVI

1521
João III

1557
Sebastião

1578
Henrique



D. JOÃO I

Nasceu em Lisboa, em 1357. Era filho de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço. Casou com D. Filipa de Lencastre, neta de Eduardo III, rei de Inglaterra.

Foi cognominado o de **Boa Memória** pela grata recordação que deixou em todos os Portugueses. A segunda dinastia chama-se **Joanina** ou **de Avis**, porque o seu primeiro rei foi D. João, grão-mestre da Ordem de Avis.

Aclamado rei nas Cortes de Coimbra, em 1385, D. João I foi o principal paladino da independência nacional.

Homem simples, culto e valente, previu que os Castelhanos viriam novamente invadir Portugal, e preparou a sua defesa. D. Nuno Álvares Pereira foi designado Condestável do Reino (chefe supremo dos exércitos portugueses).

D. João I iniciou uma política de centralização do poder e reduziu a influência do clero e da nobreza.

Faleceu em 1433. Jaz no Mosteiro da Batalha, que ele mandou edificar.



D. João I, rei de 1385 a 1433.

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

BATALHA DE TRANCOSO — O rei de Castela invadiu de novo Portugal e avançou até Trancoso. Aí, o exército castelhana foi aniquilado, em 1385, por uma hoste portuguesa comandada pelos fidalgos Martim Vasques da Cunha e Gonçalo Vasques Coutinho.

Com esta vitória, os Portugueses tomaram consciência da sua força.

BATALHA DE ALJUBARROTA — Portugal foi invadido por um poderoso exército castelhana formado por cerca de 32 mil homens. Entrou pela Beira Baixa e seguiu em direcção a Leiria, com destino a Lisboa. Deu-se o choque decisivo em Aljubarrota, no dia **14 de Agosto de 1385**.

D. João I e D. Nuno Álvares Pereira comandaram as suas tropas, apenas 7 mil homens (1 portugueses para 4 ou 5 castelhanos), adoptando a tática do quadrado. Decorrida menos de uma hora, os Castelhanos foram derrotados.



Batalha de Aljubarrota.

O rei de Castela, vendo a batalha perdida, fugiu à pressa para Santarém e daí para Lisboa, onde embarcou para o seu país.

Diz-se que a padeira de Aljubarrota, Brites de Almeida, matou sete castelhanos fugitivos com a pá do forno.

A independência de Portugal consolidava-se mais uma vez nos campos de Aljubarrota.

BATALHA DE VALVERDE — D. Nuno Álvares Pereira saiu de Estremoz com um pequeno exército, atravessou o Guadiana e entrou em território castelhano.

Em Valverde, a oriente de Olivença, travou-se a batalha de Valverde, em 1385.

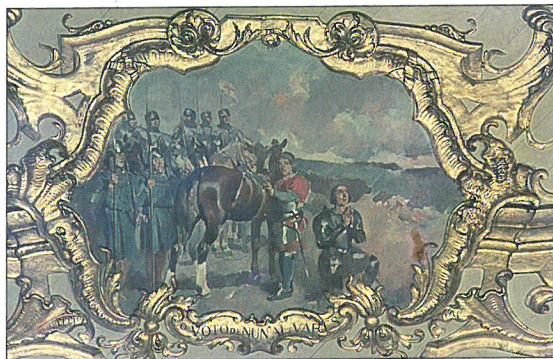
Em pleno combate, Nuno Álvares afastou-se e, de joelhos, entre dois penedos, com as mãos postas e os olhos no céu, rezou...

Os seus homens sentiam-se perdidos e chamaram-no. Nuno Álvares respondeu-lhes:

— «Aguardai um pouco e acabarei de orar. Ainda não é tempo, amigos...»

De repente Nuno Álvares ergueu-se e incitou os seus homens: «*guiados pela bandeira, cada um seja por quatro*». Passado algum tempo a batalha estava ganha.

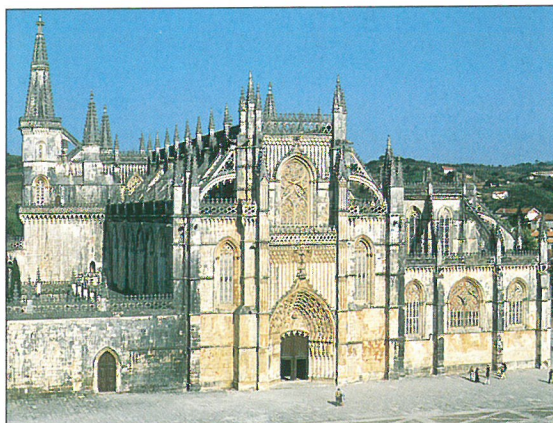
O MOSTEIRO DA BATALHA — D. João I mandou construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, em cumprimento de um voto que fizera pela vitória na batalha de Aljubarrota.



Batalha de Valverde.

O Mosteiro da Batalha é a mais bela jóia da arte gótica portuguesa. É formado por elevadas torres com flechas, altas janelas nas paredes, belos vitrais a coar a luz, abóbadas em ogiva.

As partes mais importantes do Mosteiro são: o templo propriamente dito; a Capela do Fundador, onde se encontra o túmulo de D. João I e de sua esposa, D. Filipa de Lencastre; a Casa do Capítulo, célebre pela sua abóbada em pedra da autoria do arquitecto Afonso Domingues; as Capelas Imperfeitas, assim chamadas por nunca terem sido acabadas.



Mosteiro da Batalha — símbolo da independência de Portugal.

ALIANÇA COM A INGLATERRA — D. João I confirmou e reforçou a aliança anglo-lusa, em 1386, estabelecendo um tratado de amizade que ainda hoje existe. É o Tratado de Windsor.

CASAMENTO DE D. JOÃO I — Em 2 de Fevereiro de 1387 realizou-se, na Sé do Porto, o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre.

Senhora inglesa dotada de muita formosura, piedosa, culta e modesta, foi um verdadeiro exemplo de esposa, de mãe e de rainha. Dedicou-se, em especial, à educação de seus filhos a quem incutiu uma sólida formação.

Deste casamento nasceu a «**Ínclita Geração**», «Altos Infantes», como os designou Camões em «Os Lusíadas», D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Isabel, D. João e D. Fernando.

NUNO ÁLVARES PEREIRA — Quando viu que os seus serviços não eram necessários à Pátria, D. Nuno Álvares Pereira recolheu-se, em 1423, ao **Convento do Carmo**, em Lisboa, que ele mandara construir.

Aí, despojado de todos os seus bens e honrarias, adoptou o nome de **Frei Nuno de Santa Maria** e dedicou-se às obras de devoção e de caridade.

Em 1431, no Convento do Carmo, morreu o velho monge que foi conde de Ourém, de Barcelos e de Arraiolos, mordomo-mor e condestável do Reino. Morreu o «Santo», como era conhecido.

D. João I chorou abraçado ao seu fiel e bravo companheiro de armas em Aljubarrota e em Ceuta. O povo chorou por aquele a quem Luís de Camões chamou o «Pai da Pátria».

A Igreja beatificou-o, em 1918. É venerado sob a invocação de Beato Nuno de Santa Maria.



Casamento de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.

EXPANSÃO MARÍTIMA (século XV)

O ideal que levou os Portugueses às descobertas e conquistas foi o desejo de expandirem a Fé Cristã e alargarem o Reino.

Os conhecimentos científicos, matemáticos e astronómicos permitiram aos Portugueses as navegações através dos oceanos, em procura de novas gentes e novos mundos.

O século XV é, para os Portugueses, o século do mar. O mar é o caminho das conquistas, dos descobrimentos, da poesia, da inspiração artística e da glória dos Portugueses.

No reinado de D. João I, e por iniciativa de seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, iniciaram-se as conquistas além-mar.



Conquista de Ceuta.



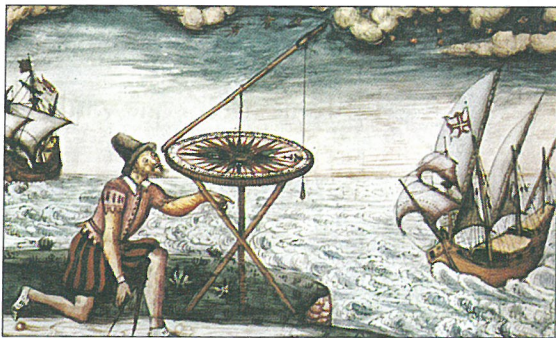
Caravela — navio com dois ou três mastros e velas triangulares (século XV).

EXPEDIÇÃO ÀS CANÁRIAS — No tempo de D. Afonso IV, os navegadores portugueses teriam chegado às ilhas da Madeira e Canárias. Era o sinal da vocação de um povo de marinheiros, atraídos pela aventura e pela descoberta.

A partir de 1415 os marinheiros do infante D. Henrique visitaram de novo as ilhas Canárias. Mas a ocupação portuguesa foi pouco duradoura porque as mesmas foram atribuídas a Castela.

CONQUISTA DE CEUTA — A rainha D. Filipa de Lencastre, apesar de já se encontrar atacada pela peste que grassava em Lisboa, quis entregar as espadas que encomendara, a seus três filhos, exortando-os ao cumprimento dos seus deveres para com a Pátria. D. Filipa de Lencastre morreu em 18 de Julho e a armada partiu para a conquista de Ceuta no dia 25 de Julho de 1415.

Compunham a esquadra mais de duzentos navios e vinte mil homens. A expedição dirigiu-se a Ceuta e foi comandada pelo rei D. João I e nela participaram os três filhos mais velhos, os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Também tomaram parte na expedição o Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, muitos nobres e o povo.



Instrumento náutico: quadrante.

Foi a primeira grande abalada dos Portugueses a assinalar o início de uma epopeia que não terá paralelo no Mundo — a **expansão ultramarina**.

Ceuta era uma rica e populosa cidade moura do Norte de África. Situada à entrada do estreito de Gibraltar, era um centro importante de comércio e a chave do Mediterrâneo.

A expedição a Ceuta, acima de tudo, era um acto ao serviço de Deus, alargando a religião cristã às terras ocupadas pelos mouros africanos.

No dia 21 de Agosto de 1415 desembarcaram os Portugueses e ocuparam a praça de Ceuta. Após a conquista, D. João I armou cavaleiros seus filhos na mesquita de Ceuta, convertida em templo cristão. Concedeu a D. Pedro o título de duque de Coimbra e a D. Henrique o de duque de Viseu. D. Duarte era o herdeiro do trono, por ser o filho mais velho.

Um alto baluarte da Fé e de Portugal acabava de se instituir no continente africano, a comandar a entrada do Mediterrâneo.

EPÍTETO DE «TRIFEIROS» — A expedição a Ceuta teve dois portos de armamento, Lisboa e Porto. Coube ao infante D. Henrique dirigir, no Porto, os trabalhos de equipamento da armada com que a gente nortenha colaborou em pessoas e bens. A frota do Porto cifrava-se em 70 naus e barcas.

O epíteto de «trifeiros», dado aos **habitantes do Porto**, baseia-se no facto de, em 1415, os portugueses, para abastecerem a frota para a expedição a Ceuta, oferecerem a carne limpa e alimentarem-se dos miúdos dos animais abatidos.

INFANTE D. HENRIQUE (o Navegador) — Filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, nasceu em 4 de Março de 1394, no Porto, em cuja Sé foi baptizado.

Recebeu uma rigorosa formação religiosa, moral e intelectual.

Conhecido por **Henrique, o Navegador**, era um homem bondoso, culto e estudioso, de espírito empreendedor e de uma fé ardente, que muito se interessou pela arte de navegar.

Após a conquista de Ceuta, o pensamento do Infante voltou-se para a expansão além-mar, no desejo de dilatar a Fé e de descobrir e conquistar novas terras. Para realizar esse plano, fixou-se em



Infante D. Henrique — o Navegador.



Allegoria da Escola de Sagres — homenagem aos navegadores, cavaleiros, missionários, geógrafos e construtores de caravelas.

Sagres, no Algarve, onde estabeleceu um centro de estudos náuticos.

Aí, rodeado de cartógrafos, geógrafos, astrónomos, matemáticos, navegadores, técnicos de construção náutica e povo anónimo, organizou as primeiras viagens de expansão marítima. Para isso contribuíram os seus bens pessoais e grande parte dos recursos da Ordem de Cristo, de que era grão-mestre.

Graças a ele, barcas e depois as caravelas, cheias de gente nova e aventureira, sulcaram os «mares nunca dantes navegados», percorrendo as costas da África, da Ásia e da América.

DESCOBRIMENTOS HENRIQUINOS (as Ilhas Atlânticas) — Designam-se por «Descobrimientos Henriquinos» os descobrimientos efectuados durante a vida do infante D. Henrique, entre 1418 e 1460. Começaram pelas Ilhas Atlânticas e terminaram muitas milhas a sul da costa de África, na Serra Leoa. De Sagres partiram as primeiras expedições, que foram descobrindo novas ilhas, novos continentes e novos mares.

Com os navegadores seguiam, além dos soldados e dos missionários, os artistas mecânicos,

conhecidos por «mesteirais» (carpinteiros, calafates, ferreiros, pedreiros, armeiros...).

Em 1418 os marinheiros do Infante, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, descobriram, no Atlântico, a ilha de **Porto Santo**.

Em 1419 os mesmos navegadores e Bartolomeu Perestrelo descobriram uma ilha a que chamaram **Madeira** porque «não tinha palmo de terra que não estivesse cheio de árvores enormes...».

Em 1427 Diogo de Silves descobriu o arquipélago dos Açores, excepto as ilhas Flores e Corvo.

Por alturas de 1431/32, Gonçalo Velho Cabral fez o reconhecimento dessas ilhas e começou o seu povoamento.

COLONIZAÇÃO DAS ILHAS ATLÂNTICAS —

As ilhas de Porto Santo e Madeira encontravam-se desertas quando foram descobertas pelos Portugueses. O infante D. Henrique tratou logo de as colonizar, dividindo-as em **capitanias**, que entregou a capitães-donatários conferindo-lhes grandes poderes. Atraiu ali colonos, sendo os primeiros os algarvios. Esses colonos fundam povoações, introduzem as culturas da cana-de-açúcar, vinha, trigo, algodão, árvores de fruto, hortaliças e criação de gado.



Viagens à Madeira e aos Açores.

D. DUARTE

Nasceu em Viseu, em 1391. Era o filho mais velho de D. João I, a quem sucedeu, e de D. Filipa de Lencastre. Casou com D. Leonor de Aragão.

A História chamou-lhe o **Eloquente** pelo seu grande amor às letras. Escreveu alguns livros notáveis: «O Leal Conselheiro», em que ensinava a cultivar as virtudes e a combater os vícios; o «Livro da Enseñança da Arte de Bem Cavalgar toda a Sela» e o «Livro da Misericórdia». D. Duarte teve um reinado curto e pouco feliz. Viveu desgostoso com o desastre de Tânger. O «rei-filósofo» faleceu em Tomar, vítima da peste, em 1438. Jaz no Mosteiro da Batalha.



D. Duarte, rei de 1433 a 1438.

A LEI MENTAL — Embora esta lei já andasse na mente de D. João I, foi D. Duarte quem a publicou, em 1434. Determinava que os bens das casas nobres doados pela coroa só poderiam ser herdados pelo filho varão e primogénito. Limitava, assim, os privilégios da aristocracia.

GIL EANES DOBRA O CABO BOJADOR — O infante D. Henrique sonhava atingir as terras do ouro. A travessia do terrível cabo Bojador, fantasma dos navegadores, foi feita pelo marinheiro Gil Eanes, natural de Lagos, em 1434, numa barca.

Abriendo novos caminhos para o Sul, os Portugueses destruíram as lendas do «*Mar Tenebroso*»,



Gil Eanes.



O cabo Bojador.

segundo as quais o mar, naquela zona, engolia as embarcações e as gentes.

Gil Eanes, ao desembarcar, não encontrou habitantes nem casas. À beira-mar colheu um ramallete de lindas flores perfumadas, a que chamou «*Rosas de Santa Maria*», e veio trazê-las ao infante D. Henrique, a Sagres.

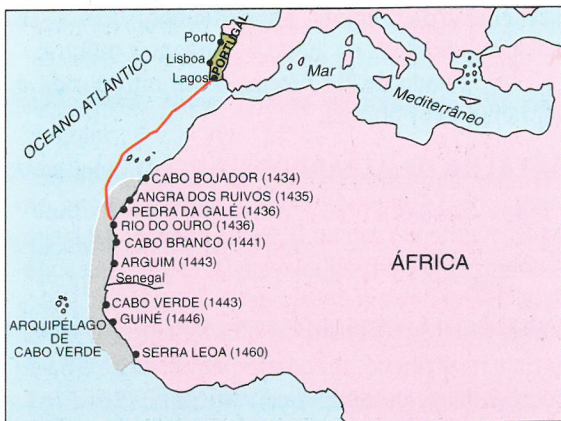
Gil Eanes e Afonso Baldaia chegaram a Angra dos Ruivos em 1435. Em 1436 Afonso Baldaia atingiu Pedra da Galé e Rio do Ouro.

MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar!
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

FERNANDO PESSOA



Descobrimientos henriquinos na costa de África.

DESASTRE DE TÂNGER – D. Duarte tentou conquistar a cidade mourisca de Tânger, e cercou-a em 1437, sob o comando dos infantes D. Henrique e D. Fernando. Os Mouros derrotaram os Portugueses, que retiraram sob a condição de restituírem Ceuta e deixaram como refém o infante D. Fernando.

Reunidas as cortes em Leiria, foi decidido não entregar Ceuta, porque era o primeiro sinal da presença dos Portugueses em África.

D. Fernando morreu no cativeiro de Fez, em 1443. É conhecido por o **Infante Santo**.

Jaz no Mosteiro da Batalha.



D. Fernando, o «Infante Santo».

D. AFONSO V

Nasceu em Sintra, em 1432. Filho de D. Duarte, herdou o trono em 1438, por morte de seu pai, mas era ainda criança. Assumiu o governo do Reino sua mãe, D. Leonor de Aragão, e depois o infante D. Pedro. Casou com D. Isabel, de Portugal.

Recebeu o cognome de **o Africano** pelas conquistas que realizou em África. Adoptou o título de Rei de Portugal e dos Algarves D'Aquém e D'Além-Mar em África.

D. Afonso V concedeu à nobreza os títulos de duque, marquês, visconde, barão e atribuiu-lhes terras pertencentes à coroa. Criou a Ordem da Torre e Espada.

Faleceu em Sintra, em 1481, e jaz no Mosteiro da Batalha.



D. Afonso V, rei de 1438 a 1481.

REGÊNCIA DO INFANTE D. PEDRO (1439-1446)

— Quando morreu D. Duarte, o seu filho D. Afonso V tinha apenas seis anos de idade. Tomou conta do governo sua mãe, D. Leonor. Por não gozar de grandes simpatias foi substituída por D. Pedro, irmão de D. Duarte.

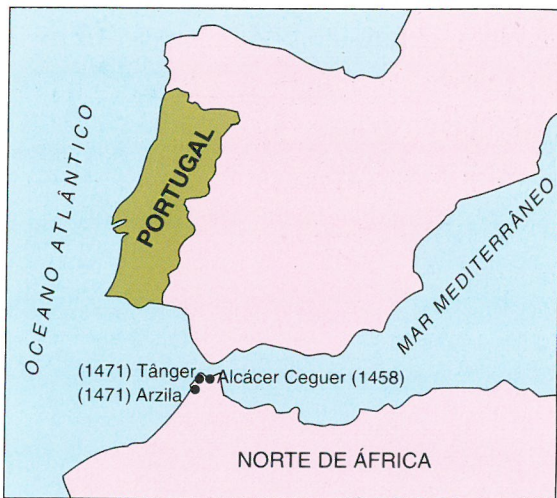
D. Pedro era um homem de rara cultura e muito viajado. Chamaram-lhe o «Infante das Sete Partidas do Mundo». Escreveu alguns livros, sendo o mais conhecido o «Da Virtuosa Benfeitoria», que moraliza os costumes.

A IMPRENSA EM PORTUGAL — Antigamente os livros eram escritos à mão, pelos copistas, tornando-se muito raros e caros. Com a descoberta da máquina de imprimir, por **Gutenberg**, tornou-se mais fácil adquirir os livros e divulgar a cultura.

No reinado de D. Afonso V foi introduzida a imprensa em Portugal.

BATALHA DE ALFARROBEIRA — D. Afonso V atingiu os 14 anos de idade e subiu ao trono em 1446, mantendo seu tio D. Pedro como conselheiro. A nobreza e o clero caluniavam D. Pedro, acusando-o de querer novamente apoderar-se do trono. Desta intriga resultou a batalha de Alfarrobeira, em 1449, entre o rei e seu tio, tendo morrido D. Pedro e o seu companheiro, o conde de Avranches.

A partir daí, as famílias nobres prosperaram graças às cedências de D. Afonso V.



Conquistas no Norte de África:
Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila.

CONQUISTAS NA ÁFRICA — A África continuava a fascinar os Portugueses. D. Afonso V retomou as campanhas no Norte de África, contra os Mouros, a quem conquistou **Alcácer Ceguer**, em 1458, e **Arzila** e **Tânger**, em 1471. O rei de Marrocos assinou um tratado de paz e amizade com Portugal.

DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS — Os navegadores portugueses avançaram para sul e contornaram a costa africana:

- Em 1441, Nuno Tristão atingiu o **cabo Branco**, assim chamado por ser de formação calcária.
- Em 1443, Nuno Tristão alcançou a **baía de Arguim**.
- Em 1444, Dinis Dias e Valhart atingiram o **cabo Verde**, assim designado devido à espessa vegetação, e a ilha de Palma. Nuno Tristão alcançou a foz do **rio Senegal**.
- Em 1446, Álvaro Fernandes chegou à região que é hoje a **Guiné-Bissau**.
- Em 1452, Diogo de Teive descobriu as ilhas das Flores e Corvo, nos Açores. Poderá ter atingido a Terra Nova.

- Em 1456, Diogo Gomes e o italiano Cadamosto poderão ter descoberto algumas ilhas do arquipélago de **Cabo Verde**.
- Em 1460, Pedro de Cintra atingiu a **Serra Leoa** e Nuno Tristão chegou às terras da **Guiné**. Diogo Gomes e o italiano António da Noli descobriram a **ilha de Santiago**, a primeira a ser conhecida do arquipélago de Cabo Verde.
- Em 1469, D. Afonso V arrendou o comércio da **Guiné** a Fernão Gomes, na condição de descobrir 100 léguas de costa por ano, e chegou à costa da Mina.
- Em 1471, João de Santarém e Pêro Escobar descobriram a **Mina**, na Costa do Ouro, assim designada por lá existir ouro. Os mesmos navegadores descobriram as ilhas de **S. Tomé, Príncipe e Ano Bom**.
- Em 1472, Álvaro Esteves passou o **equador**.

MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE — Morreu em 13 de Novembro de 1460, em Sagres. Nesse ano ficou descoberta toda a costa africana até à Serra Leoa, numa extensão de 2000 quilómetros, para além do cabo Bojador.

A obra do infante Navegador ficara a meio, pois não vira a chegada dos Portugueses à Índia. Mas a semente estava lançada... As expedições prosseguiram.

O infante D. Henrique está sepultado no Mosteiro da Batalha, na Capela dos Infantes.

BATALHA DE TORO — D. Afonso V, muito ambicioso, pretendeu ocupar o trono de Castela. O exército castelhano derrotou os Portugueses na batalha de Toro, em 1476.

ALFERES DUARTE DE ALMEIDA — O «**Decepaço**» — Era o porta-bandeira na batalha de Toro. Os Castelhanos pretendiam tirar-lhe a bandeira das quinas mas ele, cheio de valentia e heroicidade, não a largou. Cortaram-lhe a mão direita e depois a mão esquerda e o alferes não fraquejou, tomou-a entre os dentes, até que salvou a bandeira das mãos dos Castelhanos.

D. JOÃO II

Nasceu em Lisboa, em 1455. Era filho de D. Afonso V, a quem sucedeu, e de D. Isabel de Lencastre. Casou com sua prima D. Leonor, filha do infante D. Fernando.

Dotado de grande inteligência, realista, lúcido e resoluto, deram-lhe o cognome de **o Príncipe Perfeito** pelo talento com que conduziu o seu governo.

D. João II tinha por divisa «Pela Lei e pela Grei». Recuperou as terras aos grandes senhores feudais, a favor do património régio, e limitou os seus privilégios.

Deixou de reunir as cortes e centralizou em si o poder, tornando-se um **rei absoluto**.

Faleceu no Alvor, em 1495. Jaz no Mosteiro da Batalha.



D. João II, rei de 1481 a 1495.

O CASTELO DA MINA — D. João II encarregou Diogo de Azambuja de construir, em 1482, a **fortaleza de S. Jorge da Mina** para assegurar o tráfico

da Guiné. Mandou onze navios carregados de pedra lavrada, cal, telha, madeiras, pregos, ferramentas...

O PLANO DA ÍNDIAS — D. João II deu um novo e vigoroso impulso aos descobrimentos marítimos, fazendo de Portugal um país universalista pelo contacto com novos mundos e novas gentes. Preparou a frota para a viagem marítima à Índia, que não chegou a ver concretizada porque a morte, entretanto, o surpreendeu.

Em 1484, João Afonso de Aveiro chegou à região do **Benim**, no interior do continente africano.

D. João II promoveu, em 1490, a colonização do Congo e de Angola.

VIAGEM DE DIOGO CÃO — Em 1484, Diogo Cão atingiu a **foz do rio Zaire**. Ali ergueu o padrão de S. Jorge.

Em 1485-86 Diogo Cão contactou com o rei do Congo e descobriu a costa africana até à Serra Parda.

OS PADRÕES — No reinado de D. João II começaram a erigir-se «padrões» nas terras conquistadas para afirmar o domínio português.

O **padrão** era um marco de pedra cilíndrica que tinha gravada a Cruz de Cristo, as armas reais e a data da sua implantação.



Bartolomeu Dias.

VIAGEM POR TERRA À ÍNDIA — D. João II tinha notícias da existência do famoso «Preste João das Índias», poderoso rei cristão. Mandou dois emissários por terra, ao Oriente, para colherem informações sobre as terras, comércio e navegação no oceano Índico. Os emissários, **Pêro da Covilhã** e **Afonso de Paiva**, partiram de Santarém em 1487. Não regressaram a Portugal. Pêro da Covilhã chegou à Índia e enviou um relatório a D. João II.

VIAGEM DE BARTOLOMEU DIAS — Em Agosto de 1487, D. João II mandou uma pequena armada, com três caravelas, comandada por Bartolomeu Dias, para continuar a exploração da costa africana. Em 3 de Fevereiro de 1488 dobrou o **cabo da Boa Esperança**, que fica na ponta meridional da África. Fundeou em uma angra, a que chamaram Angra dos Vaqueiros, porque viram muitas vacas em terra, guardadas por pastores negros. Chegaram a esta baía no dia de S. Brás, nome por que também é

conhecida. Hoje é a vila piscatória de Mossel Bay, na África do Sul.

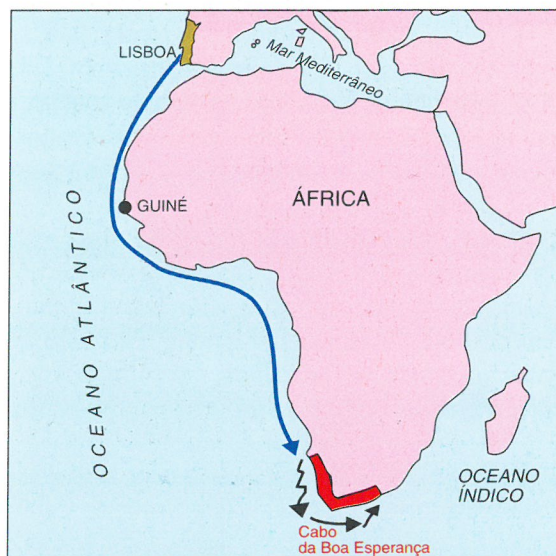
Segundo a lenda, neste cabo existia o gigante Adamastor, símbolo do terror dos mares, que fazia naufragar as embarcações. Era um enorme rochedo a que Bartolomeu Dias chamou o cabo das Tormentas. D. João II mudou-lhe o nome para cabo da Boa Esperança, porque tinha a esperança de chegar à Índia.

5.º CENTENÁRIO DA PASSAGEM DO CABO DA BOA ESPERANÇA (1488-1988)

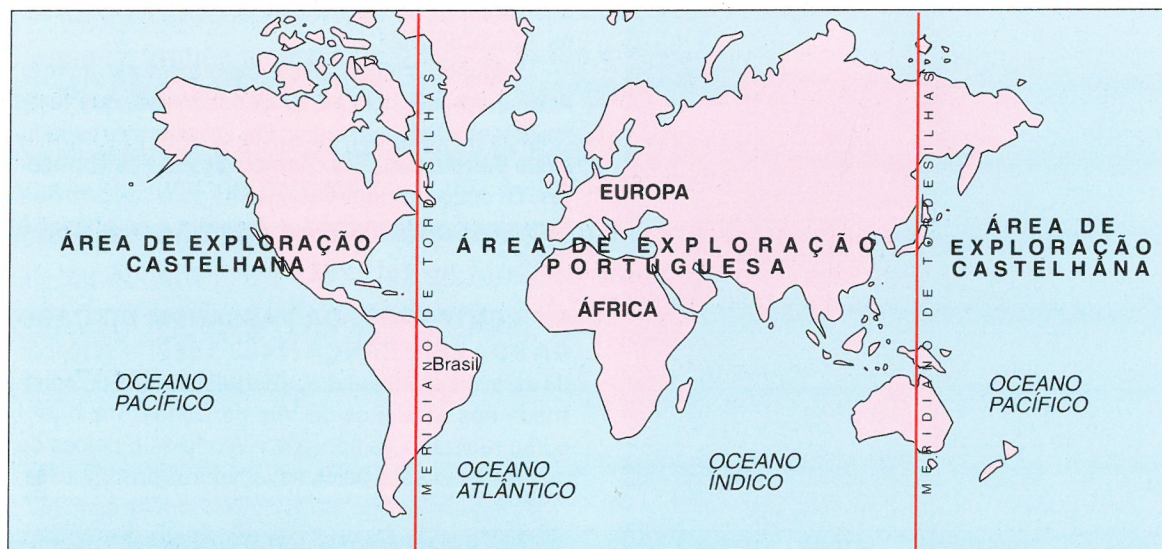
— A réplica da caravela quinhentista, «Bartolomeu Dias», construída nos estaleiros de Vila do Conde, fez o percurso realizado na época e vivendo as técnicas de mar então usadas pelos navegadores portugueses.

Largou do Tejo em 8 de Novembro de 1987, com 12 portugueses, 3 sul-africanos e um inglês a bordo. Escalou a Madeira, Cabo Verde, as ilhas de Ascensão e de Santa Helena, a cidade do Cabo e a baía sul-africana de Mossel Bay, em 3 de Fevereiro de 1988, data em que se perfizeram 500 anos sobre a chegada àquele local de Bartolomeu Dias.

Uma réplica do padrão «São Gregório», implantado por Bartolomeu Dias, em 1488, já para além do cabo das Tormentas, seguiu a bordo da caravela.



Roteiro de Bartolomeu Dias.



Mapa do Tratado de Tordesilhas.

VIAGEM DE CRISTÓVÃO COLOMBO — Nasceu em Génova e veio para Portugal, onde aprendeu a ciência da navegação. Pretendia chegar à Índia, navegando para ocidente, e ofereceu os seus planos a D. João II, em 1485, que os rejeitou.

Cristóvão Colombo apresentou, então, a sua proposta aos reis de Castela, que a aceitaram. Em 1492, aportou a uma das ilhas do mar das Antilhas, convencido que havia descoberto as Índias. Era um novo continente — a **América**.

TRATADO DE TORDESILHAS — Entre Portugal e Espanha surgiram divergências quanto à posse de algumas terras descobertas. D. João II estabeleceu com os Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel, o **Tratado de Tordesilhas**, em 1494, que foi ratificado pelo Papa em 1506.

Este tratado considerava o mundo dividido em duas partes por uma linha imaginária traçada de pólo a pólo, passando a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. As terras descobertas a oriente pertenceriam a Portugal. As terras descobertas a ocidente pertenceriam a Castela.

OS JUDEUS — Foram expulsos de Espanha, mas D. João II admitiu-os em Portugal, dentro de certas condições.

MORTE DE D. AFONSO — Era o único filho de D. João II e morreu devido a uma queda do cavalo que montava. Estava casado com a infanta D. Isabel, herdeira do trono de Espanha.

O sonho de D. João II era formar um grande império, com a reunião dos dois reinos de Portugal e Espanha.

AS MISERICÓRDIAS — D. Leonor era a esposa de D. João II. Chamavam-lhe a **Princesa Perfeitíssima**, pois distinguiu-se no campo da assistência.

No ano de 1485 mandou construir o hospital ter-mal das Caldas da Rainha.

D. Leonor criou a *Misericórdia de Lisboa*, em 1498, instituição que se espalhou pelo País.

Viveu os últimos anos da sua vida no Con-vento da Madre de Deus, em Lisboa, onde está sepultada.

D. MANUEL I

Como D. João II não tinha filho legítimo, sucedeu-lhe o seu primo e cunhado D. Manuel, duque de Beja, que nasceu em Alcochete, em 1469. Era filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e da infanta D. Beatriz, neta de D. João I.

Casou com D. Isabel, filha dos Reis Católicos de Espanha e viúva de D. Afonso; depois, com D. Maria, irmã desta; e casou terceira vez com D. Leonor, irmã do imperador Carlos V. Exerceu um governo absoluto.

Teve o cognome de **o Venturoso**, devido ao esplendor do seu poderio e riqueza e à vastidão dos seus domínios. Portugal era a primeira potência naval e comercial da Europa.

D. Manuel I faleceu em Lisboa, em 1521. Jaz no Mosteiro dos Jerónimos.



D. Manuel I, rei de 1495 a 1521.

EXPULSÃO DOS JUDEUS E MOUROS — D. Manuel I determinou a expulsão de Portugal dos judeus e mouros que não se convertessem à religião cristã. Os que abraçaram o Cristianismo passaram a ser chamados **cristãos-novos**.

A ROTA DO CABO — D. Manuel I ordenou a Bartolomeu Dias «que tivesse o cuidado de mandar acabar os navios, segundo ele sabia que convinham para sofrer a fúria dos mares naquele grande cabo da Boa Esperança...».

O tipo de navio que passou a ser utilizado foi a **nau**, que era mais resistente do que a caravela, de grande tonelagem e que transportava pessoas e mercadorias.

As naus quinhentistas construídas em Viana do Castelo tinham fama. Eram feitas com pinheiro manso e carvalheiras da serra de Agra. Utilizavam-se pregos de cobre.



Nau portuguesa.



Vasco da Gama.

O CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA — A Índia aparecia aos olhos de todos os Europeus como terra de muitas riquezas, que todos desejavam, mas onde era difícil chegar.

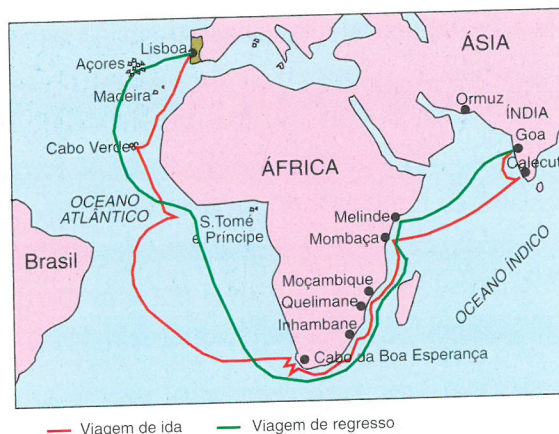
D. Manuel I colheu os frutos dos planos estabelecidos por D. João II, levando ao termo o sonho do seu antecessor — descobrir o caminho marítimo para a Índia.

VIAGEM DE VASCO DA GAMA — Vasco da Gama, nascido, em 1469, de uma nobre família da Estremadura, era um marinheiro corajoso e hábil diplomata. Foi nomeado por D. Manuel I comandante da esquadra.

Em 8 de Julho de 1497 partiu da praia do Restelo com uma frota composta por duas naus e uma caravela — **S. Gabriel, S. Rafael, Bérrio** — e um navio que transportava mantimentos.

A viagem foi cheia de dificuldades e perigos. Sobre os navios caíram tempestades violentas. Muitos homens morreram atacados de escorbuto, doença provocada pela falta de alimentos frescos. Mas os portugueses venceram todos os perigos, orientados pela bússola e pelo astrolábio...

Vasco da Gama seguiu o seguinte **itinerário**: ilhas Canárias (15 de Julho) — Cabo Verde (26 de Julho) — ilha de Santa Helena (8 de Novembro) — cabo da Boa Esperança (22 de Novembro) — angra dos Vaqueiros e Natal (25 de Dezembro) — rio do



— Viagem de ida — Viagem de regresso

Roteiro de Vasco da Gama.

Cobre (Inhambane, a Terra da Boa Gente), em Moçambique (25 de Janeiro de 1498); rio dos Bons Sinais (Quelimane-Moçambique); ilha de Moçambique — Mombaça e Melinde (13 de Março) e, finalmente, Calecut (20 de Maio de 1498), capital da Índia.

Estava descoberto o caminho marítimo para a Índia. Vasco da Gama foi recebido pelo imperador ou samorim, a quem entregou duas cartas do rei D. Manuel I: uma escrita em árabe e outra em português.

Regressaram a Lisboa em Agosto de 1499, onde são acolhidos no meio de grandes aclamações. Vasco da Gama foi distinguido com o título de **Almirante do mar das Índias**.

Os nossos navios traziam do Oriente ouro, diamantes, especiarias, seda, pedras preciosas, porcelanas. O poder dos Mouros no Oriente enfraqueceu e facilitou a expansão do Cristianismo.

Desenvolveram-se as ciências: Matemática, Cosmografia, Botânica...

Para recordar o feito de Vasco da Gama, o rei D. Manuel I mandou construir o **Mosteiro dos Jerónimos**, em Belém (Lisboa), que é uma primorosa obra de arte, no **estilo manuelino**.

A *Custódia de Belém*, existente no Mosteiro dos Jerónimos, foi mandada executar por D. Manuel I com o primeiro ouro que Vasco da Gama trouxe de Quíloa.



Mosteiro dos Jerónimos — símbolo dos descobrimentos marítimos.

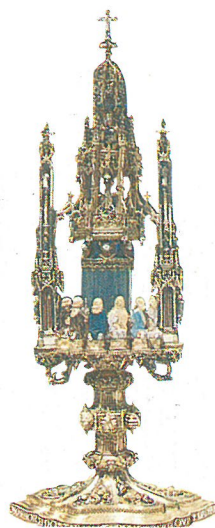
NOVO ESTILO ARQUITECTÓNICO — No período dos descobrimentos marítimos, apareceu na arquitectura portuguesa o **estilo manuelino**. Foi assim chamado por ter atingido o seu esplendor no reinado de D. Manuel I.

Os elementos decorativos que caracterizam o estilo manuelino são inspirados em motivos ligados ao **mar** e às **viagens**: a Cruz de Cristo, as esferas armilares, nós de cordas, âncoras, conchas, algas, vegetais do ultramar, monstros marinhos...

Os monumentos mais notáveis do estilo manuelino são: o **Mosteiro dos Jerónimos** — gruta marinha de pilares finíssimos; a **Torre de Belém** — caravela de pedra a fender as águas rumo ao Atlântico; a **Janela da Sala do Capítulo do Convento de Cristo**, em Tomar — renda de pedra em que marulham vagas e se enroscam algas marinhas e cordas possantes, bóias de cortiça, anéis e esferas.

A DESCOBERTA DO BRASIL — Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte, nas abas da serra da Estrela, provavelmente em 1468. Fidalgo da corte de D. João II, ali estudou e viveu num ambiente de navegadores e sempre interessado pelos temas de além-mar.

Em **8 de Março de 1500**, partiu do Tejo uma poderosa armada, comandada por Pedro Álvares Cabral, composta por 13 naus e 1500 homens, que se dirigia à Índia.



Custódia de Belém.

Depois de atingir as Canárias passou por Cabo Verde e rumou para ocidente. Em 22 de Abril de 1500, avistou a costa brasileira, lançando ferro numa larga enseada, de denso arvoredo, a que deu o nome de **Porto Seguro**. E como era o dia de Santa Cruz chamou-lhe **Terra de Vera Cruz**.

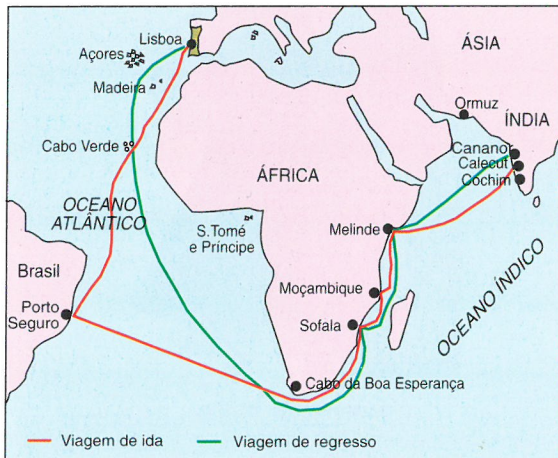
Pedro Álvares Cabral ordenou o desembarque. Os marinheiros desceram a terra, arrancaram da selva um lenho que improvisaram de altar à beira da água onde Frei Henrique de Coimbra celebrou missa.

Os índios andavam nus. Rodearam os portugueses e receberam-nos sem hostilidade.

Estava **descoberto oficialmente o Brasil**. Foi ali erguido um padrão para mostrar que aquela terra pertencia à coroa portuguesa. Ao vento tropical fluuava agora, naquelas terras, a bandeira de Cristo e de Portugal.

Havia muitas árvores que tinham o cerne vermelho, cor da brasa, a que chamavam **pau-brasil**. Por isso, o nome de Vera Cruz foi substituído por **Brasil**.

Pedro Álvares Cabral prosseguiu a sua viagem para a Índia e ordenou a Gaspar de Lemos que regressasse a Lisboa levando a notícia da descoberta ao rei, assim como alguns exemplares de frutos, vegetais e animais da nova terra. D. Manuel I recebeu a notícia com agrado, mas sem grande entusiasmo, levando a crer que já tivesse conhecimento secreto da situação geográfica do Brasil.



Roteiro de Pedro Álvares Cabral.



Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil.

CONQUISTAS E DESCOBERTAS — No reinado de D. Manuel I conquistaram-se em Marrocos as praças de **Safim** (1508), por Diogo de Azambuja, e **Azamor** (1513), por D. Jaime, duque de Bragança.

João da Nova, em 1502, descobriu as ilhas de **Ascensão** e **Santa Helena**.

Em 1502 Gaspar e Miguel Corte Real atingiram a **Terra Nova**.

António Taveira chegou até **Timor**.

VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO — O navegador português **Fernão de Magalhães** não teve apoio de D. Manuel I ao seu projecto para demonstrar a esfericidade da Terra. Em 1519 iniciou a primeira viagem de circum-navegação, ao serviço do rei Carlos V de Espanha.

Viajando para ocidente, atravessou o oceano Atlântico, passou o extremo sul da América por um estreito que hoje tem o seu nome, **estreito de Magalhães**, e atingiu o oceano Pacífico alcançando as Filipinas, onde morreu, em 1522.

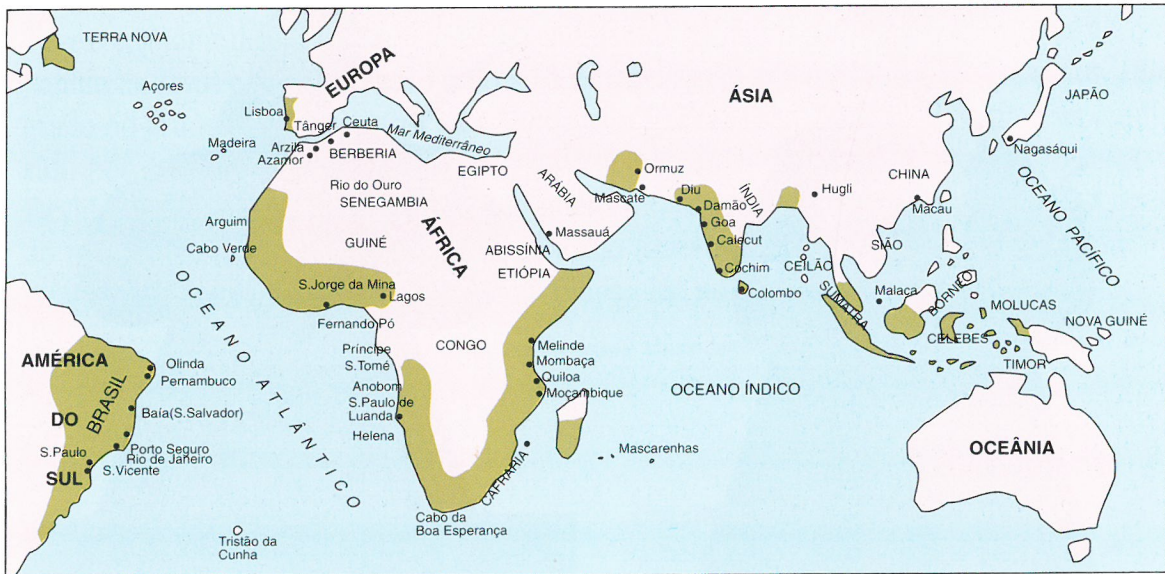
A viagem foi concluída por **Sebastião de Elcano**.

ORDENAÇÕES MANUELINAS — D. Manuel I mandou compilar as leis do reino. Este trabalho muito contribuiu para a centralização administrativa ordenada pelo rei.

EMBAIXADA AO PAPA — D. Manuel I, para mostrar ao Mundo o poder de Portugal, enviou, em 1514, uma embaixada ao papa Leão X ostentando o valor dos nossos troféus e o ardor da Fé dos Portugueses. Era chefiada pelo fidalgo **Tristão da Cunha**, que solicitara ao papa o apoio para a expansão da Fé no Oriente.



O navegador Fernão de Magalhães.



Regiões atingidas pelos Portugueses no século XVI.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS NO ORIENTE

OS GOVERNADORES DAS ÍNDIAS — Depois de descoberto o caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, era necessário assegurar aí o domínio português. Muitas armadas voltaram ao Oriente levando gente para dilatar a fé cristã e o Império e desenvolver o comércio das especiarias (a pimenta, o gengibre e a canela), das pérolas e dos diamantes. D. Manuel I nomeou um vice-rei para administrar esses territórios.

D. FRANCISCO DE ALMEIDA — O primeiro vice-rei da Índia foi D. Francisco de Almeida. Partiu para o Oriente em 1505, comandando uma esquadra de 16 naus e 6 caravelas e constituída por 1500 homens. A sua missão era organizar as novas estruturas militares e administrativas do Império.

Conquistou **Quíloa** e **Mombaça**, na costa oriental da África, chegando finalmente à Índia, onde mandou construir as fortalezas de **Angediva**, **Cana-**



D. Francisco de Almeida.

nor e **Cochim** para proteger as nossas armadas. Escolheu a cidade de Cochim para sede do governo. Derrotou uma armada inimiga, em frente de Diu.

Quando regressava ao reino, em 1509, faleceu na costa ocidental da África, perto do Cabo.



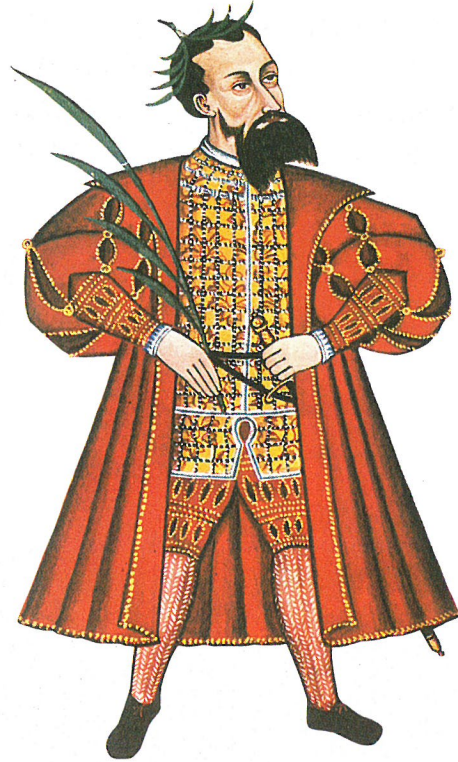
Afonso de Albuquerque.

AFONSO DE ALBUQUERQUE (o «Leão dos Mares») — Foi o segundo vice-rei da Índia, de 1509 a 1515. Aparece-nos como um grande marinheiro, soldado, estadista, administrador e diplomata.

Conquistou **Ormuz**, em 1507, que controlava o comércio à entrada do golfo Pérsico; **Goa**, em 1510, que dominava o comércio do Indostão Ocidental; e **Malaca**, em 1511, entreposto comercial da China e das Molucas.

Fundou o **Império Português do Oriente**, com a capital em Goa. Fundou escolas para o ensino da Língua Portuguesa; entregou a administração do território a funcionários indígenas. Promoveu o casamento de portugueses com mulheres indianas, para harmonizar as duas raças.

D. Manuel I não reconheceu a sua grande obra. Antes de morrer, Afonso de Albuquerque, cheio de desgosto, dirigiu uma carta ao rei: «Mal com os homens por amor de el-rei, mal com el-rei por amor dos homens; bom é acabar».



D. João de Castro.

Morreu a 15 de Dezembro de 1515, em Goa, onde quis ser sepultado.

D. JOÃO DE CASTRO — Homem culto e guerreiro valente, foi o quarto vice-rei da Índia, e tudo sacrificou a bem de Portugal.

O seu governo, de 1545 a 1548, foi acidentado devido ao **cerco de Diu** por uma poderosa esquadra muçulmana. Os Portugueses resistiram sempre, apesar da desproporção das forças, durante sete meses. Depois de muitos combates, o inimigo fugiu desbaratado, mas a fortaleza ficou em ruínas. Para a reconstruir, D. João de Castro pediu dinheiro emprestado à Câmara de Goa, oferecendo como penhor as suas próprias barbas. A Câmara mandou-lhe o dinheiro pedido e devolveu o penhor.

Deixou uma vasta obra de Geografia e os Roteiros de Lisboa a Goa e de Goa a Diu.

Morreu em Junho de 1548, em Goa.

D. JOÃO III

Nasceu em Lisboa, em 1502. Era filho de D. Manuel I, a quem sucedeu, e de D. Maria de Castela. Casou com D. Catarina, de Espanha.

Teve o cognome de o **Piedoso** pelos seus sentimentos religiosos. Introduz em Portugal a Companhia de Jesus e presta atenção especial à evangelização dos territórios ultramarinos. Integrado no grupo de Jesuítas veio para Portugal o P.^o Francisco Xavier, que viria a ser conhecido por «o apóstolo das Índias».

Devido à má administração dos reinados anteriores, os encargos aumentam. Também a perda do monopólio do comércio oriental e africano agravou a crise económica portuguesa.

D. João III faleceu em 1557 sem deixar filhos. Jaz no Mosteiro dos Jerónimos.



D. João III, rei de 1521 a 1557.

PRAÇAS DE ÁFRICA — D. João III, sem força para conservar o Grande Império Português, abandonou as praças de Safim e Azamor (1541), Alcácer Ceguer (1549) e Arzila (1550), no Norte de África, por serem um «sumidoiro de gente e dinheiro».

COLONIZAÇÃO DO BRASIL — O Brasil não foi colonizado por D. Manuel I. Este rei limitou-se a dar de arrendamento algumas terras a Fernando Noronha, pelo prazo de três anos, na condição de este mandar descobrir, em cada ano, 300 léguas de costa.

D. João III olhou para o Brasil com maior interesse e empreendeu a obra de colonização daquelas terras. Nomeou Martim Afonso de Sousa capitão-mor do Brasil, e encarregou-o de governar o território, organizar a justiça e distribuir as terras às pessoas que lá quisessem fixar-se.

Em 1532, D. João III mandou dividir o território em grandes zonas, do litoral para o interior, chamadas **capitanias**, que entregou a donatários ou capitães com a missão de as colonizarem e defenderem. O rei ficou com o monopólio do pau-brasil e com o quinto dos metais e pedras preciosas.

Tomé de Sousa foi o primeiro governador-geral do Brasil, para onde partiu em 1549, tendo ali fundado a cidade de S. Salvador da Baía, que passou a ser a capital. A seguir, foi governador do Brasil **Mem de Sá**, durante 14 anos, que desenvolveu uma grande acção no povoamento e pacificação.

Muitas famílias portuguesas dirigiram-se para o Brasil. Fundaram as importantes cidades, como Recife, Rio de Janeiro, S. Paulo...



Mapa do Brasil (século XVI).

Os colonos dedicavam-se, principalmente, à agricultura. Introduziram no Brasil as ferramentas de trabalho (enxada, foice, arado, machado, carro...); as culturas de cereais; animais domésticos; as culturas da vinha, da laranja e da cana-de-açúcar, levada da Madeira e de S. Tomé.

Exploram-se as primeiras riquezas no Brasil: as madeiras, o açúcar, o gado e o tabaco.

A INSTRUÇÃO — D. João III, um rei muito culto e amigo da instrução, protegeu as artes e as letras. Transferiu definitivamente, em 1537, a Universidade de Lisboa para Coimbra. Contratou mestres competentes, nacionais e estrangeiros, reformou os estudos e atribuiu rendimentos à Universidade.

Em 1548 fundou o Colégio das Artes, em Coimbra, que confiou aos Jesuítas, destinado ao ensino secundário.

A INQUISIÇÃO — D. João III instalou em Portugal o Tribunal da Inquisição, em 1536. Destinava-se a julgar os crimes contra a religião católica e as questões sobre heresias, magia...

Também censurava os livros a publicar, proibindo as obras contrárias aos princípios da doutrina e da moral religiosa.

MACAU — A China doou aos Portugueses, em 1557, o território de Macau como recompensa dos serviços prestados na luta contra os piratas no mar Amarelo.

Localizado na Ásia Oriental, o território de Macau tornou-se o entreposto comercial entre a China e os outros países.

OS QUATRO IMPÉRIOS

Os marinheiros e soldados portugueses correram todos os mares e aportaram a todos os continentes. No decurso das eras ergueram os Quatro Impérios.

O IMPÉRIO NORTE-AFRICANO — Iniciado com a tomada de Ceuta, em 1415, continuado pela tomada de Alcácer Ceguer, em 1458, e completado por Arzila e Tânger, em 1471.

O IMPÉRIO DO ORIENTE — Aberto por Vasco da Gama com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, em 1498, e consolidado pelas vitórias navais de D. Francisco de Almeida e as conquistas de Afonso de Albuquerque, no início do século XVI.

O IMPÉRIO DO BRASIL — Descoberto oficialmente por Pedro Álvares Cabral, em 1500, o Brasil foi colonizado trinta anos mais tarde por D. João III, por meio de «capitanias», até nomear Tomé de Sousa, em 1549, como governador-geral.

O NOVO IMPÉRIO DA ÁFRICA CENTRAL E MERIDIONAL — Desde o século XV que os Portugueses aí instalaram feitorias e fortalezas.

CONSEQUÊNCIAS DOS DESCOBRIMENTOS

Os descobrimentos portugueses foram obra de quantos através das épocas e das gerações, em jornadas de aventura, de sacrifícios e heroísmo, mudaram a face do Mundo. Tiveram grandes consequências em todos os campos da actividade do homem.

ECONÓMICAS — Os Portugueses passaram a controlar o comércio da Índia. O Atlântico Sul transformou-se na principal estrada comercial, reduzindo a importância do Mediterrâneo. Lisboa tornou-se o centro de todo o comércio africano e oriental.

A actividade agrícola decaiu e deu lugar ao comércio. Compravam-se ao estrangeiro os bens essenciais que não se produziam em Portugal.

CIENTÍFICAS — Desenvolveu-se a ciência náutica. Alargaram-se os conhecimentos da Geografia, da Matemática, da Astronomia, da Botânica, da Zoologia, da Etnografia, da Medicina, da Linguística. Passaram a ser conhecidas novas plantas, novos animais, novos climas, novas raças, novas religiões e costumes.

Apareceu, no século XVI, um novo estilo arquitectónico — o **estilo manuelino** —, também conhecido por «arquitectura do mar» e «estilo atlântico», caracterizado pelos adornos marinhos.

MORAIS E SOCIAIS — As classes que tradicionalmente dominavam, isto é, o clero e a nobreza, entram em crise, devido à predominância da actividade comercial. Surge uma nova classe, a **burguesia**, formada por comerciantes, banqueiros e capitalistas.

O luxo e a sumptuosidade aumentam. Perde-se o amor pelo trabalho produtivo. Uma decadência moral e social são sinais da ruína de Portugal.

EVANGELIZAÇÃO E MISSIONAÇÃO

Portugal levou o facho da civilização cristã, os costumes e a Língua até aos confins da Terra. A par do soldado, do marinheiro, do colono, seguem nas caravelas os missionários. Assim foram levando os padrões, as fortalezas, as igrejas, as escolas...

Onde chegavam erguiam a Cruz e os sacerdotes celebravam missa, ensinavam aos indígenas os princípios da religião, da moral e da justiça.



Acção dos missionários.

OS FRANCISCANOS — A Ordem dos Franciscanos, fundada por S. Francisco de Assis, tinha por principal missão propagar a fé e socorrer os necessitados e desprotegidos. Os frades franciscanos vieram para Portugal no reinado de D. Afonso II. Foram



Igreja de S. Francisco Xavier, em Goa.

os primeiros religiosos que acompanharam os Portugueses nas conquistas e nas descobertas. A sua acção desenvolveu-se nas ilhas da Madeira e dos Açores, nas praças do Norte de África, na Guiné, Cabo Verde, S. Tomé, Índia...

Os missionários edificaram igrejas, conventos, hospitais e escolas onde ensinaram a Língua Portuguesa e os costumes europeus.

A COMPANHIA DE JESUS — Fundada em Itália, em 1539, por Santo Inácio de Loiola, instalou-se em Portugal, em 1540, a pedido de D. João III.

Os padres jesuítas foram missionários e educadores nos territórios do Ultramar, em especial na Índia e no Brasil, tornando-se notáveis na pregação, no ensino das letras, das artes e das ciências. Criaram escolas, oficinas e igrejas.

No Oriente, em especial na Índia, destacou-se o padre Francisco Xavier (São Francisco Xavier), o «Apóstolo das Índias». Chegou a Goa em 1542 e morreu em 1552. A Igreja canonizou-o e o seu corpo ainda hoje se venera em Goa, onde se encontra o seu túmulo, na Igreja do Bom Jesus.

No Brasil notabilizaram-se os padres Manuel da Nóbrega, que ajudou a fundar as cidades de S. Paulo e Santos e contribuiu para a libertação dos aborígenes, e José de Anchieta (o «Apóstolo das Américas»). A acção dos Jesuítas no Brasil estende-se à fundação de aldeias, escolas, colégios... Além de apóstolos, os Jesuítas são pedagogos, construtores, administradores e agricultores.

FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES — Nasceu em Lisboa, em 1514. Foi bispo de Braga, e conhecido no mundo cristão por «o bracarense», onde desenvolveu notável acção no domínio caritativo, da educação popular e do clero. Foi um defensor dos preceitos do Concílio de Trento.

Faleceu em Viana do Castelo, em 1590.

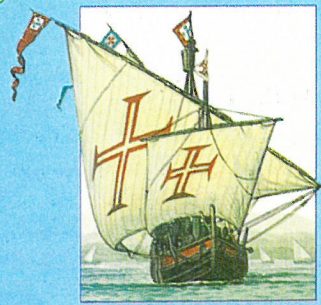
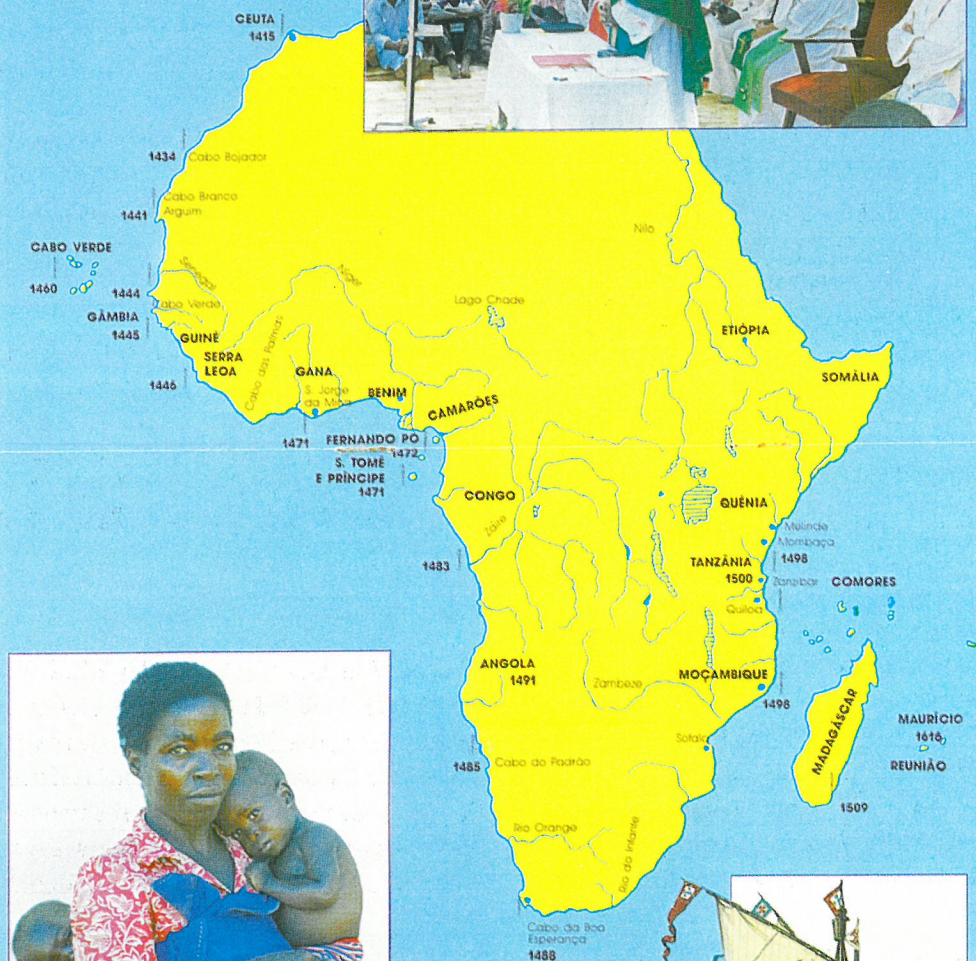
CINCO SÉCULOS DE EVANGELIZAÇÃO E ENCONTRO DE CULTURAS

— A Igreja Católica iniciou, no final de 1989, a década das celebrações dos «Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas», evocando aqueles que acompanharam a gesta dos descobrimentos portugueses e espalharam a fé cristã e a sua cultura pelo Mundo.

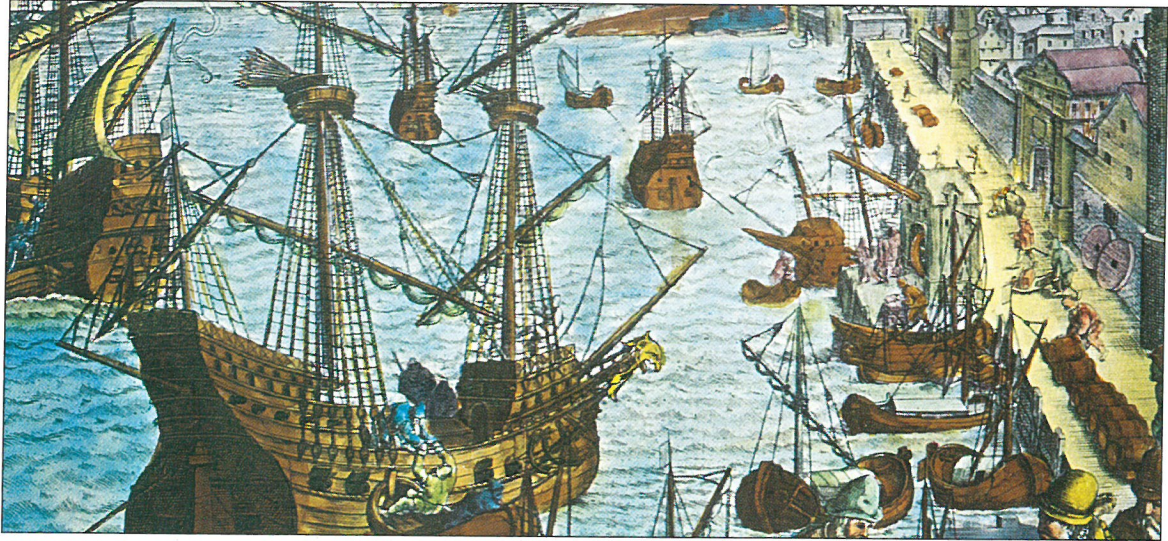


ÁFRICA:

PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO



PORTUGAL NO SÉCULO XVI



O porto de Lisboa, no século XVI.

No século XVI colonizaram-se as terras descobertas pelos Portugueses. Os nossos navios começaram a transportar da Índia a pimenta, a canela, o cravo e outras especiarias que passaram a ser usadas na alimentação. Também vieram da Índia o marfim, as pedras preciosas, as pérolas, as louças de porcelana, as sedas e as tapeçarias.

O comércio atingiu um grande desenvolvimento. A agricultura e a indústria entraram em decadência.

Apareceu uma nova classe, a **burguesia**, que se dedica ao comércio.

Lisboa transformou-se na capital mercantil do mundo. Aqui afluíam grandes comerciantes e mercadores. O comércio com África e o Oriente concentrou-se em Lisboa. As mercadorias eram carregadas nas feitorias portuguesas no Oriente e enviadas para Lisboa, onde eram depositadas na Casa da Guiné e da Índia e depois distribuídas. Há numerosas transacções de sedas da China, tapetes da Pérsia, pimenta da Malásia, cravo das Molucas, canela do Ceilão, ouro de Sofala, rubis e marfim da Guiné, sândalo de Timor, madeira do Brasil...

As **habitações** dos fidalgos e dos burgueses eram verdadeiros palácios. A cozinha era o lugar

principal. O mobiliário era rico e artístico: armários de grandes dimensões; cadeiras guarnecidas de couro e de veludo; tapeçarias orientais; baixelas de ouro e prata; louças da Índia, da China e do Japão. Nas camas havia colchões, travesseiras, almofadas e cobertores de lã. Na iluminação, além das velas e fachos, usava-se o óleo de baleia.

As casas dos camponeses, construídas de barro e taipa, tinham somente um compartimento. O mobiliário era composto por arca, cama, mesa e bancos.

A **alimentação** das classes pobres era à base de pão de trigo, sardinha, fruta e legumes.

As classes mais abastadas serviam-se de carne, peixe, vinho, especiarias, vegetais e frutos vindos de África e dos Açores e Madeira, compotas e vários doces. Começou a cultivar-se a batata e o milho. Plantaram-se árvores de fruto.

O **vestuário** passou a ser feito de tecidos ricos (sedas e veludos) bordados com ouro e prata e enfeitados com rendas e pedras preciosas.

Construíram-se monumentos em **estilo manuelino** que assinalam a epopeia do mar.

Nos séculos XV e XVI dá-se a expansão do movimento literário e artístico, graças à actividade dos descobrimentos marítimos.

A LITERATURA

FERNÃO LOPES — Foi o primeiro historiador (cronista) de Portugal. Viveu no tempo de D. João I e de D. Duarte. Este nomeou-o cronista-mor do Reino, isto é, incumbiu-o de escrever a história dos reis de Portugal que o antecederam.

Escreveu as crónicas de D. Pedro I, de D. Fernando e de D. João I.



Fernão Lopes.

GIL VICENTE — Viveu nos reinados de D. Manuel I e de D. João III. Criou o teatro português. Escreveu peças de teatro, em verso, chamadas autos: *Auto da Alma*, *Auto da Feira*, *Auto das Barcas...*

Gil Vicente, nos seus autos, critica e retrata a sociedade da época, que vive preocupada com o luxo e as riquezas.

FERNÃO MENDES PINTO — Nasceu em 1510, em Montemor-o-Velho, e viveu no tempo de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. Grande aventureiro, partiu para a Índia, em 1537, em busca das riquezas, onde viveu 21 anos. Viajou também pela África, Etiópia, Arábia, China e Japão.

Escreveu o livro «*Peregrinação*», onde relata as suas viagens pelo Oriente.

LUÍS VAZ DE CAMÕES — Filho de pais de origem nobre, recebeu uma esmerada educação.

Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se distinguiu pela sua inteligência, e aí escreveu as suas primeiras canções. Fez parte do grupo de pessoas letradas da corte de D. João III.

Luís de Camões tinha um espírito aventureiro. Combateu em Ceuta, contra os Mouros, onde perdeu o olho direito. Serviu também em Moçambique, na Índia e em Macau.

Camões foi o maior poeta português de todos os tempos. Foi na Índia e em Macau que, «numa mão sempre a espada e na outra a pena», escreveu a maior parte do seu imortal poema «*Os Lusíadas*», uma obra de valor universal.

Na viagem de Macau para Goa, a nau em que viajava naufragou. Camões salvou-se a nado



Luís Vaz de Camões.

segurando com a mão esquerda o manuscrito de «*Os Lusíadas*», enquanto a direita cortava as ondas.

Desembarcou em Lisboa em 1570. Vinha miserável mas trazia consigo uma grande riqueza: «*Os Lusíadas*».

«*Os Lusíadas*» são a bíblia da Pátria. Dão-nos a conhecer a História de Portugal desde o início da Nacionalidade até ao seu tempo, exaltando os feitos da gente lusitana pelo seu carácter de missão da dilatação da Fé e do Império.

Traduzido em várias línguas, «*Os Lusíadas*» levaram a fama dos Portugueses a todo o Mundo.

A primeira edição de «*Os Lusíadas*» foi publicada em 1572 e dedicada pelo poeta ao rei D. Sebastião. O rei atribuiu-lhe uma pensão anual de quinze mil réis.

Luís de Camões morreu pobre, em 10 de Junho de 1580. Adivinhando que Portugal iria perder a sua independência, passando para a coroa espanhola, antes de expirar, exclamou: «Pátria, ao menos juntos morremos».

Como homenagem ao «Príncipe dos Poetas», o dia 10 de Junho é comemorado em todo o País como o «Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas».

AS ARTES

AFONSO DOMINGUES — Natural de Lisboa, foi o arquitecto que planeou e dirigiu a construção do Mosteiro da Batalha, ordenada por D. João I.

Conta-se que Afonso Domingues, já idoso, perdera a vista antes de terminada a abóbada da Casa do Capítulo, no Mosteiro da Batalha.

D. João I entregou as obras a um mestre estrangeiro, mas a abóbada caiu.

O rei chamou de novo Afonso Domingues que, embora cego, levou a obra a bom termo. E ali permaneceu, debaixo da abóbada, três dias e três noites, sem comer nem beber. A abóbada não caiu. Mas mestre Afonso Domingues não resistiu, e ali morreu.

Antes de expirar, ainda exclamou: — «A abóbada não caiu. A abóbada não cairá!»

NUNO GONÇALVES — Viveu no século XV, no tempo de D. Afonso V. Grande retratista e genial pintor, chamaram-lhe «uma das águias da pintura».

Entre as suas obras, atribuem-se-lhe os «Painéis de S. Vicente», verdadeiro tesouro de arte e história, onde retratou 60 figuras de todas as classes sociais.

É muito conhecido o «Painel do Infante», onde é retratado o infante D. Henrique e os seus homens.



Painéis de S. Vicente.

GRÃO VASCO — Vasco Fernandes, o genial pintor Grão Vasco, viveu no reinado de D. Manuel I.

Segundo a tradição, nasceu por volta de 1475, nas cercanias da cidade de Viseu, num obscuro moinho, chamado Moinho do Pintor.

Desde a infância que o pintor renascentista de Viseu deu indícios de um raro génio. Conta-se que pintou na porta da casa um burro, carregado de talegas, com uma tal perfeição que o pai, regressando a casa, ao anoitecer, o quis fazer entrar na choupana.

No período de 1500 a 1506 executou o retábulo do altar-mor da Sé de Viseu, com cenas da vida da Virgem, da Infância e da Paixão do Senhor.

De 1506 a 1511 pintou o retábulo da Sé de Lamego.

A arte de Grão Vasco atingiu o apogeu de 1530 a 1542 com as suas obras mais representativas: São Pedro, São Sebastião, Baptismo de Cristo e Calvário, expostas no Museu Grão Vasco, em Viseu.



Quadro de «S. Pedro» do pintor Grão Vasco.

AS CIÊNCIAS

DUARTE PACHECO PEREIRA — Viveu no tempo de D. João II e de D. Manuel I. Figura de grande navegador e cosmógrafo, distinguiu-se nas lutas da Índia, sendo o defensor de Cochim.

Escreveu o livro «*Esmeraldo de situ orbis*» sobre matérias de cosmografia e navegação.

FRANCISCO SANCHES — Nasceu em 1550, no reinado de D. João III, e faleceu em 1622, no reinado de Filipe III. Médico e filósofo, veio a ser professor na Universidade de Toulouse, em França.

Escreveu vários livros, em latim, sobre medicina.

GARCIA DE ORTA — Nasceu em Castelo de Vide e viveu nos reinados de D. João III e de D. Sebastião. Médico e naturalista muito célebre, foi professor da Universidade de Lisboa e médico da corte de D. João III.

Partiu para a Índia, em 1534, onde se dedicou ao estudo da botânica, com vista à aplicação das plantas na cura de doenças. Fundou em Goa um Jardim Botânico. Percorreu o Oriente à procura de ervas e drogas, na assistência aos doentes, na experimentação...



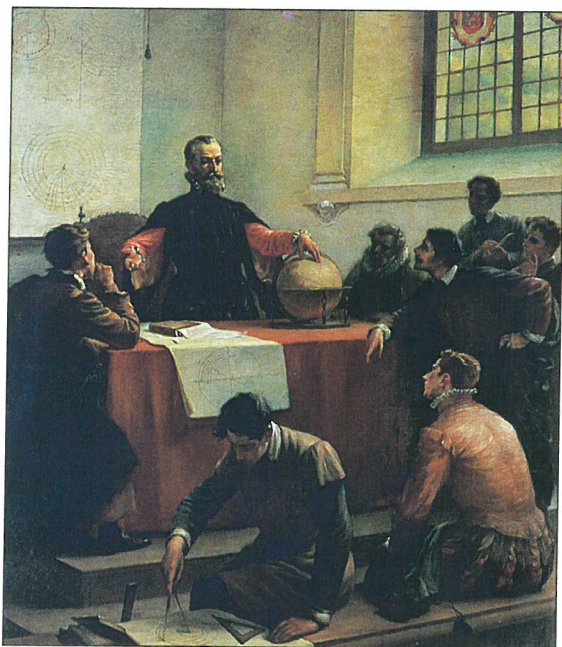
Garcia de Orta.

Escreveu o livro «*Colóquios dos Simples*» e «*Drogas e Cousas Medicinais da Índia*» que trata do naturalismo médico. Na sua obra descreve os sintomas de algumas doenças exóticas, como a «*cólera asiática*», e métodos terapêuticos.

Garcia de Orta faleceu em 1568, em Goa. Desaparecia um dos mais insígnis **médicos e filósofos** do século XVI, símbolo da medicina ultramarina.

PEDRO NUNES — Famoso matemático e cosmógrafo do século XVI, nasceu em 1502, em Alcácer do Sal. Desenvolveu uma grande actividade ensinando pilotos e reis, preparando cartas marítimas, aperfeiçoando regimentos náuticos e escrevendo livros para uso dos mareantes.

Grande cosmógrafo dos descobrimentos, inventou o compasso, o anel graduado e o nónio, peça que juntou ao astrolábio para medir fracções do grau.



Pedro Nunes.

Escreveu o «*Tratado em Defesa da Carta de Marear*» e outras obras sobre matemática e ciências náuticas. Referindo-se à obra dos descobrimentos dos Portugueses, afirma: — «As navegações deste Reino, de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas conjecturas, do que as de nenhuma outra gente do mundo. Os mareantes partiam providos de instrumentos e regras de astronomia e geometria».

Foi professor de D. Sebastião e de D. João de Castro. Leccionou Matemática na Universidade de Coimbra. Faleceu em 1578.

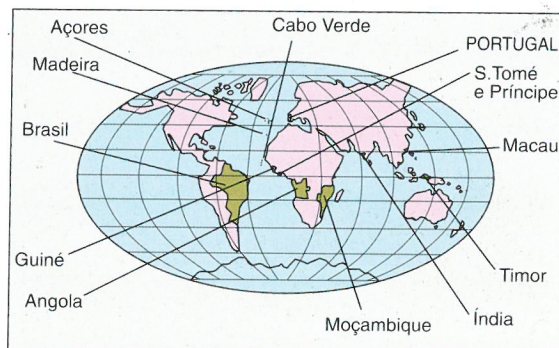
DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa deriva do **latim**, língua falada pelos Romanos, que dominaram a Península Ibérica.

Foi a língua do Infante, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral, de Albuquerque,...

Foi a língua que ensinámos ao Brasil e que, nas caravelas, levámos à África, à Índia, ao Japão, às costas do Pacífico, ao interior dos Continentes.

A Língua Portuguesa é falada por mais de **duzentos milhões de pessoas**.



A alma portuguesa, pelo Mundo em pedaços repartida... (Camões).

D. SEBASTIÃO

Nasceu em Lisboa, em 1554. Herdou o trono de seu avô, D. João III, em 1557, porque todos os filhos deste rei tinham falecido.

Como D. Sebastião tinha apenas três anos de idade, governou, como regente, sua avó D. Catarina e, depois, seu tio-avô o cardeal D. Henrique, irmão de D. João III.

Em 1568, com 14 anos de idade, D. Sebastião assumiu o governo do Reino. Teve o cognome de o **Desejado** por ser muito pretendido antes de nascer.

Logo que subiu ao poder D. Sebastião impôs a redução de despesas, combateu tudo quanto fosse imitação estrangeira, ordenando que se mantivessem os costumes portugueses.

O seu governo foi pautado por um grande sentido de justiça.

Faleceu, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir.



D. Sebastião, rei de 1557 a 1578.

a primeira edição de «*Os Lusíadas*», poema que dedicou a D. Sebastião.

BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR — D. Sebastião era um rei jovem, destemido e aventureiro, vibrante na fé e muito amigo da sua Pátria. O seu maior sonho era recuperar as cidades abandonadas por seu avô D. João III, no Norte de África: Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila. Pretendia fundar aí um grande Império Português, expulsando os Mouros.

D. Sebastião preparou um forte exército de 18 000 homens e embarcou para o Norte de África.

Em 4 de Agosto de 1578 travou-se a batalha de Alcácer Quibir, entre Portugueses e Mouros. As nossas tropas foram esmagadas pelos Mouros, que dispunham de 70 000 homens bem treinados. Portugal perdeu a fina-flor da sua mocidade e o próprio rei.

O desastre de Alcácer Quibir teve graves consequências para Portugal, porque D. Sebastião era solteiro e não tinha sucessores.

O povo vivia na esperança de que D. Sebastião havia de voltar um dia, numa manhã de nevoeiro...

LUÍS DE CAMÕES — Viveu nesta época o grande poeta Luís Vaz de Camões. Em 1572 foi publicada

D. HENRIQUE

Nasceu em Lisboa, em 1512. Filho de D. Manuel I e de D. Maria, o cardeal D. Henrique era tio-avô de D. Sebastião e irmão de D. João III. Sucedeu a D. Sebastião por este não ter deixado descendentes. Tinha uma idade avançada, 66 anos, e era bastante doente. Foi cognominado de **o Casto**.

Faleceu em 1580, sem ter designado sucessor. Apareceram vários pretendentes ao trono.



D. Henrique, rei de 1578 a 1580.

PRETENDENTES AO TRONO — Os principais pretendentes ao trono foram os netos de D. Manuel I:

- D. Catarina, duquesa de Bragança;
- D. António, prior do Crato;
- O príncipe de Parma;
- D. Filipe II, rei de Espanha, também neto de D. Manuel I por sua mãe D. Isabel.

O pretendente que tinha mais direito era D. Catarina de Bragança, descendente de D. Manuel I pela linha masculina.

D. Henrique inclinava-se para a escolha de D. Catarina.

Filipe II, ao ter conhecimento das intenções do cardeal-rei, mandou para Portugal Cristóvão de Moura, português traidor que estava ao seu serviço, a fim de iniciar uma campanha, com dinheiro e promessas, para que os Portugueses tomassem o partido do rei de Espanha.

D. Henrique mantém-se hesitante, perante as opiniões divididas, e não escolhe o seu herdeiro. Manda reunir as cortes, primeiro em Lisboa, onde nada se decide, e depois em Almeirim.

CORTES DE ALMEIRIM — Também as Cortes de Almeirim não conseguiram eleger o novo rei. A maior parte dos procuradores era a favor da escolha de Filipe II de Espanha.

Febó Moniz, o procurador do povo, protestou e defendeu a escolha de um rei português, pois, com a designação de um rei estrangeiro, corria risco a independência de Portugal.

JUNTA GOVERNATIVA — O cardeal D. Henrique morreu e foi nomeada uma **Junta Governativa** composta por cinco membros, adeptos de Filipe II, a quem foi entregue o governo até ser eleito o novo rei.

Filipe II de Espanha aproveitou a desorientação do País e invadiu Portugal com um poderoso exército, comandado pelo duque de Alba.

D. ANTÓNIO

— — — — —
Era filho do infante D. Luís e de D. Violante Gomes e neto de D. Manuel I.
D. António, o **prior do Crato**, é aclamado rei em Santarém, em 19 de Junho de 1580, e marcha sobre Lisboa, onde é acolhido delirantemente.

Filipe II de Espanha, para impor as suas pretensões, manda invadir Portugal com um forte exército, comandado pelo duque de Alba, que toma Elvas sem resistência e outras terras. D. António morreu em França, em 1595, desiludido, depois de uma luta abnegada na defesa da independência da Pátria.

— — — — —



D. António, rei de 19/6 a 25/8 de 1580.

BATALHA DE ALCÂNTARA — O exército de Filipe II avançou até Lisboa. D. António concentrou todas as suas forças, muito reduzidas, porque a fina-flor do nosso exército tinha sido destruída na batalha de **Alcácer Quibir**.

Os exércitos português e espanhol encontraram-se em 1580, em Alcântara, perto de Lisboa.

As nossas forças lutaram com coragem, mas a superioridade esmagadora do exército espanhol levou os portugueses de vencida.

D. António refugiou-se em Santarém e passou para o Norte do País, sendo protegido pelas populações.

Filipe II ofereceu grandes somas de dinheiro e privilégios a quem lhe entregasse, vivo ou morto, o seu rival D. António. Mas nenhum português quis trair o seu irmão de raça; todos os lares o recolhiam com muito carinho.

Passou depois para Inglaterra, França e Açores. Aqui, resistiu na ilha Terceira aos ataques da esquadra espanhola mas foi derrotado, apoderando-se os Espanhóis das ilhas dos Açores.

O SEBASTIANISMO — O povo português não acreditava que um rei tão jovem e forte como D. Sebastião tivesse morrido na batalha de Alcácer Quibir. Supunha que estava vivo e voltaria ao reino, numa manhã de nevoeiro, para estabelecer o direito e a justiça entre os povos oprimidos.

As profecias do **Bandarra**, sapateiro de Trancoso, garantiam a vinda de D. Sebastião, o **bom rei Encoberto**, e seduziam muita gente que via nessa crença a esperança de salvação da Pátria.

Apareceram vários aventureiros que diziam ser o jovem D. Sebastião.

O «sebastianismo» converteu-se em **mito**: «a esperança de melhores dias, de felicidade nacional, de justiça e de grandeza».

CRONOLOGIA

Séc. XIV

Séc. XV

Séc. XVI

2.ª DINASTIA — JOANINA ou DE AVIS



D. JOÃO I — O de Boa Memória (1385-1433)

Filho de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço

- 1357 Nascimento de D. João I.
- 1383 D. João, mestre de Avis, é aclamado Regedor e Defensor do Reino.
- 1385 O Mestre de Avis é aclamado rei nas Cortes de Coimbra, com o título de D. João I.
Combate de Trancoso.
Batalha de Aljubarrota (14 de Agosto).
Incursão de Nuno Álvares em Espanha; vitória de Valverde, a oriente de Olivença.
- 1386 Tratado de Windsor com a Inglaterra.
- 1387 Casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, na Sé Catedral do Porto.
Tréguas entre Portugal e Castela.
- 1388 Inicia-se a construção do Mosteiro da Batalha.
- 1394 Nascimento do infante D. Henrique.
- 1396 Incursão portuguesa em Espanha; tomada de Badajoz.
- 1411 Tratado definitivo de paz, pelo qual Castela reconhece a independência de Portugal.
- 1412 O infante D. Henrique dá início à empresa dos Descobrimentos.
- 1414 Peste em Lisboa e no Porto.
- 1415 Morte da rainha D. Filipa de Lencastre.
Conquista de Ceuta, no Norte de África (início da expansão portuguesa).
- 1416 Fundação do Centro de Estudos Náuticos de Sagres pelo infante D. Henrique.
- 1418 Descoberta e ocupação da ilha de Porto Santo por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira.
- 1419 Descoberta oficial e ocupação do arquipélago da Madeira por João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo.
- 1420 O infante D. Henrique é nomeado governador e administrador da Ordem de Cristo.
Inicia-se a colonização da ilha da Madeira.
- 1425 O infante D. Henrique envia a primeira expedição às ilhas Canárias.
- 1427 Descobrimto das ilhas dos Açores por Gonçalo Velho Cabral e Diogo de Silves.
- 1431 Morte de D. Nuno Álvares Pereira.
- 1433 Doação das ilhas da Madeira e Porto Santo ao infante D. Henrique.
- 1433 Morte de D. João I.



D. DUARTE — o Eloquentes (1433-1438)

Filho de D. João I

- 1391 Nascimento de D. Duarte.
- 1428 Casamento com D. Leonor de Aragão.
- 1433 Sobe ao trono D. Duarte.
- 1434 Cortes de Santarém; *Lei Mental* sobre a propriedade dos bens doados pela coroa.
Gil Eanes dobra o cabo Bojador.
- 1435 Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaia chegam a Angra dos Ruivos e Pedra da Galé.
- 1437 Expedição malograda a Tânger. Os portugueses são derrotados e o infante D. Fernando fica prisioneiro dos Mouros.
- 1438 D. Duarte morre vitimado pela peste. O herdeiro do trono é D. Afonso V, que tem apenas seis anos de idade. A regência passa para a rainha-mãe, D. Leonor de Aragão.



D. AFONSO V — o Africano (1438-1481)

Filho de D. Duarte

- 1432 Nascimento de D. Afonso V.
- 1438 Regência de D. Leonor.
- 1439 D. Pedro, tio de D. Afonso V, substitui D. Leonor na regência do Reino.
O infante D. Henrique manda povoar as sete ilhas dos Açores.
- 1441 Antão Gonçalves chega ao Rio do Ouro e Nuno Tristão alcança o cabo Branco.
- 1443 Descoberta da ilha de Arguim, por Nuno Tristão.
- 1444 Nuno Tristão chega às costas da Guiné. Diogo Gomes e Luís Cadamosto chegam à Guiné.
- 1446 D. Afonso V atinge a maioridade e assume o governo do Reino.
Publicação das *Ordenações Afonsinas*: primeira compilação de todas as leis do Reino.
- 1447 Casamento do rei com D. Isabel, de Portugal.
- 1449 Batalha de Alfarrobeira: o infante D. Pedro é vencido e morto.
- 1456 Cadamosto atinge o arquipélago de Bijagós.
Descobrimto do arquipélago de Cabo Verde, por Diogo Gomes e António de Nola.

CRONOLOGIA

Séc. XIV

Séc. XV

Séc. XVI

2.ª DINASTIA — JOANINA ou DE AVIS

- 1458 Conquista de Alcácer Ceguer.
- 1460 Morte do infante D. Henrique, em Sagres.
- 1469 D. Afonso V concede privilégios no comércio da costa da Guiné a Fernão Gomes.
- 1471 João de Santarém e Pêro Escobar descobrem a Mina, na costa do Ouro.
A França recebe carregamentos de açúcar da ilha da Madeira.
Conquista de Arzila e ocupação de Tânger.
- 1474 João Vaz Corte Real descobriu a ilha dos Bacalhaus (Terra Nova).
- 1476 Batalha de Toro.
- 1479 Tratado de paz de Alcáçovas, com a Espanha.
- 1481 Morte de D. Afonso V.



D. JOÃO II — o Príncipe Perfeito
(1481-1495)
Filho de D. Afonso V

- 1455 Nascimento de D. João II.
- 1471 Casamento com sua prima D. Leonor, de Portugal.
- 1481 Sobe ao trono D. João II.
Lutas com a nobreza.
Introdução da Imprensa em Portugal.
- 1482 Construção do castelo-feitoria de S. Jorge da Mina (golfo da Guiné), por Diogo de Azambuja.
- 1483 Diogo Cão atinge a foz do rio Zaire (rio Poderoso) e o reino do Congo, chegando ao Sul de Angola.
- 1485 Segunda viagem de Diogo Cão: descoberta do cabo Negro e do cabo Padrão.
- 1487 D. João II envia por terra os emissários Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã para recolherem informações sobre a Índia.
- 1488 Bartolomeu Dias dobra o cabo das Tormentas a que D. João II deu o nome de cabo da Boa Esperança.
- 1492 Cristóvão Colombo chega às Antilhas, na América Central.
É criado, em Lisboa, o Real Hospital de Todos-os-Santos.
- 1494 Tratado de Tordesilhas: partilha das terras descobertas por Portugal e por Espanha.
- 1495 Morte de D. João II.



D. MANUEL I — o Venturoso
(1495-1521)
Neto de D. Duarte e primo de D. João II

- 1469 Nascimento de D. Manuel I.
- 1495 Sobe ao trono D. Manuel I.
- 1496 D. Manuel I ordena a expulsão dos judeus que se não convertessem à religião cristã.
- 1497 Partida do Restelo (Lisboa) da armada comandada por Vasco da Gama para o descobrimento do caminho marítimo para a Índia.
Casamento do rei com D. Isabel, de Castela.
- 1498 Duarte Pacheco Pereira vai numa expedição às costas do Brasil.
A armada de Vasco da Gama, na sua viagem para a Índia, toca a costa de Moçambique. Os nativos fizeram uma boa recepção aos Portugueses e ao local foi dado o nome de «Terra da Boa Gente», actual região de Inhambane (Moçambique).
No dia 20 de Maio a armada de Vasco da Gama ancorava ao largo de Calecut (Índia). Vasco da Gama foi recebido pelo Samorim de Calecut.
A rainha de Portugal morre, em Saragoça, ao dar à luz o príncipe D. Miguel da Paz.
- 1499 Regresso de Vasco da Gama a Lisboa.
- 1500 Descobrimto oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral.
- 1501 Gaspar Corte Real descobre a Terra Nova.
Segundo casamento do rei com sua cunhada, a infanta D. Maria, de Castela.
- 1502 Início da construção do Mosteiro dos Jerónimos (Lisboa).
- 1505 Parte para a Índia o 1.º vice-rei, D. Francisco de Almeida.
- 1507 Afonso de Albuquerque conquista Ormuz.
- 1508 Diogo de Azambuja conquista Safim.
- 1509 Os Portugueses chegam a Samatra.
- 1510 Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, onde estabelece a capital do Império Oriental.
- 1511 Conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque.
- 1512 *Ordenações Manuelinas.*
- 1513 D. Jaime, duque de Bragança, toma Azamor.
Embaixada de Tristão da Cunha a Roma.

CRONOLOGIA

Séc. XIV

Séc. XV

Séc. XVI

2.ª DINASTIA — JOANINA ou DE AVIS

- 1514 Construção da Torre de Belém.
- 1516 Timor é ocupado por António Taveira.
- 1518 Terceiro casamento do rei com D. Leonor, de Espanha.
Lopo Soares de Albergaria edifica a fortaleza de Ceilão.
- 1519 Partida da frota de Fernão de Magalhães para a primeira viagem de circum-navegação, ao serviço do rei de Espanha.
- 1521 Morte de D. Manuel I.



D. JOÃO III — o Piedoso
(1521-1557)
Filho de D. Manuel I

- 1502 Nascimento de D. João III.
- 1521 Sobe ao trono D. João III.
- 1524 Nascimento de Luís de Camões.
- 1525 Casamento do rei com D. Catarina, de Espanha.
- 1530 D. João III nomeia Martim Afonso de Sousa capitão-mor do Brasil, onde inicia uma colonização metódica.
- 1532 Começa o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil.
- 1534 Organiza-se a colonização do Brasil segundo o sistema de capitánias.
- 1535 Edificada a fortaleza de Diu.
- 1536 O papa Paulo III cria o Tribunal da Inquisição em Portugal.
- 1537 Fixação definitiva da Universidade em Coimbra.
- 1540 Os Jesuítas chegam a Portugal.
- 1541 S. Francisco Xavier aporta à ilha de Moçambique (Moçambique).
- 1542 Abandono de Safim e Azamor, no Norte de África.
Chega a Goa S. Francisco Xavier.
- 1543 Os Portugueses desembarcam no Japão. É o primeiro contacto do Japão com a civilização ocidental.
- 1545 D. João de Castro, vice-rei da Índia.
- 1548 Fundação de um colégio português pelos Jesuítas, no Congo.
- 1549 Tomé de Sousa é nomeado o 1.º governador-geral do Brasil. Partiu acompanhado de numerosos colonos e dos padres jesuítas, tendo à frente o padre Manuel da Nóbrega.

- 1550 Abandono de Arzila, no Norte de África.
- 1552 Morte de S. Francisco Xavier, que está sepultado na Sé de Goa (Índia).
- 1553 O padre Manuel da Nóbrega é nomeado provincial dos Jesuítas no Brasil. É o principal fundador da cidade de São Paulo.
- 1557 Os Portugueses fixam-se em Macau com autorização dos governantes de Cantão.
Morte de D. João III.



D. SEBASTIÃO — o Desejado
(1557-1578)
Neto de D. João III

- 1554 Nascimento de D. Sebastião.
- 1557 Herdou o trono D. Sebastião ficando regente a rainha D. Catarina, que era castelhana.
- 1562 D. Catarina renuncia à regência do Reino.
As cortes elegem regente o cardeal D. Henrique.
- 1568 D. Sebastião assume o governo com 14 anos de idade.
- 1570 Luís de Camões regressa a Lisboa vindo do Oriente.
- 1572 São publicados em Lisboa «*Os Lusíadas*», de Luís de Camões.
- 1575 Paulo Dias de Novais funda S. Paulo de Luanda, capital de Angola, sendo o primeiro governador.
- 1578 Expedição a África e batalha de Alcácer Quibir. Nela morre D. Sebastião e o nosso exército é desbaratado.



D. HENRIQUE — o Casto
(1578-1580)
Filho de D. Manuel I e tio-avô de D. Sebastião

- 1512 Nascimento do cardeal D. Henrique.
- 1562 D. Henrique assume a regência do Reino.
- 1578 Sobe ao trono o cardeal D. Henrique.
- 1580 Cortes de Almeirim: reacção patriótica de Febo Moniz.
- 1580 Morte do cardeal D. Henrique.
Invasão de Portugal pela Espanha (batalha de Alcântara).
Morte de Luís de Camões.
D. António, prior do Crato, é aclamado rei.

DECADÊNCIA POLÍTICA E ECONÓMICA

4



D. FILIPE I

Nasceu em Valladolid, em 1527. Era filho do imperador Carlos V e de D. Isabel, filha de D. Manuel I de Portugal.

Conquistou Portugal em 1580. Teve o cognome de **o Prudente**.

Sucedeu ao cardeal D. Henrique, último rei da 2.^a dinastia.

Senhor de grande força militar e económica, D. Filipe I invadiu Portugal e submeteu-o à dominação castelhana, que havia de durar 60 anos. Inicia-se a 3.^a **dinastia**, chamada **Castelhana** ou **Filipina** por ter sido governada pelos três Filipes.

A capital do Império é Madrid (Espanha). Em Lisboa existe um governo chefiado por um vice-rei espanhol.

D. Filipe I faleceu em 1598.



D. Filipe I, rei de Portugal de 1581 a 1598.

CORTES DE TOMAR — Em Abril de 1581 D. Filipe I convocou as Cortes de Tomar, onde foi aclamado rei de Portugal.

Ao fim de mais de quatrocentos anos de nação independente, Portugal perdia a sua liberdade.

Nestas cortes o novo rei jurou governar Portugal separadamente de Espanha; respeitar todos os usos, costumes, liberdades, direitos e leis; nomear para os cargos políticos, eclesiásticos e judiciais os Portugueses de nascimento; respeitar a Língua Portuguesa como língua oficial.

As promessas feitas nas Cortes de Tomar em breve são esquecidas. Os reis espanhóis procuraram transformar Portugal numa província espanhola.

ARMADA INVENCÍVEL — A Espanha estava em guerra com a Inglaterra e a Holanda. D. Filipe I ordenou que não entrassem no porto de Lisboa navios desses países. Os Ingleses e os Holandeses estabeleceram o comércio directo com o Oriente, o que veio prejudicar o nosso comércio. Também os nossos navios foram incorporados na armada espanhola, a «Armada Invencível», contra a Inglaterra, em 1588, em que perdemos as nossas melhores unidades.

D. FILIPE II

Nasceu em Madrid, em 1578. Era filho de D. Filipe I, a quem sucedeu, e de D. Ana Maria de Áustria. Subiu ao trono em 1598. Foi cognominado de **o Pio**.

O domínio espanhol leva Portugal à ruína: os impostos aumentam; a agricultura, o comércio e a indústria estão paralisados.

D. Filipe II faleceu em 1621, em Madrid.



D. Filipe II, rei de Portugal de 1598 a 1621.



Cristóvão de Moura.

CRISTÓVÃO DE MOURA — A situação dos Portugueses agravou-se com o rei D. Filipe II.

Cristóvão de Moura, o renegado português, foi nomeado governador de Portugal, originando uma onda de descontentamento entre os Portugueses.

ATAQUE AOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS

— As nossas províncias de além-mar eram assaltadas e saqueadas por Ingleses, Holandeses e Franceses, com quem os Espanhóis andavam em luta. Os nossos soldados eram mobilizados para combaterem nas guerras que a Espanha mantinha.

No Brasil foram atacadas as cidades do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e Maranhão.

Na África os Holandeses assaltaram S. Tomé, golfo da Guiné e Moçambique, sendo repelidos.

Apoderaram-se também de Luanda (Angola), donde foram expulsos por Salvador Correia de Sá, em 1648, que veio do Brasil com uma expedição.

No Oriente perdemos os territórios de Ormuz, Malaca, Ceilão, Java, Celebes e Molucas a favor dos Ingleses e Holandeses.

ORDENAÇÕES FILIPINAS — D. Filipe I, em 1595, mandou compilar todas as leis existentes no Reino. Mas o novo código só foi publicado no reinado de D. Filipe II, em 1603, e vigorou até à publicação do *Código Civil Português*, em 1867.

CORTES DE LISBOA — Em 1619, D. Filipe II visitou Portugal e reuniu as Cortes em Lisboa, tendo sido reconhecido herdeiro do trono seu filho. Foram apresentadas muitas reclamações nestas cortes mas nenhuma foi atendida.

D. FILIPE III

Nasceu em Madrid, em 1605. Era filho de D. Filipe II, a quem sucedeu, e de D. Margarida de Áustria. Subiu ao trono em 1621, com dezasseis anos e sem experiência de governo. Teve o cognome de **o Grande**.

Neste reinado o domínio espanhol tornou-se mais violento. O primeiro-ministro espanhol, conde-duque de Olivares, pretende transformar Portugal numa província de Espanha. Como representante de D. Filipe III, governava Portugal a duquesa da Mântua, que tinha como seu secretário o português Miguel de Vasconcelos.

Os impostos aumentam assustadoramente, o povo sente-se oprimido, a decadência política e económica do país acentua-se cada vez mais.



D. Filipe III, rei de Portugal de 1621 a 1640.

REVOLTA DO «MANUELINHO» — Em 1637 rebentou em Évora a primeira revolta, chamada do «Manuelinho», figura típica local que se tornou o símbolo da resistência contra os Filipes.

O movimento estendeu-se a muitas terras do Centro e Sul.

Os revoltosos foram presos e torturados e os principais fidalgos e membros do clero afastados de Portugal.

OS CONJURADOS E O DUQUE DE BRAGANÇA — Os Portugueses compreenderam que só uma revolução bem organizada podia trazer a libertação do jugo estrangeiro.

Formou-se, então, um grupo de 40 portugueses, chamado «Os Conjurados», que prepararam uma revolução. Os conjurados eram, entre outros, D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, D. João Pinto Ribeiro e o padre Nicolau da Maia, que se reuniam em casa de D. Antão de Almada, em segredo, para estabelecerem o plano de libertação de Portugal.

Convidaram para rei D. João, duque de Bragança, e fixaram o dia da revolta: o dia **1 de Dezembro de 1640**.



Alterações de Évora.

CRONOLOGIA

Séc. XVI

Séc. XVII

3.ª DINASTIA — CASTELHANA ou FILIPINA



**D. FILIPE I — o Prudente
(1581-1598)
Filho de Carlos V**

- 1580 D. António, prior do Crato, é aclamado rei.
D. Filipe II de Espanha invade Portugal.
- 1581 D. Filipe II de Espanha é aclamado rei de Portugal nas Cortes de Tomar, como D. Filipe I.
- 1582 Paulo Dias de Novais edifica o forte de Massangano.
- 1583 Cortes de Lisboa. Filipe II entrega o governo ao cardeal Alberto e parte para Madrid.
- 1588 A «Invencível Armada» é derrotada pelos Ingleses, no canal da Mancha.
- 1589 D. Filipe I restitui Arzila aos Mouros.
- 1591 D. Filipe I cria o Conselho da Fazenda.
- 1594 Edificada a fortaleza de Mombaça.
- 1595 Morte de D. António, prior do Crato, em Paris.
- 1596 Primeira tentativa dos Holandeses para tomarem S. Jorge da Mina.
- 1598 Morte de D. Filipe I.



**D. FILIPE II — o Pio
(1598-1621)
Filho de D. Filipe I**

- 1598 Sobe ao trono D. Filipe II.
- 1599 Os Holandeses ocupam o Nordeste do Brasil.
- 1602 Edificação da fortaleza de Cambambe, em Angola. «Ordenações Filipinas».
- 1604 Os Holandeses atacam a fortaleza de Moçambique.
- 1609 Os Holandeses conquistam Ceilão.
- 1612 Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra.
- 1614 Editada a «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto.
- 1617 Os Portugueses são expulsos do Japão pelos Holandeses.
- 1619 Reúnem as Cortes de Lisboa.
- 1621 Morte de D. Filipe II.



**D. FILIPE III — o Grande
(1621-1640)
Filho de D. Filipe II**

- 1621 Sobe ao trono D. Filipe III.
- 1622 Os Ingleses tomam a fortaleza de Ormuz.
Os Holandeses tomam Ceilão e Malaca.
- 1624 Os Holandeses tomam a Baía, no Brasil.
- 1625 Reconquista da Baía por uma esquadra luso-espanhola.
- 1626 O Tribunal da Inquisição estende-se às colónias africanas.
- 1628 Motim das «Maçarocas», no Porto, contra o domínio espanhol.
- 1630 Os Holandeses ocupam Pernambuco, no Brasil.
- 1634 Os Holandeses conquistam Paraíba, no Brasil.
Os Portugueses são expulsos da Etiópia.
- 1637 Revolta popular em Évora, sob a chefia de «O Manuelinho».
Os Holandeses ocupam S. Jorge da Mina.
- 1638 Os Holandeses tomam Arguim.
- 1640 Revolução do 1.º de Dezembro, que põe termo ao governo dos Espanhóis. É aclamado rei D. João, duque de Bragança.



Salvador Correia de Sá recuperou Angola e S. Tomé e Príncipe aos Holandeses.

RENASCER DE PORTUGAL

5



4.^a DINASTIA - BRIGANTINA ou DE BRAGANÇA

Séc. XVII

1640 João IV
1656 Afonso VI

1683 Pedro II

1706 João V

Séc. XVIII

1750 José I

1777 Maria I

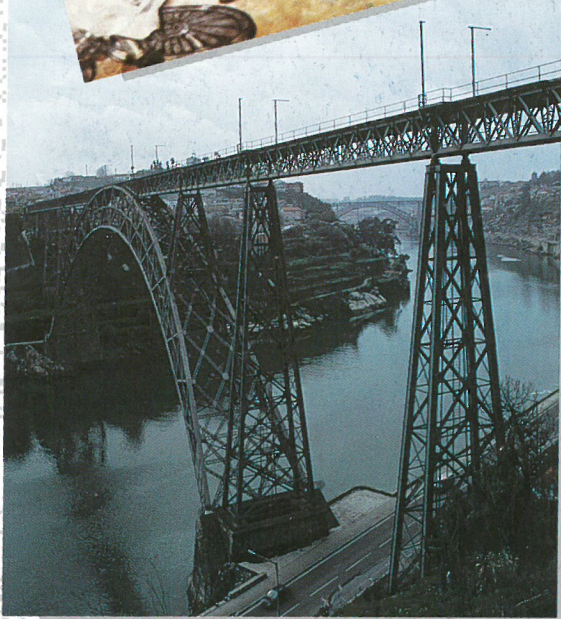
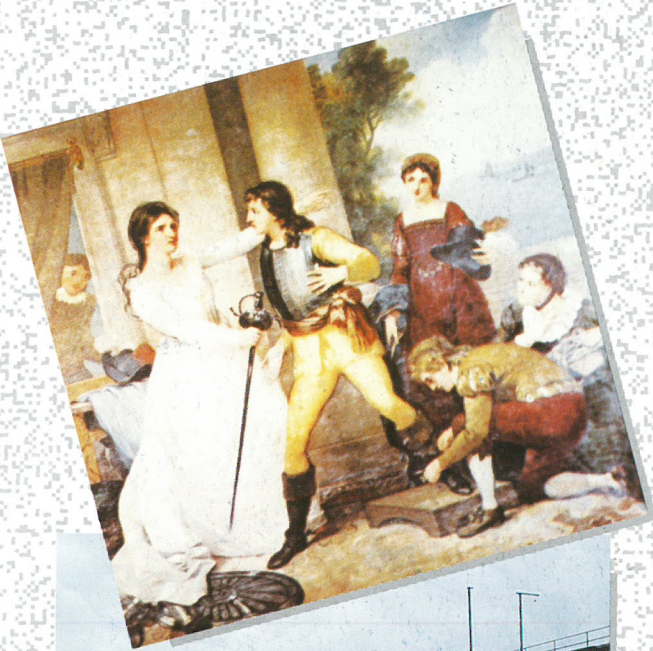
Séc. XIX

1816 João VI
1826 Pedro IV
1834 Maria II
1853 Pedro V
1861 Luís I

1828 Miguel I

Séc. XX

1889 Carlos I
1908 Manuel II
1910 REPÚBLICA



RESTAURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO INTERNA



Morte de Miguel de Vasconcelos.

1.º DE DEZEMBRO DE 1640 — Na manhã do dia 1 de Dezembro de 1640 encontraram-se no Terreiro do Paço, em Lisboa, numerosas carruagens. Pelas nove horas, os fidalgos conspiradores dirigiram-se ao Paço da Ribeira, onde vivia a duquesa de Mântua, regente de Portugal em nome do rei de Espanha D. Filipe IV, e o seu secretário, o português Miguel de Vasconcelos.

Entraram no palácio, derrubaram os guardas e procuraram Miguel de Vasconcelos que, apesar de se esconder dentro de um armário, foi ferido e atirado por uma janela para o Terreiro do Paço. A duquesa de Mântua resistiu, mas acabou por se render aos Portugueses. O velho fidalgo, D. Miguel de Almeida, assomou a uma janela do palácio e

gritou por entre lágrimas: «Liberdade. Liberdade. Viva El-Rei D. João IV. O duque de Bragança é o nosso legítimo rei!».

Portugal renascia. Portugal libertava-se do domínio espanhol, que durou 60 anos.

A notícia do triunfo da revolução correu por toda a cidade de Lisboa. A população saiu para a rua e aclamou D. João IV, que se encontrava em Vila Viçosa, regressando de imediato à capital.

A esposa de D. João, D. Luísa de Gusmão, apesar de espanhola, animou o seu marido a aceitar a coroa de Portugal, afirmando que «antes ser rainha por uma hora que duquesa toda a vida».

D. FILIPA DE VILHENA — D. Filipa de Vilhena era viúva do conde D. Luís de Ataíde.

Na manhã de 1 de Dezembro de 1640 chamou os seus filhos, Jerónimo de Ataíde e Francisco Coutinho, e ela própria os armou cavaleiros:

—Meus filhos, em nome de Deus e de vossos avós, eu vos armo cavaleiros. Tomai esta espada, e não vos sirvais dela senão para defender a religião, a pátria, a liberdade do povo e os vossos legítimos reis. Não hesiteis: vencer ou morrer lutando.



D. Filipa de Vilhena arma os filhos cavaleiros.

D. JOÃO IV

Nasceu em Vila Viçosa, em 1604. Era filho de D. Teodósio, 7.º duque de Bragança, e de D. Ana Velasco. Casou com D. Luísa de Gusmão, de Espanha.

Em 15 de Dezembro de 1640, D. João IV foi solenemente aclamado rei.

Portugal passa a ser governado por um rei português, com o cognome de **o Restaurador**, por ter restaurado a independência.

Com D. João IV começa a 4.ª dinastia, chamada **Brigantina** ou de **Bragança**, porque o seu primeiro rei foi D. João, 8.º duque de Bragança.

D. João IV faleceu em 1656.



D. João IV, rei de 1640 a 1656.

CORTES DE LISBOA — Nas cortes de Janeiro de 1641, D. João IV tomou medidas urgentes para assegurar a defesa do Reino: organizou um exército permanente; reorganizou a marinha; desenvolveu a indústria de armamento; fortificou as zonas fronteiriças com a Espanha; estruturou a economia.

GUERRA DA RESTAURAÇÃO — A Espanha não desistia de reconquistar Portugal. D. Filipe IV de Espanha mandou invadir o Alentejo, mas as suas forças foram repelidas.

Em 1644 deu-se a primeira batalha da Guerra da Restauração: a **batalha do Montijo**. Os Portugueses, comandados por Matias de Albuquerque, conseguiram uma estrondosa vitória.

ACÇÃO DIPLOMÁTICA — D. João IV enviou embaixadores à Inglaterra, França, Holanda, Suécia, Dinamarca e ao Papa para obter apoios para Portugal ser reconhecido como reino independente. Nesta tarefa salientou-se o jesuíta padre António Vieira que também atingiu grande prestígio como escritor e pregador.

LUTAS NO ULTRAMAR — No Ultramar reconquistámos algumas terras perdidas no domínio filipino: Tânger, Angola e S. Tomé e Príncipe, por intermédio de Salvador Correia de Sá, que veio do Brasil com uma armada. No Brasil, reconquistámos Pernambuco, Baía e Maranhão aos Holandeses.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, PADROEIRA DE PORTUGAL — D. João IV consagrou Portugal a Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, em 25 de Março de 1646, sendo aclamada oficialmente **Padroeira e Rainha de Portugal**.

Os reis portugueses, de então para cá, não usaram coroa dado que esta foi colocada na imagem de Nossa Senhora.

D. AFONSO VI

Nasceu em Lisboa, em 1643. Filho e sucessor de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, casou com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, de França.

D. Afonso VI teve o cognome de o **Vitorioso** devido às vitórias alcançadas na Guerra da Restauração.

D. Afonso VI foi forçado a renunciar ao trono na pessoa de seu irmão, o príncipe D. Pedro. Fixou residência na ilha Terceira e, depois, no Palácio de Sintra, onde morreu em 1683.



D. Afonso VI, rei de 1656 a 1683.

REGÊNCIA DE D. LUÍSA DE GUSMÃO —

Quando morreu D. João IV, o herdeiro do trono, o príncipe D. Afonso, tinha apenas 13 anos de idade. Por isso, tomou conta da regência a rainha viúva D. Luísa de Gusmão. Durante o seu governo deu-se uma das batalhas mais importantes da Guerra da Restauração: a batalha das Linhas de Elvas, saindo vitoriosos os Portugueses.

D. Luísa renovou a aliança de Portugal com a Inglaterra para nos ajudar na Guerra da Restau-

ração. A Aliança Luso-Britânica foi reforçada pelo casamento da princesa D. Catarina, irmã de D. Afonso, com o rei de Inglaterra, Carlos II. Como dote de casamento demos aos Ingleses a praça de Tânger, na África, e o porto e ilha de Bombaim, na Índia.

O CONDE DE CASTELO MELHOR — D. Afonso VI tomou o poder em 1662. Por ser bastante doente, escolheu o conde de Castelo Melhor para primeiro-ministro, a quem entregou o governo.

Grande estadista e militar, o conde de Castelo Melhor organizou o nosso exército para continuar as lutas com a Espanha. Portugal alcançou a vitória, na **Guerra da Restauração**, nas batalhas de **Ameixial** (1663), **Castelo Rodrigo** (1664) e **Montes Claros** (1665).

D. AFONSO VI ABDICA DO TRONO — Entre o infante D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, e o conde de Castelo Melhor surgem divergências, porque o infante pretendia tomar conta do poder.

A rainha D. Maria Francisca pediu a anulação do seu casamento e casou com D. Pedro, aliando-se ao grupo contrário ao rei. O conde de Castelo Melhor foi afastado e D. Pedro assumiu o poder em 1667, com o título de príncipe regente.

FIM DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO — Os Espanhóis acabaram por desistir de conquistar Portugal. A paz entre Portugal e Espanha foi assinada por D. Pedro, em Fevereiro de 1668.

D. PEDRO II

Nasceu em Coimbra, em 1648. Era irmão de D. Afonso VI. Casou com a cunhada, D. Maria Francisca de Sabóia, e, pela segunda vez, com D. Maria Sofia de Neuburgo. Foi cognominado de **o Pacífico** por ter assinado o tratado de paz com a Espanha, em 1668, pondo termo à Guerra da Restauração.

Faleceu em 1706 e jaz em S. Vicente de Fora.



D. Pedro II, rei de 1683 a 1706.

O CONDE DE ERICEIRA — Foi ministro de D. Pedro II e protegeu a indústria e a agricultura. Contratou artífices em França e Inglaterra para a industrialização do Reino: os tecidos de lã, as sedas, os vidros e o papel, os curtumes.

Criou e desenvolveu as fábricas de têxteis na Covilhã, Manteigas, Lisboa, e fundições em Lisboa e Tomar. Promoveu a exploração de minas de ferro.

REUNIÃO DAS CORTES — D. Pedro II reuniu as cortes em 1697 para garantir a sucessão ao trono de seus filhos. D. João, o filho mais velho do rei, foi jurado herdeiro de seu pai. Foram as últimas cortes que se realizaram em Portugal pelo período de mais de um século. Estabeleceu-se o **absolutismo**, isto é, os reis ficaram senhores absolutos do poder.

GUERRA DA SUCESSÃO — Por morte do rei de Espanha, que não tinha filhos, apareceram dois pretendentes ao trono: Filipe de Anjou, apoiado pela Espanha e pela França; e o arquiduque Carlos de Áustria, apoiado pela Inglaterra e pela Holanda. Este problema deu origem à Guerra da Sucessão. Portugal decidiu apoiar o segundo pretendente.

O exército português, comandado pelo marquês de Minas, invadiu a Espanha e entrou vitorioso em Madrid, onde aclamou rei o arquiduque Carlos.

TRATADO DE METHUEN — No reinado de D. Pedro II defendia-se o desenvolvimento do comércio apoiado na agricultura. Deste modo, foi assinado com Inglaterra, em 1703, o Tratado de Methuen, pelo qual Portugal permitia a entrada de tecidos ingleses e a Inglaterra permitia a entrada de vinhos portugueses por tarifa alfandegária inferior à cobrada sobre os vinhos franceses.

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL — No Brasil cultivava-se a cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão e as especiarias. Como havia falta de mão-de-obra utilizavam escravos índios e africanos.

Muita gente deixou a agricultura e os engenhos de açúcar, para ir pelo sertão à procura do ouro e pedras preciosas. Eram os **bandeirantes**, porque arvoravam uma bandeira e caminhavam ao som de tambores. Foram descobertas as **minas de ouro** de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As pessoas que descobriam as minas recebiam um prêmio em dinheiro e tinham direito à sua exploração por conta própria. Pagavam um imposto ao rei chamado o quinto.

Portugal terá recebido do Brasil, no século XVIII, cerca de 8 a 10 mil arrobas de ouro.

PORTUGAL NO SÉCULO XVII

No século XVII, grande parte da população portuguesa saía para o Brasil e para a Índia.



Engenho de açúcar, no Brasil.

A **agricultura** continuava a ocupar muita gente. Começou a cultivar-se o milho, trazido da América.

Em Lisboa e nas terras do litoral a vida tornou-se mais fácil do que nos campos. As pessoas dedicavam-se à pesca e ao comércio.

A **alimentação** da população com menos recursos era o pão, o bacalhau, a sardinha, os legumes e as frutas. Os fidalgos comiam carne, peixe e doces. Bebiam vinho e cerveja.

Nas ruas de Lisboa vendia-se «neve», trazida da serra da Estrela. Servia para refrescar as bebidas e fabricar sorvetes.

O **vestuário** dos homens do povo compunha-se de casaco até meio da perna, apertado na cintura com um cinto largo; na cabeça usavam um grande chapéu de abas largas; calçavam sapatos e meias altas. As mulheres usavam manto para sair, traziam uma saia e, por cima desta, um saiote e uma casaquinha.

Os fidalgos usavam calções largos e uma jaqueta com mangas que só chegavam ao cotovelo. À camisa estava fixo um colar.

Nos dias de festa os trajes eram compostos por casacas bordadas a ouro e chapéus de plumas. As senhoras e os homens usavam cabeleiras postiças.

As senhoras traziam vestidos compridos de seda, com saias de grande roda e mangas largas, bordadas a diamantes. A grande novidade deste tempo era o uso de óculos.

A **habitação** dos nobres, os palácios, tinham três andares, com grandes salões e quartos, janelas com varandas, azulejos nas salas e escadas.

Os móveis eram em pau-santo, sândalo, noqueira ou carvalho.

Os **divertimentos** do povo eram as romarias e as procissões.

Os fidalgos divertiam-se com as touradas, passeios a cavalo, caçadas, representações teatrais, etc.

D. JOÃO V

Nasceu em Lisboa, em 1689. Era filho de D. Pedro II, a quem sucedeu, e de D. Maria Sofia de Neuburgo. Casou com D. Mariana de Áustria.

D. João V tomou conta do governo aos 17 anos de idade. Recebeu uma educação cuidadosa para a sua missão de governante. Ao longo do seu reinado, de quase meio século, fizeram-se grandes realizações que beneficiaram a cultura **artística, literária e científica**. Por este motivo, D. João V foi cognominado de **o Magnânimo**.

Faleceu em 1750 e jaz em S. Vicente de Fora.



D. João V, rei de 1706 a 1750.

D. João V nunca chegou a convocar cortes. Estabeleceu, como único princípio de governo, o poder real. Foi um rei absoluto, concentrando todo o poder nas suas mãos. No entanto, recebia o povo e atendia as suas reclamações ou pedidos.

Começou por reorganizar o exército e a marinha. Portugal passou a ser uma das primeiras potências navais da Europa.

BATALHA DE MATAPÃO — O Papa pediu auxílio aos reis cristãos no combate aos Turcos que ameaçavam a Europa. A armada portuguesa derrotou a esquadra turca na batalha de Matapão, cobrindo-se de glória. O Papa concedeu a D. João V e aos seus sucessores o **título de Fidelíssimo**.

MINAS DO BRASIL — As minas de ouro e pedras preciosas descobertas no interior do Brasil, por acção dos bandeirantes, atingiram, com D. João V, uma riqueza incalculável, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A CULTURA ARTÍSTICA — Fundação da Academia de Portugal, em Roma, para a preparação de artistas portugueses; criação da Aula do Risco, no Convento de Mafra, para formar arquitectos e desenhadores; criação da Aula de Música, em Lisboa; protecção às artes decorativas, à tapeçaria, à marcenaria artística, à pintura e à ourivesaria.

A CULTURA LITERÁRIA — Fundação da Biblioteca da Universidade de Coimbra; da Biblioteca do Convento de Mafra; da Academia Real de História.

A CULTURA CIENTÍFICA — Criação de uma Aula de Cirurgia, no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa; de um Museu de História Natural, no Palácio Real; construção de um Observatório Astronómico, no Colégio de Santo Antão. Convidaram-se professores italianos para o ensino das Matemáticas.



Convento de Mafra.

AS OBRAS PÚBLICAS — Com as riquezas que vinham do Brasil, D. João V mandou construir importantes monumentos, distinguindo-se:

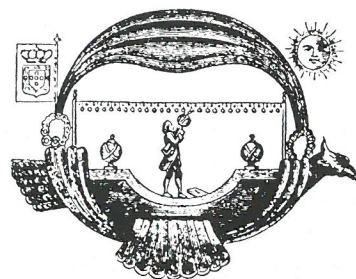
— O **Convento de Mafra**, construído em acção de graças pelo nascimento de seu filho D. José I, começou a ser edificado em 1716. Durou 13 anos a sua construção e nele trabalharam, diariamente, 25 000 operários. Foi o arquitecto Ludovice (alemão) quem projectou o Convento de Mafra.

— O **Aqueduto das Águas Livres**, destinado a abastecer de água a cidade de Lisboa, começou a ser construído em 1731 e levou 21 anos a ser concluído. Tem 60 quilómetros de comprimento e 127 arcos em toda a sua extensão. Ao longo do aqueduto encontram-se torres quadradas com uma janela.

- A Igreja das Necessidades.
- A Capela de S. João Baptista, na Igreja de S. Roque, em Lisboa.
- A Basílica Patriarcal de Lisboa.
- A Casa da Moeda e outras.

PROTECÇÃO À AGRICULTURA, AO COMÉRCIO E À INDÚSTRIA — D. João V desenvolveu a agricultura e o repovoamento florestal. Desenvolveu o comércio. Renovou fábricas antigas e criou outras como a fábrica de papel na Lousã; de vidros em Coima, depois transferida para a Marinha Grande; indústrias de lã nos Açores; fundou o Arsenal de Lisboa para a construção de navios; protegeu a fábrica de lanifícios da Covilhã; criou fábricas de curtumes.

A «PASSAROLA» DE BARTOLOMEU DE GUSMÃO — Bartolomeu de Gusmão era um padre jesuíta português, nascido no Brasil. Inventou a primeira máquina voadora: a «Passarola».



Passarola do P.º Bartolomeu de Gusmão.

D. JOSÉ I

Nasceu em Lisboa, em 1714. Era filho de D. João V, a quem sucedeu, e de D. Mariana de Áustria. Casou com D. Mariana Vitória de Bourbon.

D. José I teve o cognome de **o Reformador** devido às grandes reformas que se fizeram no seu reinado. Acabou com a escravatura em Portugal Continental e concedeu a liberdade aos índios do Brasil. Também acabou com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Faleceu em 1777 e jaz em S. Vicente de Fora.



D. José I, rei de 1750 a 1777.

MARQUÊS DE POMBAL — D. José I nomeou primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a quem deu o título de conde de Oeiras e, mais tarde, o de marquês de Pombal.

Homem activo, de coração duro e conhecedor dos assuntos da governação, o marquês de Pombal recebeu do rei **todos os poderes**. Como era par-

tidário do **absolutismo**, tratou de abater as instituições que pudessem limitar o poder do rei.

Aproveitando o pretexto do atentado de que foi alvo D. José I, em 1758, mandou prender e executar muitos fidalgos, acusando-os da sua cumplicidade. De entre eles, destaca-se a família dos Távoras, que foi condenada à morte e executada.

Acusou também os jesuítas de cúmplices no atentado ao rei, e por isso confiscou-lhes os bens, fechou-lhes as escolas e os colégios e ordenou a sua expulsão do país.

Interrompeu as relações de Portugal com a Santa Sé, durante 9 anos, mandando sair de Lisboa o Núncio Apostólico. Mandou prender o bispo de Coimbra.

O TERRAMOTO DE 1755 E A «LISBOA NOVA»

— No dia **1 de Novembro de 1755**, dia de Todos os Santos, as igrejas, em Lisboa, encontravam-se repletas de fiéis que assistiam à missa. Pouco antes das dez horas, Lisboa foi sacudida por um violento tremor de terra. Abrem-se fendas no solo, caem casas que matam ou ferem os que não podem fugir. Nas igrejas, apinhadas de gente, quase todos encontram a morte.

As águas do Tejo invadem a parte baixa da cidade, causando pânico e morte. Os incêndios alastram por toda a cidade durante quatro dias.

Calcula-se que tenham morrido mais de 20 000 pessoas. Mas o número de feridos foi superior. Os prejuízos materiais são calculados em muitas centenas de milhões de cruzados.



O marquês de Pombal estuda a reconstrução de Lisboa.

Aproveitando a confusão, bandos de salteadores roubavam tudo o que podiam.

O marquês de Pombal tomou medidas urgentes: mandou **cuidar dos vivos e enterrar os mortos**, procurou abrigo para os desalojados, organizou a segurança pública e castigou os salteadores.

Em seguida, mandou reconstruir a «Lisboa Nova» sob a orientação dos arquitectos Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel.

A **Baixa Pombalina** ficou ampla, arejada, grandiosa, com esgotos e ruas rectilíneas.

As ruas tomaram os nomes de acordo com o comércio por elas distribuído: Rua do Ouro, Rua da Prata; Rua dos Sapateiros...

A Praça do Comércio corresponde ao antigo Terreiro do Paço e tem ao centro a estátua equestre de D. José I, da autoria de Machado de Castro.

O marquês de Pombal chamou-lhe Praça do Comércio como homenagem aos homens do comércio que, com o seu dinheiro, ajudaram a erguer a «Lisboa pombalina».

INCÊNDIO NA «LISBOA POMBALINA» — Um violento incêndio, no dia 25 de Agosto de 1988, o maior desde o registado no terramoto de 1755, destruiu parte do valioso património cultural e histórico da Baixa Pombalina.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

— O marquês de Pombal proibiu a saída de ouro e prata para o estrangeiro e a importação de artigos considerados de luxo. Desenvolveu a cultura de cereais e introduziu no país novas culturas.

Criou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tinha o monopólio do comércio dos vinhos da região e exportação para o Brasil.

Criou no Brasil a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba, que tinham o privilégio exclusivo das navegações e do comércio nessas regiões.

Criou a Companhia das Pescas do Algarve.

Fundou a primeira refinaria de açúcar.

Criou fábricas de tecidos, vidros e papel.

PROTECÇÃO AO EXÉRCITO E À MARINHA

— Reorganizou o exército, sob a orientação do conde de Lippe. Desenvolveu a marinha e fortificou algumas praças de guerra.

PROTECÇÃO À INSTRUÇÃO

— O marquês de Pombal instituiu o ensino primário oficial criando muitas escolas. Criou escolas régias que deram origem ao ensino secundário. Fundou a Aula de Comércio, destinada a preparar técnicos de contabilidade. Criou o Real Colégio dos Nobres, para a educação dos filhos das famílias fidalgas.

Promoveu a reforma da Universidade, dando-lhe novos regulamentos e criando as Faculdades de Matemática e Filosofia. Instituiu a Imprensa Nacional.

Criou o Museu de História Natural, para o estudo da Zoologia; o Jardim Botânico, para o estudo da Botânica; o Observatório Astronómico, para o estudo da Astronomia; o Teatro Anatómico, para o estudo da Medicina.

Criou o imposto designado «**subsídio literário**» destinado às despesas com a instrução.

D. MARIA I

Nasceu em Lisboa, em 1734. Era filha de D. José I, a quem sucedeu, e de D. Mariana Vitória de Bourbon. Casou com o seu tio, D. Pedro III.

Possuía profundos sentimentos religiosos, por isso teve o cognome de **a Piedosa**.

O governo de D. Maria I caracteriza-se pelo equilíbrio, competência e progresso espiritual e material do País.

Morreu no Brasil, em 1816, e jaz na Basílica da Estrela.



D. Maria I, rainha de 1777 a 1816.

Logo após a morte de D. José I por todo o País surgiram queixas contra os abusos do marquês de Pombal no poder. D. Maria I afastou-o, sendo-lhe fixada residência em Pombal.

Mandou libertar todos os presos políticos; reorganizou o exército e a marinha; protegeu a assistência; fez uma Concordata com a Santa Sé.

PROTEÇÃO À AGRICULTURA, AO COMÉRCIO E À INDÚSTRIA

— D. Maria I, para liberalizar a economia, extinguiu alguns monopólios protegidos pelo Marquês, como, por exemplo, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba; modernizou a agricultura e introduziu novas culturas; celebrou um tratado de comércio com a Rússia; criou novas fábricas; promoveu a abertura de estradas e a exploração de minas.

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

— D. Maria I criou escolas primárias e de ensino médio; fundou a Academia Real das Ciências; a Academia Real da Marinha (mais tarde Escola Naval); a Academia Real da Fortificação (actual Academia Militar); a Casa Pia de Lisboa, por iniciativa de Pina Manique, destinada a educar as crianças pobres e órfãos. Instalou a Biblioteca Pública de Lisboa e o Colégio Militar.

MONUMENTOS

— Mandou construir em Lisboa a Basílica da Estrela, o Palácio de Queluz e o Teatro de S. Carlos. No Porto, mandou construir o Hospital de Santo António e o Teatro de S. João.

Em 1790 foi inaugurada a primeira iluminação pública, a azeite, nas ruas de Lisboa.

D. JOÃO, REGENTE DO REINO (1799-1816)

— Em 1791 a rainha D. Maria I adoeceu gravemente, atingindo a loucura. Passou a governar, como regente, seu filho, o príncipe D. João.

PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

No início do século XVIII, Portugal começou a receber **ouro** e **diamantes** vindos do **Brasil**, o que tornou possível a construção de grandes **monumentos**: o Convento de Mafra, a Igreja das Necessidades em Lisboa, a Igreja e a Torre dos Clérigos no Porto e o Aqueduto das Águas Livres, que abastecia de água a cidade de Lisboa.



Igreja e Torre dos Clérigos (Porto), obra de Nicolau Nasoni.

Durante este século, a nobreza perdeu grande parte do seu poder e os burgueses progrediram.

A escravatura foi abolida em Portugal Continental.

A **habitação** do povo melhorou.

Os nobres viviam em grandes palacetes e tinham um mobiliário sumptuoso: camas com dossel, arcas de couro ornamentadas, cadeirões almofadados, cómodas com gavetas sobrepostas, ricas tapeçarias.

A **alimentação** era mais variada devido às culturas do milho, feijão e batata. O povo alimentava-se de pão, leite, peixe, legumes, carne de porco e vinho.

Os fidalgos tinham uma alimentação mais variada.

Nos finais deste século começaram a usar-se os garfos. As pessoas mais abastadas usavam serviços de louça em porcelana ou em prata. O povo usava louça de barro.

O **vestuário** dos fidalgos era a casaca bordada, de lã, veludo ou seda; calções ajustados ao corpo e atados sobre o joelho; camisa de rendas; gravata de seda; meias de seda; sapatos de cabedal com uma roseta ou fivela; chapéu de três bicos; grandes cabeleiras postiças em caracóis (perucas).

As senhoras usavam saias armadas e corpetes justos; penteados altos.

Os homens do campo vestiam calções de pano grosseiro, camisa, jaleca ou colete e botas altas. As mulheres vestiam blusas, saias compridas e rodadas, avental e capas.

Neste século criaram-se fábricas de tecidos, vidros, cerâmica, azulejos e papel.

O **combustível** usado na indústria era o carvão mineral ou carvão de pedra.

AS INVASÕES FRANCESAS

CAUSAS DAS INVASÕES — A Revolução Francesa de 1789 derrubou o regime absoluto e introduziu em França um **regime liberal** que se baseava na liberdade e igualdade social. As «ideias liberais» ameaçavam os reis absolutistas, que faziam guerra à França ajudados pela Inglaterra.

O general Napoleão Bonaparte foi aclamado imperador da França e ordenou que todos os Estados da Europa fechassem os seus portos aos navios ingleses. Era o Bloqueio Continental.

Portugal, velho aliado da Inglaterra, não aderiu a este bloqueio. Então, Napoleão mandou invadir e ocupar Portugal.

TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL

— A rainha D. Maria I, o príncipe regente D. João e toda a corte, acompanhados por cerca de 10 000 pessoas, numa frota de 15 navios, retiraram-se para o Brasil, onde chegaram em Janeiro de 1808.

Em Lisboa ficou uma **Junta de Regência** a governar.

O Rio de Janeiro passa a ser a sede do governo e a capital do Reino.

PRIMEIRA INVASÃO — Em 1807, um exército de cerca de 30 000 soldados, comandado pelo **general Junot**, entrou pela Beira Baixa e dirigiu-se a Lisboa, sem encontrar resistência.



Desembarque das tropas inglesas no Porto.

Uma vez senhores de Lisboa, os franceses maltrataram as populações, cometeram crimes, roubaram as igrejas e casas particulares. Ocuparam o Castelo de S. Jorge, onde passou a flutuar a bandeira francesa.

Junot proclamou-se governador de Portugal em nome do imperador Napoleão.

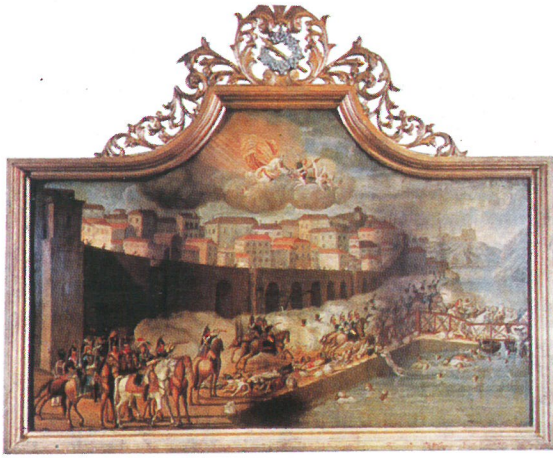
Portugal pediu auxílio à Inglaterra, que nos mandou um exército comandado por Wellesley. Os exércitos luso-ingleses derrotaram o inimigo nas batalhas de **Roliça** e **Vimeiro**.

Junot assinou a paz, comprometendo-se, pela **Convenção de Sintra**, a sair de Portugal, retirando com armas, bagagens e riquezas.

SEGUNDA INVASÃO — Em Março de 1809, Napoleão mandou outro exército, comandado pelo **general Soult**. Entrou por Chaves, passou por Braga e chegou ao Porto, saqueando a cidade.



Itinerário seguido pelas invasões francesas.



Tragédia da Ponte das Barcas.

TRAGÉDIA DA PONTE DAS BARCAS — A população da cidade do Porto, apavorada com a chegada das tropas francesas, fugiu diante do inimigo. Tentou atravessar a ponte, construída sobre as barcas, que ligava o Porto à outra margem do rio Douro (actual Vila Nova de Gaia). O tabuleiro cedeu e milhares de pessoas caíram à água e morreram afogadas.

Também desta vez as forças de Napoleão foram vencidas, graças à acção das tropas anglo-lusas, e retiram para França.

TERCEIRA INVASÃO — Em 1810, Napoleão ordenou a terceira invasão a Portugal, comandada pelo **general Massena**.

Massena entrou em Portugal pela Beira Alta. Conquistou Almeida, Mangualde e Viseu. Seguiu em direcção à serra do Buçaco, onde foi derrotado na batalha do Buçaco. Dirigiu-se sobre Coimbra e depois pretendeu marchar em direcção a Lisboa. Deparou com as sólidas «Linhas de Torres Vedras», fortificações que lhe vedavam o caminho para a capital. Aqui, o exército luso-inglesês derrotou as tropas de Massena, que acabou por abandonar Portugal.

COLABORAÇÃO ANGLO-HISPANO-LUSA — Os Portugueses e os Ingleses perseguiram as tropas de Napoleão até Espanha onde receberam a colaboração dos Espanhóis, que estavam de mal com a

França. Formou-se, então, o exército anglo-hispano-luso, que perseguiu os Franceses através da Espanha até ao interior da França, onde se travaram as batalhas de Toulouse e Bordéus.

A paz foi firmada pelos Tratados de Paris, concluídos e executados a partir de 1815.

Chama-se a esta guerra a **Guerra Peninsular**, porque uniu toda a Península contra os exércitos de Napoleão.

CONSEQUÊNCIAS DAS INVASÕES — A agricultura, o comércio e a indústria ficaram arruinados; as tropas saquearam tesouros e obras de arte das igrejas e dos palácios; as casas foram incendiadas e roubadas; os túmulos profanados...

Contribuíram, também, para que os soldados espalhassem em Portugal as novas ideias — o liberalismo — dando lugar a lutas políticas.

O marechal inglês Beresford, encarregado pelo príncipe regente, D. João, ausente no Brasil, de organizar a defesa de Portugal, assumiu, em 1809, o poder militar e manteve influência política até ao final da guerra, em 1815. Viria a ser expulso de Portugal em 1820.



Monumento à Guerra Peninsular (Porto).

D. JOÃO VI

Nasceu em Lisboa, em 1767. Era filho de D. Maria I, a quem sucedeu, e de D. Pedro III. Casou com D. Carlota Joaquina de Bourbon.

O príncipe regente D. João subiu ao trono por morte de sua mãe D. Maria I, em 1816, passando a usar o título de D. João VI.

Teve o cognome de **o Clemente** devido à sua bondade e disposição em perdoar.

Passou a usar o título de **Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Daquém e Dalém-Mar em África e Senhor da Guiné...**

Faleceu em 1826 e jaz em S. Vicente de Fora.



D. João VI, rei de 1816 a 1826.

REINO UNIDO DE PORTUGAL E BRASIL — A transferência da Corte e do Governo de Lisboa para o Rio de Janeiro foi motivada pelas invasões francesas. O Rio de Janeiro atingiu um surto de progresso que se estendeu a outras terras brasileiras: desenvolveu-se a agricultura, o comércio, a indústria, a exploração mineira, criaram-se instituições e desenvolveram-se as artes.

D. João VI, nos treze anos que passou no Brasil, criou o «Brasil Moderno». Determinou que o Brasil fosse elevado à categoria de **Reino**, dando lugar à formação do Reino Unido de Portugal e Brasil.

O LIBERALISMO — As ideias liberais espalharam-se em Portugal durante as invasões francesas. Os nossos escritores, como Garrett, Herculano e outros, começaram a escrever sobre o liberalismo.

As doutrinas do liberalismo baseavam-se em que «todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos» e que «toda a soberania reside no povo». Estas doutrinas contrariavam o princípio dos absolutistas, segundo os quais «a soberania residia no rei, que de Deus recebia todo o poder e que, portanto, só a Ele tinha de prestar contas».

O liberalismo defendia a propriedade privada, considerando o homem tanto mais livre e feliz quanto mais a possuísse.

GOVERNO DE BERESFORD — A miséria causada pelas invasões francesas, a ausência do rei D. João VI

no Brasil e a preponderância que o marechal inglês Beresford exercia sobre a Junta Governativa, causavam grande descontentamento aos Portugueses. Alguns ingleses ficaram em Portugal, onde intervinham na administração do Reino, contra a vontade da Nação.

CONSPIRAÇÃO DE 1817 — Organizou-se uma **conspiração** para acabar com a ingerência dos ingleses e implantar o regime liberal. Os conspiradores foram presos e alguns executados. O chefe dos revoltosos, general Gomes Freire de Andrade, foi executado junto à fortaleza de S. Julião da Barra.

O modo como foi dominada a revolta e as injustiças de que os Portugueses eram vítimas, vieram contribuir para uma maior adesão às ideias liberais.

REVOLUÇÃO DE 1820 — No dia 24 de Agosto de 1820, aproveitando a ausência do marechal Beresford no Brasil, rebentou no Porto uma **revolução** que foi apoiada por todo o Norte do País e se estendeu a Lisboa, saindo vitoriosa. Esta revolução substituiu a Junta Governativa pela Junta Provisória do Governo do Reino, pôs termo à monarquia absoluta, organizou eleições (as primeiras realizadas em Portugal) para escolherem os representantes dos cidadãos às cortes e fazerem uma Constituição.

A **Constituição** é um conjunto de leis que regula a acção do governo, os direitos e deveres dos cidadãos.

O principal obreiro desta revolução liberal foi *Manuel Fernandes Tomás*, a quem foi dado o título de «patriarca da liberdade portuguesa».

REGRESSO DA FAMÍLIA REAL A LISBOA — D. João VI regressou do Brasil a Portugal, em Junho de 1821, a pedido das Cortes Constituintes. Tomou conta do governo e jurou cumprir a nova Constituição. Seu filho, o príncipe D. Pedro, ficou a governar o Brasil como regente.

O Brasil deixou de ser reino e passou a **província** de Portugal, o que trouxe grande descontentamento aos brasileiros.

A CONSTITUIÇÃO DE 1822 — Em 23 de Setembro de 1822 as cortes aprovaram a Constituição, que instaurou em Portugal uma **monarquia constitucional ou liberal**, isto é, o rei deixou de ter todos os poderes.

Esta Constituição, baseada na francesa e espanhola, dividiu os Portugueses em dois partidos: os **Liberais** ou **Constitucionais**, defensores da Constituição; e os **Absolutistas** ou **Realistas**, partidários da monarquia tradicional.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL — Logo que D. João VI regressou a Portugal, os brasileiros começaram a pensar na sua independência.

As cortes tomaram decisões que não agradaram aos brasileiros. Um decreto de Lisboa ordenou o regresso do príncipe regente D. Pedro a Portugal. Ao tomar conhecimento deste despacho, a 7 de Setembro de 1822, D. Pedro fez a célebre declaração conhecida como o **grito do Ipiranga**, nas margens do rio Ipiranga: «É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal».

Em 12 de Outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado oficialmente, no Rio de Janeiro, «Imperador e Defensor Perpétuo» do Brasil.

A **independência do Brasil** foi reconhecida por D. João VI, em **15 de Novembro de 1825**.

LUTAS PARTIDÁRIAS — D. João VI, ao regressar a Portugal, jurou aceitar e fazer cumprir a nova Constituição de 1822, estabelecida pelas cortes. Estabeleceu-se uma monarquia constitucional, que vem a desagradar aos partidários do regime tradicional (absolutistas), chefiados por D. Miguel, filho mais novo de D. João VI.

O infante D. Miguel, em 1823, fez uma revolução em Vila Franca (**Vilafrancada**) para abolir a Constituição de 1822 e restaurar o absolutismo, que triunfou. D. João VI aderiu ao movimento e nomeou D. Miguel generalíssimo do exército.

Em Abril de 1824, D. Miguel chefiou nova revolução (**Abrilada**), que vem a fracassar.

D. João VI, por influência dos liberais, demitiu D. Miguel, que saiu do País e foi fixar-se na Áustria.

D. PEDRO IV

Nasceu em Lisboa, em 1798. Era filho de D. João VI, a quem sucedeu, e de D. Carlota Joaquina. Casou com D. Maria Leopoldina e, pela segunda vez, com D. Amélia de Beauharnais.

D. Pedro IV foi cognominado de o **Libertador** porque derrotou o absolutismo defendido pelo irmão D. Miguel. Faleceu em 1834.



D. Pedro IV, rei de Portugal e 1.º imperador do Brasil.

Antes de falecer, D. João VI nomeou um Conselho de Regência presidido por sua filha, a infanta D. Isabel Maria, para governar o país até à eleição do legítimo herdeiro da coroa.

D. João VI morreu sem indicar o seu legítimo sucessor. Formaram-se então dois partidos: o **Liberal**, representado por D. Pedro, o imperador do Brasil; o **Absolutista**, representado por D. Miguel.

D. Pedro era o filho mais velho de D. João VI e D. Miguel o segundo filho.

O Conselho de Regência, apesar das divergências, escolheu D. Pedro, imperador do Brasil, para rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV. Para muitos, esta decisão não agradou, visto que não deveria ser ao mesmo tempo rei de Portugal e do Brasil.

CARTA CONSTITUCIONAL — Em Abril de 1826, D. Pedro IV outorgou ao País a **Carta Constitucional**, baseada na que dera aos brasileiros, e que veio a substituir a Constituição de 1822.

D. MARIA DA GLÓRIA — Como D. Pedro IV era imperador do Brasil, abdicou do direito ao trono de Portugal a favor de sua filha D. Maria da Glória, que contava apenas sete anos de idade.

Para evitar a luta entre os dois partidos, D. Pedro IV resolveu que a filha casasse com seu tio D. Miguel. Este regressaria do exílio ficando a governar como regente, enquanto a rainha não atingisse a maioridade.

Quando a rainha tivesse a idade própria, casaria com seu tio D. Miguel e ambos governariam o Reino de acordo com a Carta Constitucional.

REGÊNCIA DE D. MIGUEL — D. Miguel aceitou a proposta de seu irmão. Tomou conta da regência do Reino, mas não cumpriu os desejos de D. Pedro IV. Decorrido pouco tempo fez-se aclamar rei de Portugal e restaurou o regime absolutista.

D. MIGUEL

Nasceu em Queluz, em 1802. Era irmão de D. Pedro IV. Casou com D. Adelaide Sofia. Teve o cognome de **o Absolutista** por ser partidário de uma monarquia absoluta. D. Miguel regressou da Áustria, onde se encontrava exilado, e chegou a Portugal em 1828. Depois de jurar a Carta Constitucional assumiu a regência de Portugal, mas viu que não era capaz de governar seguindo uma política liberal com a qual não concordava. Decorrido pouco tempo, D. Miguel reúne as cortes, com os representantes do clero, da nobreza e do povo, que o aclamam rei absoluto. E começa a governar faltando a todas as promessas. D. Miguel, vencido pelos liberais, exila-se na Áustria, onde faleceu em 1866. Os seus restos mortais foram transportados para Portugal.



D. Miguel, rei de 1828 a 1834.

A GUERRA CIVIL (1829-1834) — Os liberais reagiram à proclamação de D. Miguel.

Começou no Porto uma revolta que alastrou por outras terras do Norte do País. Foi uma guerra civil entre os liberais e os absolutistas, conhecida por **lutas liberais**.

D. Pedro, imperador do Brasil, abdicou a favor de seu filho D. Pedro de Alcântara (D. Pedro II) e

embarcou para a ilha Terceira (Açores), onde se haviam concentrado muitos liberais. Organizou-se uma esquadra com 7500 homens, sob o comando do duque da Terceira, e partiram dos Açores em direcção a Portugal. Desembarcaram na praia do Mindelo, junto de Vila do Conde, em 8 de Julho de 1832. Ocuparam a cidade do Porto, onde foram cercados pelas tropas de D. Miguel.

CERCO DO PORTO — Os liberais, cercados no Porto, embarcaram para o Sul, comandados pelo duque da Terceira, e desembarcaram no Algarve, ocupando de seguida Lisboa. Os miguelistas levantaram o cerco do Porto e seguiram para o Sul.

Depois das derrotas de **Almoester** e da **Asseiceira**, D. Miguel foi obrigado a renunciar à luta. Foi assinada a paz pela **Convenção de Évora Monte** (1834) pondo fim à guerra civil.

REGÊNCIA DE D. PEDRO IV — D. Pedro IV assumiu a regência e proclamou rainha a sua filha, D. Maria da Glória, com o nome de D. Maria II. Foi restabelecida a Carta Constitucional. Passados alguns meses morreu D. Pedro IV, com 36 anos de idade. No período de regência de D. Pedro IV, o ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, o **Mata-Frades**, extinguiu as ordens religiosas em todo o território português, expulsou os frades e freiras e confiscou os seus bens. Esta medida teve graves consequências, em especial em África, onde os missionários exerciam grande acção.

D. MARIA II

Nasceu no Rio de Janeiro (Brasil), em 1819. Era filha de D. Pedro IV e de D. Maria Leopoldina. Casou com D. Augusto, duque de Leuchtenberg, e, segunda vez, com D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha.

D. Maria II foi cognominada de a **Educatora** pela esmerada educação que deu a seus filhos. O reinado de D. Maria II continuou muito agitado: uns querem a Carta Constitucional, outros optam pela Constituição de 1822. Faleceu em 1853 e jaz em S. Vicente de Fora.



D. Maria II, rainha de 1826 a 1853.

ACÇÃO CIVILIZADORA NO ULTRAMAR — Portugal encontrava-se esgotado devido às invasões francesas e às lutas entre absolutistas e liberais.

O Império ultramarino, em especial Angola e Moçambique, era cobiçado por outros povos.

O **marquês de Sá da Bandeira** foi nomeado ministro e publicou grandes reformas para o ultramar: aboliu a escravatura; promoveu explorações mineiras; fomentou a cultura do algodão, café e cana-de-açúcar, dando prémios aos agricultores que mais se distinguissem; distribuiu terras pelos colonos; criou o Colégio das Missões Ultramarinas, para a formação de missionários.

PROTECÇÃO AO ENSINO — O governo de **Costa Cabral** realizou grandes reformas: alargou o ensino primário a todo o território; criou um liceu nas capitais de distrito; desenvolveu o ensino técnico; criou a Academia de Belas-Artes e as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto; fundou a Academia Politécnica do Porto e o Instituto Agrícola; criou as Escolas Normais para preparação de professores; criou a Escola do Exército.

OUTRAS REALIZAÇÕES — Construíram-se estradas e pontes e iniciou-se a construção do primeiro troço de caminho-de-ferro.

Reorganizaram-se os correios e começaram a circular em Portugal os primeiros selos de correio.

Publicaram-se os Códigos Administrativo, Penal e Civil.

REVOLUÇÃO DA «MARIA DA FONTE» (1840)

— Foi um movimento popular que rebentou no Minho e ficou conhecido pelo nome de Maria da Fonte, por nele ter entrado uma mulher de um lugar próximo da Póvoa do Lanhoso.

Esta revolta foi provocada pelas medidas de Costa Cabral que impunham os enterramentos nos cemitérios e não nas igrejas, como era costume, e pelo lançamento de pesados impostos.

Esta luta alastrou até Lisboa e fez cair o governo de Costa Cabral, que teve de sair do País.

A REGENERAÇÃO (1851) — O **marechal Saldanha** chefiou um movimento de revolta que derrubou o governo de **Costa Cabral**. Ficou a fazer parte do governo **Fontes Pereira de Melo**, que conduziu Portugal para a modernização da administração pública e para o progresso material e social.

D. PEDRO V

Nasceu em Lisboa, em 1837. Era filho de D. Maria II, a quem sucedeu, e de D. Fernando. Casou com D. Estefânia.

D. Maria II faleceu com 34 anos de idade. O seu filho D. Pedro tinha 16 anos de idade. Ficou a governar seu pai D. Fernando II, até que o herdeiro do trono completasse 18 anos. A acção de D. Fernando foi notável. Mandou proteger e restaurar os monumentos abandonados. Beneficiaram dessa iniciativa o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro da Batalha, a Torre de Belém e o Palácio da Pena, em Sintra.

Atingida a maioridade, D. Pedro tomou conta do poder. Teve o cognome de o **Esperançoso** devido à grande esperança que nele depositavam os Portugueses.

Faleceu em 1861, apenas com 24 anos de idade. Jaz em S. Vicente de Fora.



D. Pedro V, rei de 1853 a 1861.

MELHORAMENTOS — Homem inteligente e de vasta cultura, D. Pedro V procurou encaminhar o País para a modernização e prosperidade.

O rei pensava que só o estudo e o trabalho podem fazer grandes os povos.

Apesar do seu curto reinado, com a cooperação do ministro das Obras Públicas, **Fontes Pereira de Melo**, foram realizadas importantes obras: abertura e reconstrução de estradas; construção de pontes; introdução do primeiro telégrafo eléctrico; lançou-se o primeiro cabo submarino entre Lisboa, Açores e os Estados Unidos da América.

Inaugurou-se, em 28 de Outubro de 1856, o primeiro troço do caminho-de-ferro português, de Lisboa ao Carregado, com 36 quilómetros. D. Pedro V viajou nesse comboio inaugural. O comboio, nesse tempo, causava grande espanto às populações. Chamavam-lhe o «diabo que deitava faúlhas e fumo» e fugiam dele.

PROTECÇÃO À INSTRUÇÃO — D. Pedro V também se preocupou com a valorização intelectual dos Portugueses: criou escolas primárias; fundou em Lisboa o Curso Superior de Letras e o Observatório Astronómico da Ajuda.

A CÓLERA E A FEBRE-AMARELA — Neste reinado houve duas terríveis epidemias que mataram muita gente: a cólera e a febre-amarela.

O rei e a rainha visitavam os hospitais, cheios de gente, a todos ajudando e consolando. Também a rainha D. Estefânia morreu com esta doença.

D. LUÍS I

Nasceu em Lisboa, em 1838. Era filho de D. Maria II e irmão de D. Pedro V, a quem sucedeu, por este não deixar descendência. Casou com D. Maria Pia de Sabóia. Teve o cognome de **o Popular** pela maneira como convivia com todos os Portugueses. Muito culto e bondoso, D. Luís I, ao longo do seu reinado, foi animado pelo propósito de fazer progredir Portugal. Porém, os males continuavam, devido à incapacidade governativa, à irresponsabilidade parlamentar e à falta de uma consciência unificadora e patriótica. D. Luís I faleceu em 1889. Jaz em S. Vicente de Fora.



D. Luís I, rei de 1861 a 1889.

OBRAS DE FOMENTO — No reinado de D. Luís I continuaram as obras de fomento no País: abrem-se estradas; constroem-se escolas, o porto de Leixões e as pontes metálicas de D. Maria e de D. Luís sobre o rio Douro; desenvolve-se a marinha.



Ponte de D. Luís sobre o rio Douro (Porto).

PENA DE MORTE E ESCRAVATURA — D. Luís I publicou o Código Civil. Aboliu definitivamente a escravatura em todos os territórios portugueses. Acabou com a pena de morte em Portugal, por crimes civis.

VIAGENS DE EXPLORAÇÃO EM ÁFRICA — Nos reinados de D. Luís I e de D. Carlos I, os Portugueses desvendam os segredos do interior das terras africanas.

Serpa Pinto fez a primeira travessia desde Angola até ao oceano Índico. Durante dezassete meses percorreu densas florestas, a pé, atravessou rios caudalosos, lutou com animais ferozes, expôs-se aos rigores do clima, contactou com os indígenas. Serpa Pinto chegou a Pretória, em Março

D. MANUEL II

Nasceu em Lisboa, em 1889. Era filho de D. Carlos I, a quem sucedeu, e de D. Maria Amélia de Orleães. Casou, já depois de destronado, com a princesa alemã Vitória Sigmaringen.

Foi cognominado de o **Patriota** ou **Desventurado** devido ao seu amor à Pátria e à fraca sorte que teve no seu reinado. D. Manuel II foi o último rei de Portugal.

Faleceu no exílio em Inglaterra, a 2 de Abril de 1932, sem deixar descendência. Os seus restos mortais regressaram à Pátria, a seu pedido, e jaz em S. Vicente de Fora.



D. Manuel II, rei de 1908 a 1910.

D. Manuel era o segundo filho de D. Carlos I. Subiu ao trono em virtude da morte de seu pai e de seu irmão, que foram assassinados. Muito jovem, sem preparação para ser rei e com conselheiros pouco capazes, encontrou sérias dificuldades.

Continuando a acção diplomática de seu pai, visitou a Espanha, a França e a Inglaterra.

D. Manuel II demitiu **João Franco** e nomeou um governo de coligação, presidido por **Ferreira do Amaral**, que concedeu amplas liberdades à oposição. Os republicanos alargaram os seus apoios.

Todos os males da Nação se atribuíam à monarquia. O Partido Republicano afirmava que só uma mudança de regime poderia salvar Portugal.

REVOLUÇÃO REPUBLICANA — No dia 4 de Outubro de 1910 foi desencadeada, em Lisboa, uma *revolução republicana*, por parte do exército, marinha e populares, que saiu vitoriosa.

Na manhã do dia 5 de Outubro foi proclamada a **República**, por José Relvas e Eusébio Leão. Todo o País aceitou o novo regime sem oposição. Terminava, assim, a **Monarquia** para dar lugar à **República**.

D. Manuel II foi afastado e partiu com a família para o exílio, na **Inglaterra**.



Proclamação da República

A LITERATURA



Padre António Vieira.

PADRE ANTÓNIO VIEIRA — Jesuíta famoso pela sua inteligência, saber e tacto político, foi um grande orador sagrado e mestre da Língua Portuguesa.

Viveu nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Prestou grandes serviços, como diplomata, ao rei D. João IV. Foi um acérrimo defensor da liberdade dos Índios do Brasil, onde desenvolveu notável acção missionária.

As suas principais obras são: «*Os Sermões*» e «*As Cartas*».

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — Viveu no tempo de D. João IV. Notabilizou-se como poeta, historiador, autor de obras de teatro. Entre outras, deixou-nos: «*Obras Métricas*» (poesia); a «*Carta de Guia de Casados*»; os «*Apólogos Dialogais*»; o «*Auto do Fidalgo Aprendiz*» (teatro).

PADRE MANUEL BERNARDES — Viveu nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V. Desenvolveu grande actividade apostólica como pregador. Como escritor deixou-nos uma

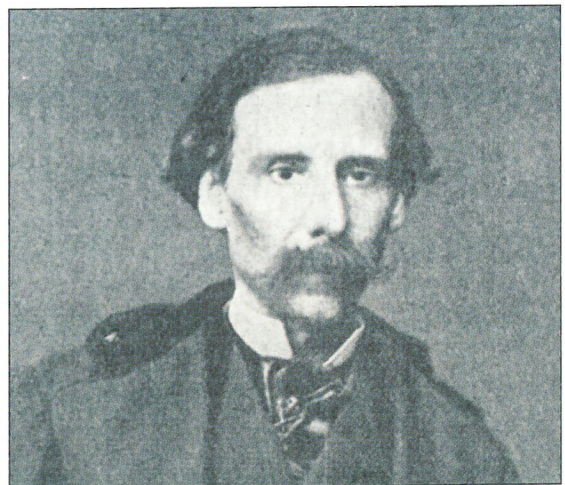
vasta obra doutrinária: «*Nova Floresta*», «*Luz e Calor*», «*Últimos Fins do Homem*» e outros.

ALMEIDA GARRETT — Viveu no tempo de D. Maria II e de D. Luís. Foi poeta, romancista, orador e o maior escritor teatral português do século XIX. Foi o renovador do teatro e deixou-nos o «*Frei Luís de Sousa*», o «*Auto de Gil Vicente*» e o «*Alfageme de Santarém*». Em prosa, escreveu o «*Arco de Sant'Ana*» e «*Viagens na Minha Terra*». Em verso, deixou-nos os poemas «*D. Branca*», «*Camões*», «*Folhas Caídas*» e «*Flores sem Fruto*».

ALEXANDRE HERCULANO — Foi historiador, poeta, romancista e jornalista. Considerado o melhor historiador português de todos os tempos, escreveu a *História de Portugal* até ao reinado de D. Afonso III, que não completou por ter falecido.

Escreveu, entre outros, os romances: «*Eurico, o Presbítero*»; «*O Bobo*»; «*O Monge de Cister*».

CAMILO CASTELO BRANCO — Viveu na segunda metade do século XIX. Foi o maior romancista português do seu tempo e o que maior número de obras escreveu, destacando-se: «*Amor de Perdição*»; «*Mistérios de Lisboa*»; «*A Doida do Candal*»; «*Eusébio Macário*»; «*Novelas do Minho*»; «*A Brasileira de Prazins*»; «*A Queda dum Anjo*».



Camilo Castelo Branco.

OLIVEIRA MARTINS — Foi um grande historiador. Escreveu uma «*História de Portugal*», «*A vida de Nun'Álvares*», «*Os Filhos de D. João I*», e outros.

ANTERO DE QUENTAL — Viveu nos reinados de D. Maria II, D. Luís e D. Carlos. Notabilizou-se como poeta e como filósofo. Considerado o maior poeta lírico do século XIX, legou-nos: «*Raios de Extinta Luz*», «*Odes Modernas*», «*Primaveras Românticas*», «*Sonetos*», entre outros.

JOÃO DE DEUS — Viveu na época de D. Miguel até D. Carlos. Foi um grande poeta que se tornou notável pela beleza e simplicidade dos seus versos. Deixou-nos: «*Campo de Flores*» e «*Flores do Campo*». Dedicou-se à pedagogia e escreveu a «*Cartilha Maternal*» para a iniciação da leitura.

EÇA DE QUEIRÓS — Foi um grande diplomata e romancista. Os seus livros estão escritos numa linguagem atraente e expressiva. Descrevem os costumes da época e o meio em que viveu. Além de outros, escreveu: «*A Cidade e as Serras*»; «*Os Maias*»; «*O Crime do Padre Amaro*»; «*O Primo Basílio*»; «*A Ilustre Casa de Ramires*».

AS ARTES

DOMINGOS SEQUEIRA — Notável pintor e retratista, viveu no tempo de D. João VI. Deixou-nos, entre outros, os célebres quadros: «*Fuga para o Egipto*» e «*Morte de Camões*», premiados em Paris.

MACHADO DE CASTRO — Viveu na época de D. José I e de D. Maria I. Foi um dos maiores escultores portugueses de todos os tempos. Trabalhou na construção do Convento de Mafra. É autor da estátua equestre de D. José I, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

É também autor de lindos presépios, em barro, existentes na Sé de Lisboa e na Basílica da Estrela.

COLUMBANO BORDALO PINHEIRO — Era irmão do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro. Pintor notável, legou-nos quadros célebres, alguns dos quais se encontram nos museus de Arte



Pintura de Columbano.

Contemporânea, em Lisboa, e de Grão Vasco, em Viseu, e nos palácios das Necessidades e de Belém, no Museu de Artilharia e na Assembleia da República.

AS CIÊNCIAS

BROTERO — Viveu nos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Distinguiu-se como botânico. Publicou, além de outros, o «*Compêndio de Botânica*» e a «*Flora Portuguesa*». Foi professor de Botânica e Agricultura da Universidade de Coimbra.

MANUEL DA MAIA — Engenheiro, trabalhou nas obras do Aqueduto das Águas Livres e no Convento de Mafra, mandadas edificar por D. João V. Traçou, com Eugénio dos Santos, o plano da reconstrução da parte baixa de Lisboa, destruída pelo terramoto de 1755. Construiu a estátua equestre de D. José I, no Terreiro do Paço, da autoria de Machado de Castro.

FERREIRA DA SILVA — Químico notável, dedicou-se ao estudo e à investigação. Foi professor da Universidade do Porto. Escreveu os livros «*Tratado de Química*» e «*Lições de Física*».

CRONOLOGIA

Séc. XVII

Séc. XVIII

Séc. XIX

Séc. XX

4.ª DINASTIA — BRIGANTINA ou DE BRAGANÇA



**D. JOÃO IV — o Restaurador
(1640-1656)**
Filho de D. Teodósio

- 1604 Nascimento de D. João IV.
1633 Casamento do rei com D. Luísa de Gusmão.
1640 Restauração da independência de Portugal. O duque de Bragança é aclamado rei, com o nome de D. João IV.
1641 Reunião das Cortes de Lisboa.
1642 É criado o Conselho Ultramarino para tratar do governo e defesa do Ultramar.
1644 Os Holandeses abandonam o Maranhão (Brasil).
1648 Reconquista de Angola aos Holandeses por Salvador Correia de Sá.
1654 Expulsão dos Holandeses do Brasil.
1656 Morte de D. João IV.



**D. AFONSO VI — o Vitorioso
(1656-1683)**
Filho de D. João IV

- 1643 Nascimento de D. Afonso VI.
1656 Herdou o trono com 13 anos de idade. Assume a regência sua mãe, a rainha D. Luísa de Gusmão.
1659 Batalha de Linhas de Elvas.
1662 D. Afonso VI assume o poder e chama para seu ministro o conde de Castelo Melhor.
1662 Batalha de Castelo Rodrigo.
Os Holandeses tomam Cochim (Índia).
1665 Batalha de Montes Claros (Alentejo).
1666 Casamento do rei com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.
1667 Tratado de aliança com a França.
Demissão do conde de Castelo Melhor. O infante D. Pedro, irmão do rei, toma a regência e obriga D. Afonso VI a abdicar do trono.
1668 As cortes, em Lisboa, aclamam D. Pedro II como sucessor de D. Afonso VI.
Tratado de paz com a Espanha.
Anulação do matrimónio régio.
Casamento de D. Pedro II com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.
1669 D. Afonso VI é desterrado para a ilha Terceira.
1683 Morte de D. Afonso VI, em Sintra.



**D. PEDRO II — o Pacífico
(1683-1706)**
Irmão de D. Afonso VI

- 1648 Nascimento de D. Pedro II.
1667 Regência de D. Pedro II, por abdicção de D. Afonso VI.
1683 Sobe ao trono D. Pedro II.
1687 Casamento do rei com a princesa Maria Sofia Isabel de Neuburgo.
1697 Descoberta de minas de ouro e diamantes no Brasil.
1699 Chega a Lisboa o primeiro carregamento de 500 quilogramas de ouro do Brasil.
1703 Tratado de Methuen entre Portugal e a Inglaterra.
1706 Morte de D. Pedro II.



**D. JOÃO V — o Magnânimo
(1706-1750)**
Filho de D. Pedro II

- 1689 Nascimento de D. João V.
1706 Sobe ao trono D. João V.
1708 Casamento do rei com D. Mariana de Áustria.
1713 Tratado de paz com a Espanha (Utreque).
1717 Principia a construção do Convento de Mafra.
1720 Criação da Academia Real de História.
1731 Construção do Aqueduto das Águas Livres.
1747 Principia a construção do Palácio de Queluz.
1748 Construção da Torre dos Clérigos, no Porto, sendo arquitecto Nicolau Nasoni.
1750 Morte de D. João V.

**D. JOSÉ I — o Reformador
(1750-1777)**
Filho de D. João V

- 1714 Nascimento de D. José I.
1729 Casamento do rei com D. Mariana Vitória de Bourbon.
1750 Sobe ao trono D. José I.
O rei nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo (mais tarde marquês de Pombal) secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra.
1751 Abolição da escravatura dos Índios do Brasil.

CRONOLOGIA

Séc. XVII

Séc. XVIII

Séc. XIX

Séc. XX

4.ª DINASTIA — BRIGANTINA ou DE BRAGANÇA

- 1753 O arquitecto António Laudi é enviado para Belém do Pará e Amazónia, onde construiu várias igrejas.
- 1755 Terramoto de Lisboa (1 de Novembro).
- Fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.
- 1756 Criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.
- 1758 Atentado, em Belém, contra D. José I.
- Criação da Aula de Comércio.
- 1759 Criação da Companhia de Pernambuco e Paraíba.
- Expulsão dos jesuítas do Reino.
- 1761 Abolido o tráfico de escravos em Portugal Continental.
- Fundação do Real Colégio dos Nobres.
- 1772 Promulgação de novos estatutos da Universidade de Coimbra.
- 1777 Morte de D. José I.



D. MARIA I — a Piedosa
(1777-1816)
Filho de D. José I

- 1734 Nascimento de D. Maria I.
- 1760 Casamento com seu tio, D. Pedro III.
- 1777 Sobee ao trono D. Maria I.
- Desterro do marquês de Pombal.
- 1778 Tratado de paz com a Espanha.
- 1779 Fundação da Academia Real das Ciências.
- 1780 Fundação da Casa Pia de Lisboa.
- 1784 Inauguração da iluminação pública de Lisboa, a azeite.
- 1786 Morte de D. Pedro III.
- 1792 Adoece D. Maria I. Seu filho, D. João, assume o governo como regente.
- 1794 Campanha do Rossilhão.
- 1796 Fundação da Biblioteca Pública de Lisboa.
- 1797 Introdução do papel-moeda em Portugal.
- 1799 D. João assume a regência do Reino.
- 1801 Os Espanhóis ocupam Olivença.
- 1806 Bloqueio Continental imposto por Napoleão.
- 1807 Primeira invasão francesa comandada por Junot.
- O príncipe regente D. João e a sua corte partem para o Brasil.
- 1808 Batalhas de Roliça e Vimeiro e Convenção de Sintra.
- 1809 Segunda invasão comandada por Soult.
- Desastre da Ponte das Barcas no rio Douro.
- 1810 Terceira invasão francesa comandada por Massena.
- Vitórias nas batalhas do Buçaco e das Linhas de Torres Vedras.
- 1815 O Brasil é elevado à categoria de reino.
- 1816 Morte de D. Maria I.

D. JOÃO VI — o Clemente
(1816-1826)
Filho de D. Maria I

- 1767 Nascimento de D. João VI.
- 1785 Casamento com D. Carlota Joaquina.
- 1816 Sobee ao trono D. João VI.
- 1817 Conspiração liberal em Lisboa, por Gomes Freire de Andrade, que foi executado.
- D. Pedro, filho de D. João VI, recebe o título de príncipe do Brasil.
- 1820 Revolução liberal no Porto (24 de Agosto) e instauração do regime constitucional-liberal.
- 1821 D. João VI e a sua corte regressam a Lisboa. O príncipe D. Pedro fica como regente do Brasil.
- 1822 D. Pedro faz a declaração «Grito do Ipiranga» e proclama a independência do Brasil.
- D. João VI jura em Lisboa a nova Constituição de 1822.
- Em 12 de Outubro, D. Pedro é aclamado «Imperador e Defensor Perpétuo» do Brasil.
- 1823 Golpe de Estado do infante D. Miguel, conhecido por a «Vila francada».
- 1824 Nova tentativa de golpe, a «Abrilada».
- D. Miguel parte para o exílio, para Áustria.
- Fundação da fábrica de cerâmica de Vista Alegre.
- 1825 Fundação das Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e Porto.
- D. João VI reconhece oficialmente a independência do Brasil.
- 1826 Morte de D. João VI.



D. PEDRO IV — o Libertador
(1826)
Filho de D. João VI

- 1798 Nascimento de D. Pedro IV.
- 1818 Casamento com D. Leopoldina de Áustria.
- 1826 D. Pedro proclamado rei de Portugal.
- D. Pedro IV decreta a Carta Constitucional.
- D. Pedro IV abdica a favor de sua filha, a princesa D. Maria da Glória.
- 1831 Regente do Reino, na menoridade de sua filha, D. Maria II
- 1834 Morte de D. Pedro IV.

CRONOLOGIA

Séc. XVII

Séc. XVIII

Séc. XIX

Séc. XX

4.ª DINASTIA — BRIGANTINA ou DE BRAGANÇA



D. MIGUEL — o Absolutista (1828-1834)

Filho de D. João VI

- 1802 Nascimento de D. Miguel.
1828 Regresso de D. Miguel a Portugal, vindo de Áustria, onde se encontrava exilado. As Cortes de Lisboa declaram abolida a Constituição e aclamam D. Miguel rei absoluto. Desembarque dos liberais na praia do Mindelo e ocupação do Porto. Guerra civil.
1832 O duque da Terceira desembarca no Algarve e avança sobre Lisboa, que ocupa. D. Miguel transfere o governo para Santarém.
1834 Derrota das forças de D. Miguel nas batalhas de Almoester e Asseiceira. Convenção de Évora Monte. D. Miguel depõe as armas e embarca para o exílio.
1866 Morte de D. Miguel, no exílio.



D. MARIA II — a Educadora (1826-1853)

Filha de D. Pedro IV

- 1819 Nascimento de D. Maria II.
1834 Sobe ao trono D. Maria II. Extinção das ordens religiosas.
1835 Casamento da rainha com o príncipe D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha.
1836 Grandes reformas da Instrução Pública no governo de Passos Manuel. Criação de liceus. Fundação das Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto. «Revolução de Setembro» — governo setembrista de 1836-1840.
1842 Costa Cabral promulga o novo Código Administrativo.
1844 Reforma do ensino.
1846 Fundação do Teatro Nacional de D. Maria II. Revolução da «Maria da Fonte».
1847 A Convenção de Gramido põe fim à guerra civil.
1849 Revolta do marechal Saldanha — a «Regeneração».
1852 Abolição da pena de morte para os crimes políticos.
1853 Emissão do primeiro selo postal português. Morte de D. Maria II.



D. PEDRO V — o Esperançoso (1853-1861)

Filho de D. Maria II

- 1837 Nascimento de D. Pedro V.
1853 D. Pedro V herda o trono (regência de D. Fernando).
1855 Sobe ao trono D. Pedro V.

- 1856 Inauguração do primeiro troço do caminho-de-ferro, de Lisboa ao Carregado (36 km).
Abolição da escravatura no Ultramar.
1858 Casamento do rei com D. Estefânia.
1859 Fundação do Curso Superior de Letras.
1861 Morte de D. Pedro V.



D. LUÍS I — o Popular (1861-1889)

Irmão de D. Pedro V

- 1838 Nascimento de D. Luís I.
1861 Sobe ao trono D. Luís I.
1862 Casamento do rei com D. Maria Pia de Sabóia.
1864 Publica-se o primeiro Código Civil Português. Abolição da pena de morte para os crimes civis.
1869 Abolida a escravatura em Portugal.
1877 Inauguração da ponte D. Maria I sobre o rio Douro (Porto), construída por Eiffel.
«Mapa Cor-de-Rosa».
1886 Inauguração da ponte de D. Luís, no Porto.
1887 Morte de D. Luís I.



D. CARLOS I — o Diplomata ou Martirizado (1889-1908)

Filho de D. Luís I

- 1863 Nascimento de D. Carlos I.
1886 Casamento do rei com D. Amélia de Orléães.
1889 Sobe ao trono D. Carlos I.
1890 Ultimato da Inglaterra.
1891 Revolta republicana no Porto (31 de Janeiro).
1907 Ditadura de João Franco.
1908 Atentado no Terreiro do Paço, tendo falecido o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe.



D. MANUEL II — o Patriota ou Desventurado (1908-1910)

Filho de D. Carlos I

- 1889 Nascimento de D. Manuel II.
1908 Sobe ao trono D. Manuel II.
1910 Proclamação da República (5 de Outubro). Partida da família real para o exílio.
1932 Morte de D. Manuel II, em Inglaterra.

A REPÚBLICA

6



REPÚBLICA

Séc. XX

1910

1.ª República

1926

Estado Novo

1974

2.ª República



1.ª REPÚBLICA

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA — No dia 5 de Outubro de 1910 foi proclamada a República em Portugal, na Sala Nobre dos Paços do Município de Lisboa.

A **República** é uma forma de governo em que o Chefe de Estado é o presidente da República, eleito pelos cidadãos, e exerce o seu mandato por tempo limitado.

GOVERNO PROVISÓRIO — O governo provisório da República foi presidido pelo **Dr. Teófilo Braga**.

Este governo dirigiu o país até à promulgação da primeira Constituição da República de 1911.

O governo provisório publicou várias leis: a lei da família; a lei do divórcio; a lei do registo civil, que obrigava a fazer o registo de nascimentos, casamentos e óbitos; a lei da imprensa; a lei da separação da Igreja do Estado; a lei dos acidentes de trabalho; a lei do direito à greve.

Os Jesuítas foram expulsos do País e os seus bens foram confiscados e os conventos e casas religiosas encerrados.

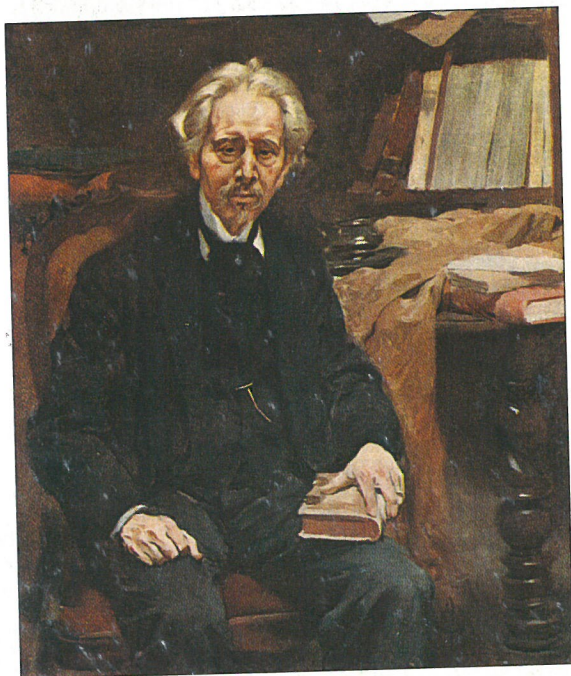
Estabeleceu-se a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

A Bandeira Portuguesa passou a ser vermelha e verde e o Hino Nacional «A Portuguesa».

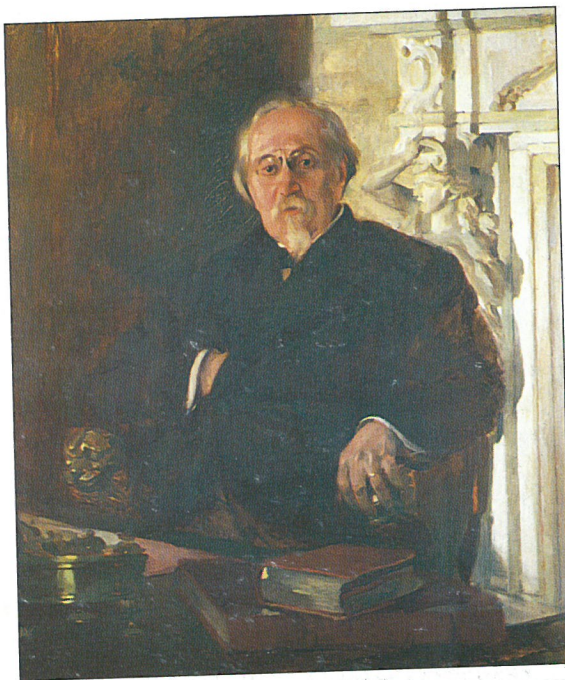
Criou-se uma nova moeda, o escudo, que substituiu o real, a moeda da monarquia.

A instrução sofreu um grande desenvolvimento: criou-se o Ministério da Instrução Pública; reformou-se o ensino primário e criou-se o ensino infantil; reorganizaram-se as Escolas Normais para a preparação dos professores; criaram-se as Universidades de Lisboa e do Porto; criaram-se bolsas de estudo para os estudantes mais pobres

CONSTITUIÇÃO DE 1911 — Em 1911 publicou-se a **primeira Constituição Política da República Portuguesa**, que estabelecia uma República democrática parlamentar. Foi eleito 1.º presidente da República o **Dr. Manuel de Arriaga**.



Dr. Teófilo Braga.



Dr. Manuel de Arriaga.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-18) — O conflito iniciado entre a Inglaterra e a Alemanha e que envolveu muitas nações ficou a ser conhecido por **1.ª Guerra Mundial**.

Portugal entrou nesta guerra em 1917, como aliado da Inglaterra e da França, contra a Alemanha. O Corpo Expedicionário Português partiu para o Norte da França e combateu na Flandres, onde se distinguiram os generais Gomes da Costa e Lima Machado.

No dia 9 de Abril de 1918 travou-se nessa região a batalha de La Lys. Os soldados portugueses bateram-se com valentia.

A Alemanha invadiu Angola e Moçambique, que foram defendidas pelas nossas tropas.

O conflito terminou em 1918 pelo **Tratado de Versalhes** e com a derrota da Alemanha.

SIDÓNIO PAIS — Em Dezembro de 1917, o Dr. Sidónio Pais, major e professor universitário, promoveu uma revolta militar que o elevou a **presidente da República**.

Estabeleceu um governo forte para cuidar da administração pública e pôr fim às lutas políticas.

Estas medidas não agradaram aos partidos políticos e **Sidónio Pais foi assassinado**, em Dezembro de 1918, na estação do Rossio, em Lisboa.

Com a morte de Sidónio Pais a agitação no País agravou-se: os governos caíram uns após outros; o parlamento entrou em descrédito.

TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL — Em 1922, o almirante Gago Coutinho e o comandante Sacadura Cabral intentaram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, tendo partido de Lisboa em 30 de Março.

O percurso foi dividido em **três etapas**: Lisboa — Las Palmas; Las Palmas — Cabo Verde; Cabo Verde — Penedos de S. Pedro e S. Paulo, num total de quase 8000 quilómetros.

Finalmente, no dia 17 de Junho de 1922, sobrevoaram a grande cidade do Rio de Janeiro.



Dr. Sidónio Pais

O hidroavião «Lusitânia» largou do Tejo no dia 30 de Março de 1922.

Sobre essa frágil casca de noz, irmã gémea das caravelas de há quatro séculos, ostentando a mesma rubra e gloriosa Cruz de Cristo das frotas de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral, dois homens sobem no espaço — o almirante Gago Coutinho e o comandante Sacadura Cabral. A sua bagagem é constituída por um pequeno aparelho, o famoso «sextante», munido do astrolábio de precisão, inventado por Gago Coutinho.

AUGUSTO DE CASTRO

ESTADO NOVO



Marechal Gomes da Costa.



Marechal Óscar Carmona.



Prof. Oliveira Salazar.

■ DITADURA MILITAR (1926-33) ■

REVOLUÇÃO DE 28 DE MAIO DE 1926 — No dia 28 de Maio de 1926 partiu de Braga o general **Gomes da Costa**, à frente das suas tropas, em direcção a Lisboa, onde entrou triunfante sem disparar um tiro. O exército colaborou no movimento que, no Sul, foi chefiado pelo comandante Mendes Cabeçadas.

Estabeleceu-se uma **ditadura militar**, isto é, um governo em que não são permitidos os partidos políticos, são proibidas as greves, não há liberdade de imprensa. O Parlamento foi encerrado e o presidente da República deposto. Decorrido algum tempo, o general Gomes da Costa foi afastado.

O general **António Óscar de Fragoso Carmona** assumiu o cargo de presidente da República, em 1928, exercendo as funções até à sua morte, em Abril de 1951.

RESTAURAÇÃO DAS FINANÇAS — Em 1928 o general Óscar Carmona chamou para ministro das Finanças o Doutor **António de Oliveira Salazar**, professor da Universidade de Coimbra.

Salazar, ao tomar posse, afirmou: «Sei muito bem o que quero e para onde vou».

Consciente das dificuldades que o País atravessava, à beira da bancarrota, Salazar começou por impor aos Portugueses forte austeridade.

O Orçamento foi equilibrado, o escudo valorizado e a administração financeira disciplinada.

Em 1932, o Prof. Oliveira Salazar foi nomeado presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), cargo que exerceu até 1968.

■ ESTADO NOVO (1933-74) ■

A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE 1933 — Com esta Constituição, Portugal passou a ser uma república unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei. É unitária porque tem um só governo em todo o território nacional; é corporativa por se basear nas corporações, que são instituições que têm a seu cargo a defesa dos interesses sociais, económicos, culturais e morais dos cidadãos.

A soberania reside na Nação e tem por órgãos: o **Chefe do Estado**, a **Assembleia Nacional**, o **Governo** e os **Tribunais**.

A Constituição de 1933 instituiu em Portugal o *Estado Novo*. Restauradas as finanças, Salazar empreendeu um vasto plano de melhoramentos em todo o País.

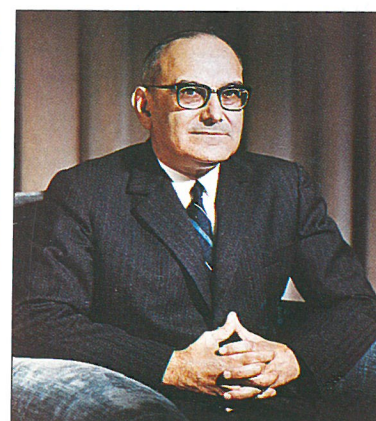
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-45) — Em 1939 começou na Europa a Segunda Grande Guerra, que envolveu povos de todo o Mundo. Portugal manteve-se neutro nesse conflito, que terminou em 1945.



Marechal Craveiro Lopes.



Almirante Américo Tomás.



Prof. Marcelo Caetano.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA —

O general **Francisco Higinio Craveiro Lopes** foi eleito presidente da República em 1951 e exerceu um mandato de sete anos.

Em 1958, o **general Humberto Delgado** apresentou-se como candidato da oposição à Presidência da República, tendo obtido uma forte adesão popular.

O almirante **Américo Rodrigues Tomás**, candidato do regime, foi eleito presidente da República em 1958 e reeleito em 1965 e em 1972. Foi deposto pela Revolução de 25 de Abril de 1974.



A guerra do Ultramar.

A GUERRA NO ULTRAMAR — Nas províncias ultramarinas surgiram movimentos armados de libertação, apoiados por vários países, que pretendiam a independência política desses territórios.

Em 1961, o governo da União Indiana pôs termo à presença portuguesa na Índia, invadindo e ocupando os territórios de Goa, Damão e Diu.

No Norte de Angola (1961) deu-se o primeiro ataque contra a soberania portuguesa, para onde foram enviados grandes contingentes militares. A guerrilha estendeu-se à Guiné (1963) e a Moçambique (1964).

Salazar e, depois, Marcelo Caetano concentraram todos os esforços na defesa e desenvolvimento dos territórios do Ultramar e recusaram o diálogo com os movimentos de guerrilha.

O GOVERNO DE MARCELO CAETANO — O

Prof. Oliveira Salazar, que chefiou o Governo durante 36 anos, adoeceu gravemente. Foi nomeado presidente do Conselho de Ministros, em 27 de Setembro de 1968, o **Doutor Marcelo José Alves Caetano**, professor da Universidade de Lisboa.

O Prof. Marcelo Caetano orientou o seu governo pela «continuidade e renovação», procurando liberalizar o regime. Introduziu várias reformas mas a resolução das guerras do Ultramar e a democratização do País não se verificaram.

2.ª REPÚBLICA

REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974 — No dia 25 de Abril de 1974 desencadeou-se em Lisboa um movimento revolucionário feito por um grupo de jovens capitães, denominado *Movimento das Forças Armadas (MFA)*, que derrubou o Governo, sem luta.

O presidente da República, almirante Américo Tomás, e o chefe do Governo, Prof. Marcelo Caetano, foram afastados do poder e exilados no Brasil.

O poder foi entregue a uma *Junta de Salvação Nacional*, presidida pelo general **António de Spínola**, antigo governador da Guiné, que também assumiu o cargo de presidente da República.

Foi instaurado em Portugal um *regime democrático* que permitiu a organização de partidos políticos, a realização de eleições livres, a resolução das guerras do Ultramar, a elaboração de uma nova Constituição Política, aprovada em 1976.



Movimento militar do 25 de Abril.



Prof. Palma Carlos.



Brigadeiro Vasco Gonçalves.



Almirante Pinheiro de Azevedo.



Marechal Spínola.



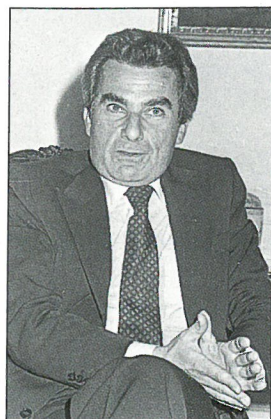
Marechal Costa Gomes.

GOVERNO PROVISÓRIO — Em 17 de Maio de 1974 tomou posse o I Governo Provisório, chefiado pelo Prof. Adelino da Palma Carlos. Manteve-se como primeiro-ministro até 18 de Julho de 1974, quando foi substituído pelo brigadeiro Vasco Gonçalves (Julho de 1974 a Setembro de 1975). Seguiu-se, como primeiro-ministro, o almirante Pinheiro de Azevedo (de 1975-09-20 a 1976-07-23).

Em 28 de Setembro de 1974 o general Spínola renunciou ao cargo de presidente da República, sendo substituído pelo general Francisco da Costa Gomes.



Dr. Mário Soares.



Dr. Sá Carneiro.



Prof. Cavaco Silva.



Eng. António Guterres

GOVERNOS CONSTITUCIONAIS — Das eleições já realizadas para a Assembleia da República foram formados vários governos constitucionais.

O 1.º governo constitucional foi chefiado pelo Dr. Mário Soares. Devido a uma certa instabilidade político-partidária, e à inexistência de maioria parlamentar, nos anos de 1978 e 1979 houve três governos de curta duração, da iniciativa do presidente da República, general Ramalho Eanes, chefiados, sucessivamente, por: Eng. Alfredo Nobre

da Costa; Prof. Carlos da Mota Pinto; Eng. Maria de Lurdes Pintassilgo.

Depois, através de coligações ou isolados, surgem os governos sustentados por uma maioria, chefiados pelo Dr. Francisco Sá Carneiro; Dr. Francisco Pinto Balsemão; Prof. Aníbal Cavaco Silva e Eng. António Guterres.

INDEPENDÊNCIA DOS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS — Os territórios de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, que estavam na posse de Portugal há cerca de cinco séculos, tornaram-se novas nações independentes de expressão oficial portuguesa.

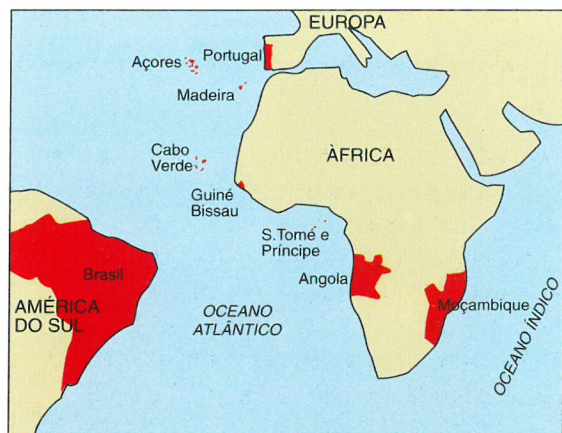
O território de Macau permaneceu sob administração portuguesa até ao ano de 1999.

Timor foi ocupado, em 1975, pela Indonésia, que continua a oprimir o povo timorense.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — O General António Ramalho Eanes foi o primeiro presidente da República eleito após aprovação da nova Constituição, em 1976. Foi reeleito em 1980.

Em 1986 foi eleito presidente da República o Dr. Mário Soares e reeleito em 1991.

O Dr. Jorge Sampaio foi eleito presidente da República em 1996.



Países de expressão portuguesa.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1976

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular e no pluralismo de expressão e organização política democráticas.

São órgãos de soberania o presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

O **presidente da República** representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. É eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos portugueses eleitores.

O seu mandato tem a duração de cinco anos.

Compete ao presidente da República, entre outras, dissolver a Assembleia da República, nomear o primeiro-ministro e demitir o Governo.

A **Assembleia da República** é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses. É constituída por 230 deputados eleitos por círculos eleitorais.

Cada legislatura tem a duração de quatro anos.

Compete à Assembleia da República aprovar alterações à Constituição, fazer leis, dar ao Governo autorização para legislar, aprovar a lei do Plano e o Orçamento do Estado, conceder amnistias e perdões.

O **Governo** é o órgão de condução da política geral do País e o órgão superior da administração pública.

O Governo é constituído pelo primeiro-ministro, ministros, secretários e subsecretários de Estado.

O Governo é responsável perante o presidente da República e a Assembleia da República.

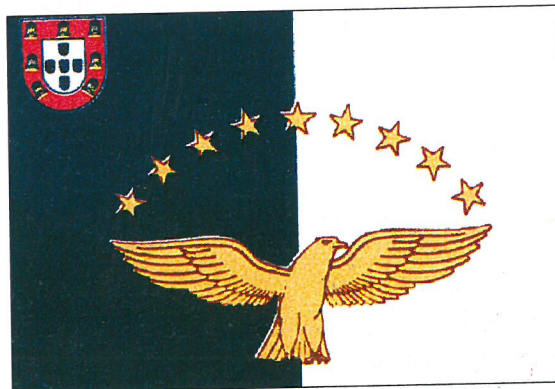
Os **Tribunais** são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.

Existem as seguintes categorias de tribunais: Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal de Contas, tribunais judiciais e tribunais militares.

REGIÕES AUTÓNOMAS — O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.

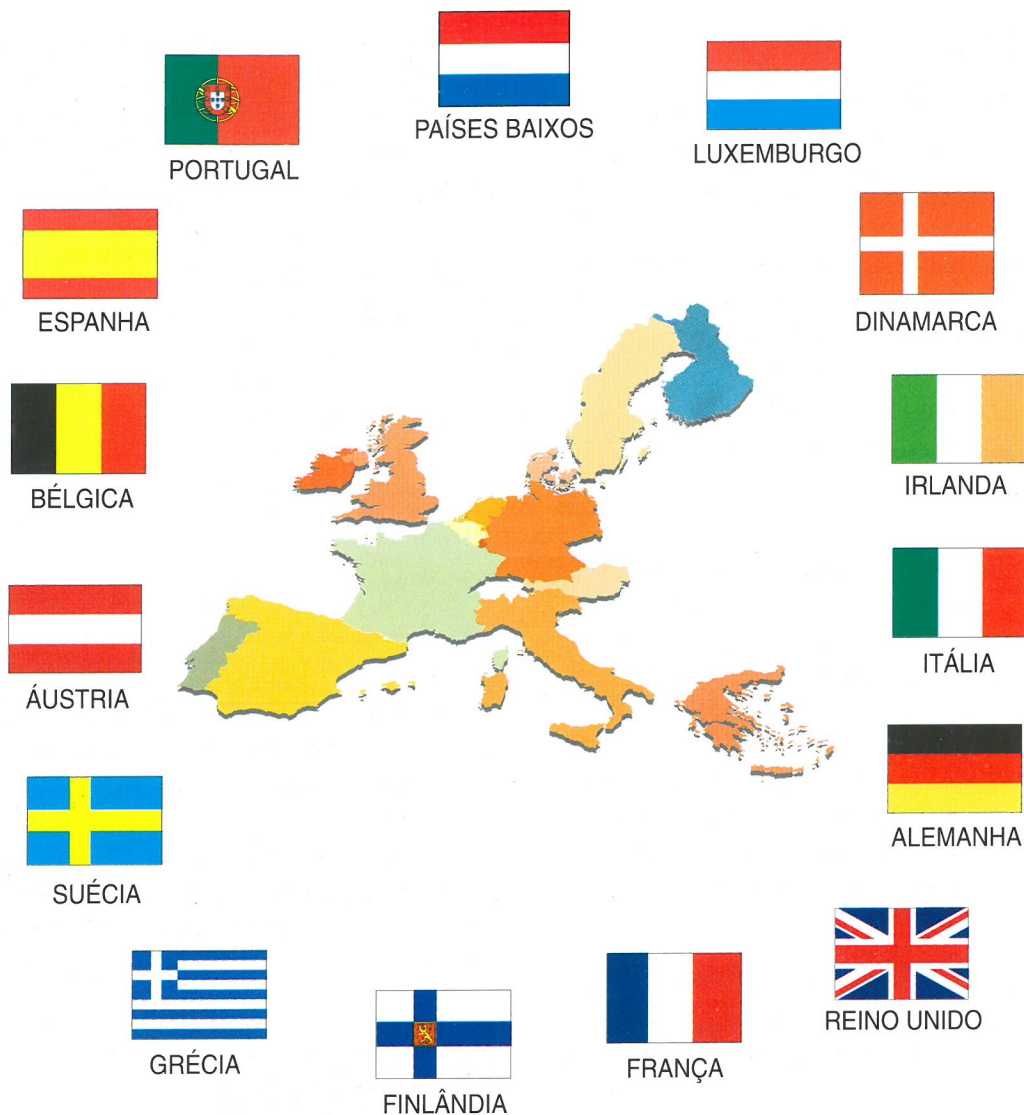
São órgãos de governo próprio de cada região a Assembleia Regional e o Governo Regional.

As regiões autónomas têm bandeiras e hinos próprios.



Bandeira dos Açores.

PORTUGAL NA COMUNIDADE EUROPEIA



A Comunidade Europeia (CE).

Em 1 de Janeiro de 1986 Portugal é admitido na Comunidade Europeia (CE).

Os Estados membros da Comunidade são Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia; Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia.

Com 370 milhões de habitantes, a União Europeia está vocacionada para a liberdade, a paz e a prosperidade, contribuindo para um mundo mais justo.

O **euro** é a moeda da União Europeia.

A partir de 1 de Janeiro de 2002 o escudo será substituído pelo **euro**.

CRONOLOGIA

Séc. XX

1.ª REPÚBLICA (1910-1926)

- 1910 Implantação da República (5 de Outubro).
- 1911 Aprovação da primeira Constituição da República Portuguesa.
Eleição do primeiro presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga.
A «Portuguesa» foi adoptada como Hino Nacional.
Criação das Universidades de Lisboa e Porto.
- 1914 Início da Primeira Guerra Mundial (1914-18).
- 1915 Eleição do Dr. Teófilo Braga para a presidência da República.
Elevação do Dr. Bernardino Machado a presidente da República.
- 1916 Portugal participa na Primeira Guerra Mundial, como aliado da Inglaterra.
- 1917 Partem os primeiros soldados portugueses para França.
A revolução militar do major Sidónio Pais sai vitoriosa.
- 1918 Sidónio Pais é eleito presidente da República.
Termina a Primeira Guerra Mundial.
Sidónio Pais é assassinado, na estação do Rossio, em Lisboa.
O almirante Canto e Castro sobe à Presidência da República.
- 1919 Sobe à Presidência da República o Dr. António José de Almeida.
- 1922 Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizam a primeira travessia aérea de Lisboa ao Rio de Janeiro.
- 1923 O escritor Manuel Teixeira Gomes é eleito presidente da República.
- 1925 Revolta militar chefiada por Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves.
Bernardino Machado é eleito pela 2.ª vez presidente da República.
- 1926 Revolução militar do 28 de Maio chefiada pelo general Gomes da Costa, que saiu vitoriosa. Instauração da ditadura militar. Gomes da Costa é investido de todos os poderes.

ESTADO NOVO (1926-1974)

- 1926 O general Gomes da Costa é deposto.
- 1927 Revolta democrática, malograda, no Porto e em Lisboa.
- 1928 O general Óscar Carmona é eleito presidente da República.
- 1928 O Prof. António de Oliveira Salazar entra para o governo como ministro das Finanças (27 de Abril).
- 1931 Revolta na Madeira, dominada.
- 1932 O Prof. Oliveira Salazar toma posse como presidente do Conselho de Ministros, cargo que exerce até Setembro de 1968.
- 1933 Publicação da Constituição Política da República Portuguesa de 1933 que instaura a República unitária e corporativa. O «Estado Novo».
- 1936 Início da Revolução Nacional Espanhola.
- 1939 Conquista de Madrid pelo general Franco: vitória da Revolução Nacional Espanhola.
Começa a Segunda Guerra Mundial (1939-45). Portugal mantém a neutralidade.
- 1940 Concordata entre o Estado e a Santa Sé.
Exposição do Mundo Português.
- 1941 Acordo cultural entre Portugal e o Brasil.
- 1945 Fim da Segunda Guerra Mundial. Vitória dos Aliados contra os Alemães.
- 1951 Morte do presidente Óscar Carmona.
O general Francisco Higinio Craveiro Lopes sobe à Presidência da República.
- 1958 O Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás sobe à Presidência da República, onde se mantém até à Revolução do 25 de Abril de 1974.
- 1961 Começam as lutas de guerrilha nas províncias ultramarinas, em África, contra o domínio português.

CRONOLOGIA

Séc. XX

1968 O presidente do Conselho, Prof. Oliveira Salazar, adoece gravemente e é afastado do Governo. Para o substituir é nomeado, em 27 de Setembro, o Prof. Marcelo Caetano, da Universidade de Lisboa, que chefia o Governo até à Revolução do 25 de Abril de 1974.

1970 Morte do Prof. Oliveira Salazar.

2.ª REPÚBLICA (1974-...)

1974 Revolução do 25 de Abril (fim do Estado Novo).

O general António de Spínola é nomeado presidente da República em Maio, e exerce o cargo até à sua renúncia (Setembro).

Primeiro Governo Provisório, chefiado pelo Prof. Adelino da Palma Carlos.

O general Francisco da Costa Gomes é nomeado presidente da República, em Outubro.

1975 Portugal concede a independência às províncias ultramarinas, em África.

Eleições para a Assembleia Constituinte e Assembleia da República.

1976 Eleição do general António Ramalho Eanes como presidente da República, o primeiro presidente eleito após a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Posse do 1.º Governo Constitucional tendo como primeiro-ministro o Dr. Mário Soares.

1980 Eleições para a Assembleia da República.

Posse do Governo do Dr. Francisco Sá Carneiro.

Morte do Dr. Sá Carneiro.

Reeleição do presidente da República general António Ramalho Eanes.

1981 O Dr. Pinto Balsemão assume a chefia do Governo.

Morte do Prof. Marcelo Caetano, exilado no Brasil.

1985 Eleições para a Assembleia da República.

Governo do Prof. Cavaco Silva.

1986 Portugal passa a fazer parte da Comunidade Europeia (CE).

Eleição do presidente da República Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

1987 Morte do almirante Américo Tomás, em Lisboa.

1991 Reeleição do Dr. Mário Soares como presidente da República, e eleições para a Assembleia da República.

O papa João Paulo II visita, em Maio, Portugal Continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Eleições para a Assembleia da República.

Posse do Governo, em Novembro, tendo como primeiro-ministro o Prof. Aníbal Cavaco Silva.

1992 No dia 1 de Janeiro Portugal assume a presidência da Comunidade Europeia (CE), durante o primeiro semestre.

O presidente da República Dr. Mário Soares visita os ex-territórios portugueses na Índia.

Assinatura dos acordos de paz pelo M.P.L.A. e a UNITA, em Bicesse, em Maio, sob a mediação do governo português.

Morte do Prof. Adelino da Palma Carlos.

1995 Eleições para a Assembleia da República. Posse do Governo chefiado pelo Eng. António Guterres.

1996 Eleição do presidente da República Dr. Jorge Sampaio. Foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Morte do marechal António de Spínola.

1998 Exposição Mundial de Lisboa (EXPO'98).

SÍMBOLOS DA PÁTRIA

Os símbolos da Pátria são: a **Bandeira Nacional**, o **Hino Nacional** e o **Chefe do Estado**.

A BANDEIRA NACIONAL

A bandeira nacional é um símbolo da Pátria. Ela recorda-nos as lutas vitoriosas da fundação, independência e restauração de Portugal e a epopeia dos descobrimentos marítimos.

A bandeira do rei **D. Afonso Henriques** era **branca** com uma larga **cruz azul** ao centro. A cruz era, para o conde D. Henrique, o emblema de cruzado e o azul uma das cores principais das armas da casa de Borgonha.

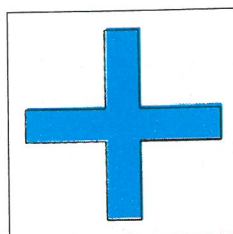
Ao longo do regime monárquico a bandeira sofreu várias modificações.

Com a implantação da **República**, a bandeira azul e branca passou a **verde** e **vermelha**.

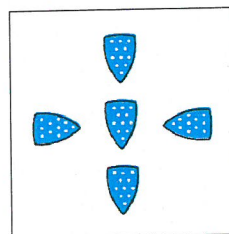
A bandeira portuguesa é composta por um retângulo de pano cuja altura é igual a dois terços da largura. Está dividida em duas partes, no sentido vertical, de cor diferente: a parte que fica junto à haste é de cor verde e ocupa dois quintos da superfície; a outra parte é de cor vermelha e ocupa três quintos.

A **cor verde** representa a esperança em melhores dias de prosperidade e bem-estar, e também os campos verdejantes da nossa Pátria.

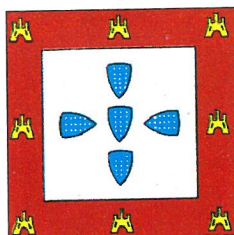
A **cor vermelha** simboliza o valor e o sangue derramado por tantos heróis nas conquistas, nas descobertas, na defesa e engrandecimento da Pátria.



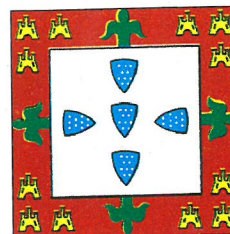
1



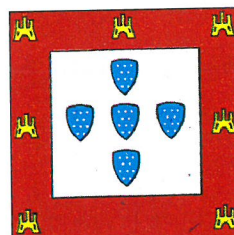
2



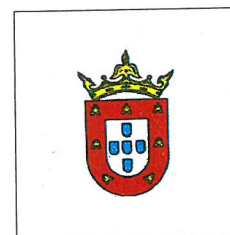
3



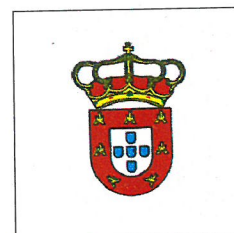
4



5



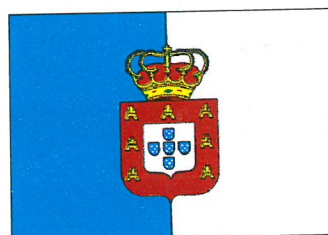
6



7



8



9

1 - D. Afonso Henriques.

2 - D. Sancho I; D. Afonso II; D. Sancho II.

3 - D. Afonso III; D. Dinis; D. Afonso IV; D. Pedro I; D. Fernando.

4 - D. João I; D. Duarte; D. Afonso V.

5 - D. João II.

6 - D. Manuel I; D. João III.

7 - D. Sebastião; D. Henrique; D. Filipe I; D. Filipe II; D. Filipe III; D. João IV; D. Afonso VI; D. Pedro II; D. João V; D. José I; D. Maria I.

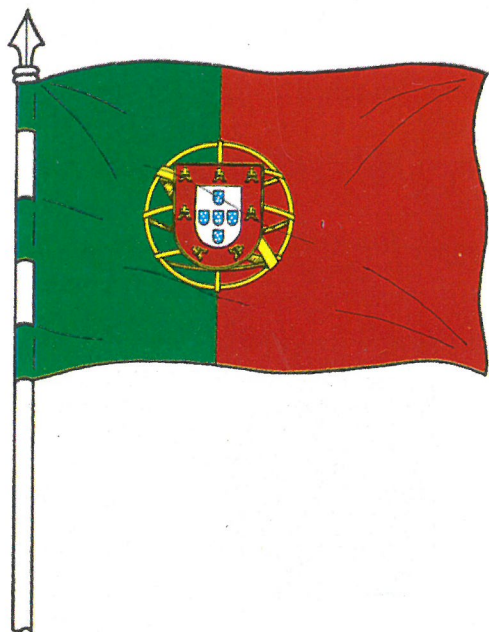
8 - D. João VI.

9 - D. Pedro IV; D. Miguel; D. Maria II; D. Pedro V; D. Luís; D. Carlos; D. Manuel II.

No centro da bandeira, na união das duas faixas, está a **esfera armilar**, que simboliza as viagens dos navegadores portugueses pelo Mundo, nos séculos XV e XVI.

Sobre a esfera armilar assentam as armas de Portugal, que constam de um **escudo** maior com outro mais pequeno dentro. O escudo lembra-nos a arma de defesa, com o mesmo nome, utilizada pelos nossos antepassados nos combates.

O escudo maior é vermelho e, em sua volta, estão representados **sete castelos** que figuram as cidades fortificadas que D. Afonso III tomou aos Mouros. O escudo mais pequeno, branco, encerra cinco escudos pequenos, azuis, dispostos em cruz, cada um dos quais contém cinco pontos brancos. Representam estes cinco escudos as cinco chagas de Jesus Cristo e os pontos brancos, contando duas vezes os da quina do meio, recordam os trinta dinheiros por que Judas vendeu Jesus Cristo e simbolizam o poder régio de cunhar moeda.



O HINO NACIONAL

O hino nacional «A Portuguesa» é um canto patriótico composto em 1891. Foi adoptado como hino nacional, após a implantação da República, em 1911. Recorda os feitos dos nossos antepassados e incita os presentes a continuarem a sua obra de engrandecimento de Portugal.

AUTOR DA LETRA:
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

AUTOR DA MÚSICA:
ALFREDO KEIL

I

*Heróis do mar, nobre Povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!*

*Às armas! Às armas! Sobre a terra, sobre o mar!
Às armas! Às armas! Pela Pátria lutar!
Contra os canhões marchar, marchar!*

II

*Desfralda a invicta Bandeira
À luz viva do teu Céu,
Brade a Europa à terra inteira:
«Portugal não pereceu!»
Beija o solo teu, jucundo,
O Oceano a rugir de amor,
E o teu braço vencedor
Deu novos mundos ao Mundo!
Às armas! Às armas!.....*

III

*Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco duma afronta
O sinal de ressurgir!
Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe
Que nos guardam, nos sustêm
Contra as injúrias da sorte!
Às armas! Às armas!.....*

O CHEFE DO ESTADO

O chefe do Estado é o presidente da República. É um símbolo da Pátria. Ele é o garante da indepen-

dência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas.



General Ramalho Eanes.



Dr. Mário Soares



Dr. Jorge Sampaio

CRONOLOGIA DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA PORTUGUESA

DR. MANUEL DE ARRIAGA
(1911-1915)

DR. TEÓFILO BRAGA
(de 28-5 a 5-10-1915)

DR. BERNARDINO MACHADO
(1915-1917)

DR. SIDÓNIO PAIS
(1917-1918)

ALMIRANTE CANTO E CASTRO
(1918-1919)

DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
(1919-1923)

DR. MANUEL TEIXEIRA GOMES
(1923-1925)

DR. BERNARDINO MACHADO
(1925-1926)

MARECHAL ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA
(1928-1951)

MARECHAL FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES
(1951-1958)

ALMIRANTE AMÉRICO DE DEUS RODRIGUES TOMÁS
(1958-1974)

MARECHAL ANTÓNIO SEBASTIÃO RIBEIRO DE SPÍNOLA
(de 10-5 a 28-9-74)

MARECHAL FRANCISCO DA COSTA GOMES
(de Outubro de 1974 a Junho de 1976)

GENERAL ANTÓNIO DOS SANTOS RAMALHO EANES
(1976-1986)

DR. MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES
(1986-1996)

DR. JORGE SAMPAIO
(eleito em 1996)



Centro Cultural de Belém.